PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DE SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

VIVIAN LEAL DA SILVEIRA

O ATENTADO À PRAÇA DOS TRÊS PODERES NA IMPRENSA GAÚCHA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS JORNAIS CORREIO DO POVO E ZERO HORA

Porto Alegre

2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

VIVIAN LEAL DA SILVEIRA

O ATENTADO À PRAÇA DOS TRÊS PODERES NA IMPRENSA GAÚCHA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS JORNAIS CORREIO DO POVO E ZERO HORA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2025

Ficha Catalográfica

S587t Silveira, Vivian Leal da

O tentado à Praça dos Três Poderes : uma análise discursiva dos jornais Correio do Povo e Zero Hora / Vivian Leal da Silveira. – 2025.
140.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva.

1. 8 de janeiro. 2. análise do discurso. 3. política. 4. jornal impresso. 5. imprensa do Rio Grande do Sul. I. Silva, Juremir Machado da. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

VIVIAN LEAL DA SILVEIRA

O ATENTADO À PRAÇA DOS TRÊS PODERES NA IMPRENSA GAÚCHA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS JORNAIS CORREIO DO POVO E ZERO HORA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 28 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Álvaro Nunes Larangeira – PUCRS

_____

Prof. Dr. Fábio La Rocca – UPVM

_____

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva - PUCRS

Aos meus, que nunca duvidaram.

RESUMO

Durante vinte anos, o Brasil viveu as agruras de uma ditadura militar na qual milhares de pessoas foram presas, torturadas, mortas ou desapareceram sem deixar rastros. Décadas após o fim desse período, uma parcela da população passou a desejar e manifestar, publicamente, a tomada do poder pelas forças armadas. Políticos conservadores, vinculados às forças armadas ganharam protagonismo nacional, unindo-se em prol de um inimigo comum: a esquerda brasileira e a ameaça comunista — o Partido dos Trabalhadores (PT), principal sigla associada à essa vertente ideológica, tornou-se alvo. Em 2018, o capitão da reserva do Exército Militar, Jair Bolsonaro, elegeu-se presidente do país e comandou a nação até 2022, quando tentou a reeleição e acabou derrotado pelo principal líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. A situação causou revolta nos apoiadores de Bolsonaro, que se mobilizaram e realizaram manifestações em diferentes partes do país. Acampamentos foram montados em frente a quartéis do Exército, em diferentes estados, em forma de apoio a uma intentona militar. Uma semana após a posse de Lula, em 8 de janeiro de 2023, os grupos que estavam acampados nos quartéis do Distrito Federal e arredores, saíram em caminhada em direção à Praça dos Três Poderes, espaço público que comporta os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. Lá, quebraram vidraças e obras de arte, destruíram documentos, patrimônio público e artigos culturais, deixando uma marca de retrocesso e infelicidade na história do país. Ficou comprovado, em investigação da Polícia Federal, que o intuito, naquela tarde, era causar um golpe de estado e afastar o governante democraticamente eleito. A repercussão, nacional e internacional, foi imediata em dispositivos como rádio, televisão e internet, que têm a instantaneidade como uma de suas principais características. Aos jornais impressos, devida complexidade de produção e veiculação das notícias, coube ampliar os acontecimentos daquela tarde apenas no dia seguinte, buscando contar de que maneira o ato foi organizado, qual era a finalidade e as possíveis punições aos responsáveis pela depredação causada naquele domingo. Partindo da compreensão histórica do evento e trazendo o tema para uma perspectiva local, a pesquisa se debruça a compreender como ocorreu a abordagem dos fatos dentro dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, de Porto Alegre, a fim de, a partir da análise do discurso, elucidar como se posicionaram os veículos de comunicação acerca do assunto. Além disso, a pesquisa analisa os editoriais de abertura e colunas de opinião política publicadas pelos periódicos em 9 de janeiro. Para isso, o estudo se alicerça nos conceitos estabelecidos pelas teorias do jornalismo e colunismo político para diferenciar opinião de informação, passando pela aplicação do conceito de ideologia na prática jornalística, sob o viés metodológico da análise do discurso, conforme os entendimentos de Patrick Charaudeau (2011; 2019). Como recorte, o estudo analisa editoriais e colunas políticas veiculadas no dia seguinte aos fatos, em 9 de janeiro de 2023.

Palavras-chave: 8 de janeiro; análise do discurso; política; jornal impresso; imprensa do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

For twenty years, Brazil endured the hardships of a military dictatorship during which thousands of people were arrested, tortured, killed, or disappeared without a trace. Decades after the end of this period, a portion of the population began to desire and publicly advocate for a military takeover. Conservative politicians linked to the armed forces gained national prominence, uniting around a common enemy: the Brazilian left and the communist threat—the Workers' Party (PT), the main political group associated with this ideological stance, became a target. In 2018, retired Army captain Jair Bolsonaro was elected president of the country and led the nation until 2022, when he sought re-election but was ultimately defeated by the PT's main leader, Luiz Inácio Lula da Silva. This outcome provoked outrage among Bolsonaro's supporters, who mobilized and held protests in different parts of the country. Camps were set up in front of army barracks in various states as a show of support for a military uprising. One week after Lula's inauguration, on January 8, 2023, the groups camped outside barracks in the Federal District and surrounding areas marched towards Praça dos Três Poderes, the public square that houses the buildings of the National Congress, the Planalto Palace, and the Supreme Federal Court. There, they broke windows and artworks, destroyed documents, public property, and cultural artifacts, leaving a mark of regression and sorrow in the country's history. A Federal Police investigation later confirmed that the intention that afternoon was to stage a coup and remove the democratically elected leader. The national and international response was immediate across media platforms such as radio, television, and the internet, which are characterized by their instantaneity. Due to the complexity of production and news distribution, print newspapers expanded on the events only the following day, seeking to explain how the attack was organized, what its purpose was, and what possible punishments the perpetrators of the destruction on that Sunday might face. From a historical perspective on the event and bringing the topic into a local context, this research aims to understand how the facts were covered by the newspapers *Correio do Povo* and *Zero Hora* in Porto Alegre. Through discourse analysis, it seeks to elucidate how these media outlets positioned themselves on the issue. Additionally, the study examines the opening editorials and political opinion columns published by these newspapers on January 9. To achieve this, the research is based on concepts established by journalism and political columnism theories to differentiate opinion from information, through the methodological lens of discourse analysis, according to the understandings of Patrick Charaudeau (2011; 2019). As a focus, the study analyzes institutional opinion editorials and political columns published the day after the events, on January 9, 2023.

Keywords: January 8th; discourse analysis; print newspaper; politics; press of Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Manifestantes invadindo a sede do Congresso Nacional, em Brasília - Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação 101
Figura 2: Força Tática foi chamada para dissipar os manifestantes em Brasília - Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação 102
Figura 3: Vidraça é destruída por manifestantes em Brasília - Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação 102
Figura 4: Vidraça do Supremo Tribunal Federal destruída em 8 de janeiro de 2023 - Foto: Marina Alves/ Iphan/ Divulgação 103
Figura 5: Grupo de pessoas em cima do Congresso Nacional, durante o atentado à Praça dos Três Poderes - Foto: Joedson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação 103
Figura 6: "As Mulatas", de Emiliano di Cavalcanti - Foto: Portal Jacobin/ Folhapress/ Reprodução 104
Figura 7: Relógio de Balthazar Martinot após destruição - Foto: Swissinfo/ The Associated Press/ Reprodução 104
Figura 8: Estátua “A Justiça”, feita por Alfredo Ceschia, após vandalismo - Foto: Joedson Alves/ Agência Brasil/ Reprodução 105
Figura 9: Salão Nobre do STF em 8 de janeiro de 2023 - Foto: Folhapress/ UOL / Reprodução 105
Figura 10: Manifestantes quebram vidraças do Supremo Tribunal Federal - Foto: Carta Capital/ AFP/ Reprodução 106
Figura 11: Invasão ao Congresso Nacional em 8 de janeiro - Foto: Poder 360/ Reprodução 106
Figura 12: Devastação registrada no Salão Azul, da Câmara dos Deputados - Foto: Câmara dos Deputados/ Reprodução 107
Figura 13: Manifestantes durante o atentado à Praça dos Três Poderes - Marcelo Camargo/ Agência Brasil/ Reprodução 108

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10

2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA: 13

3. ESTADO DA ARTE 20

4. A HISTÓRIA GOLPISTA DO BRASIL 25

4.1. ASCENSÃO DO AUTORITARISMO 27
4.2. FIM DO ESTADO NOVO 33
4.3. O RETORNO DE GETÚLIO VARGAS 36
4.4. A MORTE DE GETÚLIO 39
4.5. UMA BRECHA DEMOCRÁTICA 43
4.6. MILITARES TOMAM O PODER 51

5. AS INSTITUIÇÕES MIDIÁTICAS 54

5.1. CORREIO DO POVO E ZERO HORA: O PÁREO DURO DA IMPRENSA GAÚCHA 55
5.1.1. A trajetória centenária do Correio do Povo 56
5.1.2. Zero Hora e seu "bairrismo" cotidiano 65
5.2. OS COLUNISTAS GAÚCHOS 70
5.2.1. Guilherme Baumhardt 70
5.2.2. Rodrigo Lopes 71
5.2.3. Rosane de Oliveira 72
5.2.4. Taline Oppitz 72

6. O INÍCIO DA IMPRENSA NO BRASIL 73

6.1. O COLUNISMO POLÍTICO E A OPINIÃO NO JORNALISMO 74
6.2. A IDEOLOGIA NO AMBIENTE JORNALÍSTICO 78

7. A ANÁLISE DO DISCURSO 80

7.1. DISCURSO *VERSUS* PRÁTICA DISCURSIVA 84
7.2. OS ESTUDOS CHARAUDEAUNIANOS SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO 90

8. DO FATO AO RELATO: OS OBJETOS DA ANÁLISE 93

8.1. ATENTADO À DEMOCRACIA: O ATAQUE À PRAÇA DOS TRÊS PODERES 97
8.2. A PERSPECTIVA EDITORIAL 109
8.3. A OPINIÃO SOBRE O ATENTADO NOS JORNAIS GAÚCHOS 114
8.3.1. Maior ataque à democracia brasileira desde 1964 115
8.3.2. Terrorismo em Brasília é pior que a invasão no Capitólio 117
8.3.3. Vandalismo, invasões e crimes no centro do poder 119
8.3.4. Vulcão em erupção 120

9. HÁ DISCURSO SEM POSICIONAMENTO? 123

10. REFERÊNCIAS 125

11. ANEXOS 132

1. INTRODUÇÃO

Os apelos por uma ditadura militar no Brasil motivaram, no dia 8 de janeiro de 2023, o maior atentado à democracia desde o fim da ditadura militar, em 1985. Milhares de manifestantes, insatisfeitos com a derrota do então presidente, Jair Bolsonaro, nas eleições de 2022, mobilizaram acampamentos em frente aos quartéis generais do Exército Militar em diferentes regiões do país, logo após o pleito ocorrido em outubro e que deu a Luiz Inácio Lula da Silva, o terceiro mandato como presidente da República. Uma semana após a posse do petista, milhares de pessoas se dirigiram às sedes dos poderes em Brasília, no Distrito Federal, e destruíram parte dos prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. Trazendo o tema para uma perspectiva local, a pesquisa se debruça a compreender como ocorreu a abordagem dos fatos dentro dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, de Porto Alegre, a partir de editoriais e colunas de opinião, tendo como metodologia a análise do discurso.

A pesquisa se debruça, ao longo de dezenas de páginas, a analisar todos os aspectos narrados no dia seguinte aos fatos, em 9 de janeiro, sob a ótica do linguista e analista de discurso, Patrick Charaudeau. A pesquisa também identifica de que maneira o periódico se posicionou a respeito dos acontecimentos a partir da análise discursiva dos editoriais e o posicionamento demonstrado pelos colunistas Guilherme Baumhardt, Rodrigo Lopes, Rosane de Oliveira e Taline Oppitz, em seus espaços de opinião política. Para dar base à pesquisa, utiliza-se dos conceitos das teorias do jornalismo, opinião, colunismo político, discurso e ideologia, associados aos sentidos de opinião e informação empregados ao jornalismo.

A imprensa nacional e internacional interpretou os atos de 8 de janeiro como um atentado à democracia brasileira causado, principalmente, por uma ruptura no sistema político brasileiro. Durante os quatro anos que precederam o retorno de Lula, o Brasil esteve sob a liderança de Jair Bolsonaro, um político de direita, vinculado às forças armadas e a alas religiosas do Congresso Nacional, com uma visão político-econômica conservadora, mas aberta ao enxugamento do Estado e concessões à iniciativa privada. A ascensão do capitão da reserva do exército ajudou a fomentar o movimento conservador e antipetista que surgira anos antes, e ganhou volume em meados de 2016, quando Dilma Rousseff era presidente do Brasil e foi alvo de um processo de impeachment, do qual saiu derrotada. O primeiro embate entre Lula e Bolsonaro aconteceu logo após, em 2018, quando o petista resolveu disputar a presidência da república, mas acabou impedido por um mandado de prisão no âmbito da Operação Lava Jato.

Naquele ano, o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, substituiu o ex-presidente, mas acabou derrotado.

Antes mesmo de as eleições ocorrerem, a segurança das urnas eletrônicas utilizadas no processo de escolha democrática foi questionada, as instituições do Poder Judiciário foram descredibilizadas e um ambiente de hostilidade crescia entre a população, dividindo o país e ajudando a acentuar a polarização, não apenas política, mas social que se criou entre apoiadores de um e opositores de outro. Após quatro anos como presidente do Brasil, Bolsonaro tentou manter o cargo conquistado em 2018, mas viu seu intento frustrado pelo resultado das urnas criticadas anteriormente e que deram a Lula a faixa presidencial pela terceira vez. O desejo de vencer a qualquer custo foi acentuado e impulsionou, mesmo que de maneira velada, a violência e colocou em risco a democracia (Levitsky e Ziblatt, 2018) brasileira. A Polícia Federal investiga, desde então, responsáveis por organizar, participar e financiar as depredações na Praça dos Três Poderes — área onde se localizam as edificações vandalizadas. O Supremo Tribunal Federal, órgão máximo da justiça brasileira, já responsabilizou quase mil pessoas desde que o primeiro processo sobre o 8 de janeiro foi aberto. Mesmo com os apontamentos realizados por órgãos de investigação e segurança, há quem negue e afirme que não houve tentativa de golpe cívico-militar naquela data.

A repercussão dos fatos ocorridos em 8 de janeiro de 2023 foi imediata em aparelhos midiáticos como o rádio, a televisão e a internet, que foram responsáveis por transmitir os acontecimentos para todo o país e parte do mundo. Estes dispositivos, como afirma Charaudeau (2019), tem a instantaneidade a seu favor e conseguem, de maneira eficaz, transmitir o fato no ato de seu acontecimento, durante as chamadas transmissões e coberturas ao vivo. Coube ao jornal impresso, dispositivo mais antigo utilizado por jornalistas para transmitir informações, aprofundar e detalhar os acontecimentos no dia seguinte. A plataforma é, ainda nos dias de hoje, um forte balizador da opinião pública (Arnt, 2002) por estar associada a valores como verdade e credibilidade. Para os moradores do estado do Rio Grande do Sul, os jornais Correio do Povo e Zero Hora foram os principais responsáveis por informar sobre os fatos ocorridos naquele domingo. Ambos os matutinos dedicaram editoriais e colunas de opinião para detalhar, ilustrar e informar sobre o acontecimento.

Na capa do CP, como é chamado o Correio do Povo, letras garrafais denunciavam “Democracia sob ataque: Planalto, Congresso e Supremo são invadidos e depredados no maior atentado contra os prédios dos poderes da República”. Três fotos mostravam a dimensão do

ocorrido, com registro de policiais subindo a rampa do Planalto, manifestantes segurando a bandeira do Brasil em destroços da Câmara dos Deputados e cadeiras quebradas no Supremo Tribunal Federal. Na primeira página de ZH (jornal Zero Hora), o contexto era o mesmo e ainda informava: "Ataque à democracia: Golpistas radicais apoiadores de Bolsonaro depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou intervenção na segurança no Distrito Federal; mais de 300 pessoas foram detidas até às 22h. O governo também pediu prisão do ex-secretário da área do DF, Anderson Torres". Em destaque, uma fotografia do cenário de depredação na Esplanada dos Ministérios, em que manifestantes estão de um lado, atrás de uma espécie de barricada erguida com tapumes de madeira, e policiais das forças especiais estão do outro, enquanto a fumaça de bombas de efeito moral tomava conta do ambiente.

Através do método escolhido, é possível identificar se houve e qual foi o posicionamento dos jornais gaúchos acerca do atentado e de que maneira ele é demonstrado através de suas páginas. Os editoriais de abertura, em ambos os periódicos, de formas diferentes, mas debruçaram-se a condenar os atentados daquele 8 de janeiro de 2023. Enquanto Correio do Povo intitulou a opinião institucional como "A democracia confrontada", Zero Hora enfatizou que "Vândalos, golpistas e criminosos devem ser rigorosamente punidos". Em destaque no corpo do texto, o editorial do Correio do Povo destacou que "o caminho da violência, quando um grupo quer impor pela força suas convicções, nunca deve ser uma opção e ela, quando adotada como prática por desajustados sociais, deve ser coibida com o rigor da lei". De maneira mais suscinta, ZH enfatizou, em espaço similar, que "a invasão da Praça dos Três Poderes pela multidão comprova que a democracia brasileira está realmente ameaçada". Na mesma linha, os colunistas de opinião dos periódicos dedicaram seus espaços, no dia 9 de janeiro, ao atentado ocorrido no dia anterior. Rodrigo Lopes e Rosane de Oliveira, em Zero Hora, disseram que o ataque à Praça dos Três Poderes foi o "Maior ataque à democracia brasileira desde 1964" e que "Terrorismo em Brasília é pior do que invasão no Capitólio", fazendo uma referência ao que ocorrera na sede do poder norte-americano em 6 de janeiro de 2022. No Correio do Povo, Guilherme Baumhardt limitou-se a dizer que o ataque foi resultado de um "Vulcão em erupção", como intitulou sua coluna, ao passo que Taline Oppitz denominou os acontecidos como "Vandalismo, invasões e crimes no centro do poder".

Para dar corpus ao estudo, resgatam-se estudos nas áreas da análise do discurso, teorias da comunicação e do jornalismo, sociologia, imaginário, política contemporânea e, principalmente, história política do Brasil. Os conceitos foram fundamentais para a percepção

de que periódicos, enquanto instituições midiáticas, e jornalistas responsáveis por setores de opinião, demonstraram, majoritariamente, repúdio ao ocorrido naquele 8 de janeiro de 2023. Em comum entre eles, a capacidade de problematizar, elucidar e avaliar os fatos, intercalando informação e opinião dentro da construção narrativa do acontecimento comentado. Neste estudo, não coube avaliar a qualidade ou fazer juízo de valor sobre o conteúdo enunciado por cada interlocutor, mas sim entender quais foram os posicionamentos e de que maneira eles foram, ou não demonstrados, dentro dos espaços que servem, segundo Charaudeau (2019), para provocar a capacidade interpretativa e auxiliar na formação de opinião do receptor.

2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA:

"O maior atentado à democracia brasileira desde 1964". Foi assim que o jornalista Rodrigo Lopes, colunista do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, definiu os ataques simultâneos aos prédios do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde de 8 de janeiro de 2023. As estruturas ficam próximas umas das outras, na capital federal, em uma área denominada de Praça dos Três Poderes. Naquele dia, milhares de pessoas, que estavam acampadas em frente aos quartéis-generais do Exército Brasileiro em diferentes estados, dirigiram-se ao distrito federal repúdio ao resultado das eleições de outubro de 2022, que deram o terceiro mandato presidencial a Luiz Inácio Lula da Silva, líder e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Os manifestantes presentes no ato eram apoiadores do ex-presidente da República — que saiu derrotado no referido pleito no qual buscava a reeleição — Jair Messias Bolsonaro. O militar foi eleito em outubro de 2018, sob o slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", característica que se repete entre políticos mais conservadores (Levitsky e Ziblatt, 2018) e, notadamente, representara uma tentativa de identificação para com o povo a partir da religiosidade. Foi com a eleição de Bolsonaro que a polarização, que já crescia a passos largos no Brasil, ganhou força e se consolidou. Bolsonaro deu vez e voz para uma filosofia que vai de encontro a práticas que pareciam, até então, consolidadas em um estado democrático. A tolerância, a convivência pacífica entre opositores, a manutenção da autonomia de instituições e a defesa dos Direitos Humanos como política de Estado (CARVALHO JÚNIOR, 2019) se apequenaram enquanto política sob o governo do capitão do exército.

A força das redes sociais, em uma era de franca ascensão tecnológica, faz com que todos tenham autonomia de fala e alcance, inclusive aqueles que, por algum motivo, colocam em xeque o sistema democrático de uma nação — no caso do Brasil, um jovem sistema

democrático estabelecido logo após o fim de 24 anos do regime militar instaurado em 1964. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 31) afirmam que "demagogos potenciais existem em todas as democracias e, ocasionalmente, um ou mais de um deles faz vibrar a sensibilidade pública". Esses *outsiders*[1] podem, com auxílio destas novas plataformas midiáticas, serem alçados a um estrelato político, praticamente, da noite para o dia. Donald Trump, nos Estados Unidos, é um destes exemplos (Levitsky e Ziblatt, 2018). Em terras tupiniquins, Jair Bolsonaro, um capitão da reserva que desde os anos 1991 exercia mandatos inexpressivos como deputado federal e passou por diversos partidos políticos, sem nunca se consolidar como uma liderança dentro deles, naquele ano foi, praticamente, catapultado à presidência da República.

As carreiras militar e política de Bolsonaro foram rodeadas de polêmicas. Em 1986, um artigo escrito por ele e publicado na Revista Veja[2], cobrava melhores salários para a classe militar. A publicação lhe rendeu quinze dias de prisão em um quartel. No ano seguinte, o mesmo meio de comunicação revelava um plano em que Bolsonaro planejava a explosão de bombas em quartéis e outros pontos estratégicos do Rio de Janeiro, sob o pretexto de chamar atenção para melhor remuneração aos militares. Ele chegou a responder sobre o ato para um conselho de justificação do Exército, onde foi inicialmente condenado. Ao recorrer para o Superior Tribunal Militar (STM), Bolsonaro foi absolvido por falta de provas. Em 1989, foi eleito vereador pelo Rio de Janeiro e, dois anos depois, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, onde permaneceu, em sucessivos mandatos, até assumir o executivo brasileiro.

A campanha para o Palácio do Planalto, contudo, começou bem antes do pleito de 2018. Em 2014, Bolsonaro ganhou projeção nacional ao dizer que não estupraria Maria do Rosário, deputada federal pelo PT do Rio Grande do Sul, porque ela era muito feia. "Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia. Não faz meu gênero. Jamais a estupraria" (ZERO HORA, 2014), declarou o parlamentar à época. A partir daquele ano, o político se envolveu em uma série de outras polêmicas, sempre relacionadas a ataques pessoais, principalmente, contra mulheres, ofensas à população LGBTQIAPN+ e exaltação a torturadores que aturaram durante a repressão militar no Brasil, como Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em uma sessão que debatia o impeachment de Dilma Rouseff, inclusive, o então

[1] Em tradução livre, estranho ou forasteiro. Na política, pode ser entendido como uma figura com pouca, ou nenhuma, experiência político-partidária.
[2] C.f. https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/

deputado federal alegou que general Ustra era “o pavor” da presidente do Brasil. Dilma foi presa e torturada, durante 22 dias seguidos em 1972[3], a mando do militar.

Na contramão de Bolsonaro, está a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, pernambucano natural de Garanhuns. Quando criança, sua família se mudou para o litoral paulista, viajando por treze dias na caçamba de um caminhão "pau de arara". Foi morar em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá. Sua trajetória política iniciou em 1975, quando foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC — entidade que representa, até os dias de hoje, os trabalhadores do setor na região do ABC Paulista, em São Paulo. Alguns anos antes, Lula perdeu um dedo durante o exercício da profissão, fato que o fez ingressar no movimento sindical em busca de melhores condições para os trabalhadores. Nos anos 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores – ao qual é filiado até os dias de hoje – e disputou o Governo de São Paulo em 1982, atingindo singelo quarto lugar.

Lula é um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e participou, ativamente, do movimento Diretas Já, pela volta da democracia e restabelecimento dos direitos do povo brasileiro. Em 1986, elegeu-se deputado federal e foi alçado, na sequência, à primeira disputa presidencial. Fernando Collor de Mello foi eleito naquele ano. Em 1994, na segunda candidatura, perdeu para Fernando Henrique Cardoso. Foi só em 2002 que Lula conquistou os brasileiros e se tornou presidente da República pela primeira vez. Os mandados do petista não passaram ilesos a momentos de crise, como na investigação do Mensalão e a crise econômica de 2008 – chamada de ‘marolinha’ por ele em um programa de televisão. Em 2018, em um dos maiores processos investigatórios já realizados pela Polícia Federal brasileira, Lula foi preso. A Operação Java-Jato[4], liderada pelo então juiz, Sérgio Moro, foi desencadeada em 2014 e teve como foco principal, a investigação de estratégias para lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos dentro da política brasileira. Em sete anos de operação, foram cumpridos mais de mil mandados de busca e apreensão, prisões, entre temporárias e preventivas, e conduções coercitivas.

À época, o petista era pré-candidato ao terceiro mandato como presidente do Brasil – eleição que deu a Bolsonaro seu primeiro cargo à frente do executivo. Ele permaneceu detido, na Penitenciária de Curitiba, durante um ano, sete meses e um dia (580 dias). Em novembro de

[3] C.f. https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/choque-pau-de-arara-e-palmatoria-o-relato-de-dilma-sobre-a-tortura-ironizada-por-bolsonaro/

[4] C.f. https://jornal.usp.br/radio-usp/lava-jato-e-operacao-impossivel-de-se-entender-fora-da-sua-determinacao-politica/

2019, foi solto após uma decisão do Supremo Tribunal Federal que anulou a prisão de condenados em segunda instância. Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu que os processos contra Lula não deveriam ter tramitado em Curitiba e, em junho daquele ano, a Corte entendeu que não houve imparcialidade de Sergio Moro, anulando todos os procedimentos jurídicos determinados por ele. No ano seguinte, durante as eleições de 2022, Moro se elegeu senador pelo estado do Paraná, filiado ao União Brasil — partido criado a partir da fusão entre o Democratas e o Partido Social Liberal, aprovada em outubro de 2021. Ele recebeu 1,9 milhão de votos, com mandato vigente até 2031.

A breve contextualização apresentada mostra como Lula e Bolsonaro são antagônicos em, praticamente, todos os aspectos de suas trajetórias. Os políticos são uma espécie de personificação do ditado popular que faz referência à água e ao vinho que, apesar de fazerem parte da mesma categoria – bebida – diferem drasticamente, para o bem e para o mal. Em **Brasil, construtor de ruínas – um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro** (2019), a jornalista Eliane Brum define, em poucas palavras e com muita clareza, o que ambos representam no contexto político-ideológico do país.

> Se fosse uma moeda, o Brasil das primeiras duas décadas deste século teria duas faces. Cara e cara. Uma é a de Luiz Inácio Lula da Silva, o maior líder popular da história recente. A outra é a de Jair Bolsonaro, eleito presidente em outubro de 2018, com uma parte da sociedade chamando-o de "mito", a outra de "coiso". Lula e Bolsonaro marcaram a disputa mais polarizada desde a redemocratização do Brasil como duas faces opostas. (BRUM, 2019, p. 13)

O conceito da autora ajuda a enfatizar as diferenças entre os representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e, à época, Partido Social Liberal (PSL)[5]. A ascensão de Bolsonaro ajudou a fomentar o movimento conservador e *antipetista* – enquanto petistas são os apoiadores da sigla, antipetistas é a forma como se definem os opositores do PT. Aos apoiadores de Bolsonaro, usa-se a alcunha bolsonarista — adeptos do *bolsonarismo,* tal qual o sufixo *ista* impõe, referindo-se à figura do político não como indivíduo, mas sim um movimento ideológico. A palavra se transformou em um adjetivo, acrescentando características e modificando substantivos diversos no vocabulário da população.

Bradando sempre pela defesa da democracia, Bolsonaro adota uma postura que Levitsky e Ziblatt (2018, p. 31) definem como *populista antiestablishment*, "figuras que, afirmando representar 'a voz do povo', entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Populistas como ele tendem a negar a legitimidade dos partidos

[5] Em 2021, Bolsonaro se filiou ao Partido Liberal (PL), ao qual permanece enquanto desta publicação.

estabelecidos". Usando-se desta negativa, prometem respeitar a vontade do povo e devolver poder a ele, ao passo que, na verdade, fomentam o enfraquecimento das instituições e deslegitimam estruturas já consolidadas. No caso do Brasil, viu-se durante os quatro anos da gestão Bolsonaro, os três poderes – executivo, legislativo e judiciário – e o sistema eletrônico de votação, utilizado desde 1996 no país, sendo alvos quase que diários de escárnio público e questionamentos, muitas vezes, infundados.

Fuks e Marques (2022) explicam que o Governo Bolsonaro acentuou a polarização, destacada por Brum (2019), principalmente, em dois aspectos: ideológico, pelo aumento da distância de valores entre grupos políticos; e afetivo, causando aumento do desafeto entre grupos políticos rivais. Dibai e Dalmonte (2022) complementam ao afirmar que, neste contexto, a emotividade intensa, a crítica e a derrota perdem o papel de etapas rotineiras do processo político, ao mesmo tempo em que a sensação de abandono da reserva institucional aumenta. O desejo de vencer a qualquer custo é acentuado e impulsiona, mesmo que de maneira velada, a violência e põe em risco a democracia (Levitsky e Ziblatt, 2018). Em outros momentos da história, nações em desenvolvimento — como é o caso do Brasil — e, até mesmo, aquelas que já possuíam sistemas consolidados de governo — como Alemanha, Chile e Venezuela — viram a democracia ruir com a ascensão de figuras que flertavam, intensamente, com o autoritarismo. A conivência de partidos políticos, que teriam como dever zelar pela manutenção do estado democrático, foi um dos pontos cruciais desta derrota governamental.

Assim como o bolsonarismo tomou conta de parcela significativa da população, é ingenuidade pensar que não o fez, também, dentro de setores importantes para o desenvolvimento da sociedade, como economia, serviços e, obviamente, também da imprensa. Profissionais de grandes veículos de comunicação — que têm, ou até então tinham, como premissa básica do jornalismo, o compromisso com a verdade e idoneidade nas informações (Traquina, 2012) — passaram demonstrar certa afinidade com os ideais alavancados pelo bolsonarismo e isso refletiu, também, no conteúdo veiculado pelas empresas jornalísticas, principalmente, em conteúdos de opinião, onde há uma autonomia sobre o conteúdo muito maior. A cobertura política passou a ir além de assuntos de impacto direto na vida da população, como projetos de lei e medidas provisórias, o que tornou, ainda mais significativo, o espaço das colunas de opinião dentro dos periódicos. Como bem define Melo (1985), o colunismo – ofício exercido por jornalistas que possuem espaços de opinião – também está associado ao que é pessoal, voltando-se para o interesse particular de quem o faz e, por isso, uma expressão direta de seus pensamentos, valores e ideais. Mesmo que Habermas (2019, apud Dibai e Dalmonte,

2022) defenda que a informação, verdadeira e fidedigna, seja uma das prerrogativas da democracia, o indivíduo pode acabar aflorando entendimentos com maior pessoalidade, mesmo dentro de um espaço voltado para a veiculação de informação, o que causa um processo de desordem informacional. Esta situação, como apontam Dibai e Dalmonte (2022), transferiu para o cidadão, "o encargo de checar a veracidade e correção das informações, o que tumultua e dificulta o processo de comunicação e sua função social" (DIBAI; DALMONTE, 2022, p. 148), compartilhando com o indivíduo aquilo que é, por natureza, ofício do jornalista.

O resultado das urnas, com a eleição de Lula em 2022, causou uma ruptura no sistema que perdurou durante os quatro anos da gestão de Bolsonaro, instalando um ambiente de insegurança e desencadeou uma onda de manifestações populares em todo o país. De outubro daquele ano, até a primeira quinzena de janeiro de 2023, os apoiadores de Bolsonaro montaram acampamentos em frente a quartéis-generais clamando pela intervenção de militares junto ao Congresso Nacional, enquanto caminhoneiros paralisavam rodovias importantes para a chegada de alimentos e insumos em diferentes cantos do país. A insatisfação culminou com o atentado objeto deste estudo, classificado como tentativa de golpe ao Estado Democrático de Direito[6], pela mídia nacional e internacional. Além da prisão daqueles que participaram, diretamente, no ataque e depredaram patrimônio público, financiadores e fomentadores do vandalismo ainda passam por investigação da Polícia Federal, que trabalha para responsabilizar todos os envolvidos.

Elencados tais fatos até aqui, a pesquisa busca compreender como foi a abordagem dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, e de colunistas que atuam no segmento de opinião dentro dos periódicos, a respeito do atentado à Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Arnt (2002) coloca o que o jornal pode ser visto como um meio ultrapassado, mas o veículo ainda é um forte balizador da opinião pública e se potencializa através nas novas plataformas de difusão, como a internet e as plataformas digitais. Por isso, escolheu-se dois periódicos de forte circulação no Rio Grande do Sul, em especial na capital gaúcha: Correio do Povo e Zero Hora. Como o objetivo desta pesquisa é voltado à análise discursiva, optou-se também pela análise dos editoriais de abertura e colunas na área política, visto que os movimentos se nortearam neste cunho.

[6] C.f. https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/relembre-o-passo-passo-da-tentativa-de-golpe-no-81

No jornal Correio do Povo, três jornalistas assinavam colunas de opinião política em 9 de janeiro: Guilherme Baumhardt, Taline Oppitz e Alexandre Garcia. Há ainda, um quarto espaço de opinião no jornal, mas voltado para análise de acontecimentos internacionais, assinada pelo jornalista, Jurandir Soares. Como o espaço se limita a comentar fatos que acontecem em outros países, optou-se por não a incluir nesta análise. O recorte feito pela pesquisa, contudo, não incluirá o conteúdo produzido por Alexandre Garcia, uma vez que os conteúdos publicados por ele no jornal não são exclusivos e acabam sendo replicados por outros veículos de comunicação do Brasil. Deste modo, o material a ser considerado se limita aos editoriais e aos dois colunistas restantes; Guilherme Baumhardt e Taline Oppitz. Cabe salientar que o conteúdo publicado por Baumhardt foi veiculado no dia 10 de janeiro, pois sua coluna em Correio do Povo era semanal e não diária, como no caso da colega.

Em Zero Hora, o número de colunistas políticos é mais suscinto, apenas dois: Rosane de Oliveira e Rodrigo Lopes. Oliveira é a jornalista responsável pela cobertura da política municipal, estadual e nacional, focando seu espaço de opinião em assuntos que possuem maior repercussão e podem despertar mais interesse entre os gaúchos. Lopes, por sua vez, tem vasta bagagem na cobertura de guerras e conflitos, utilizando-se de uma abordagem *analítico-participativa*, em que não faz apenas uma contextualização noticiosa acerca do fato, mas faz questão de descrever sua experiência em meio ao acontecimento. Em 9 de janeiro de 2023, ambos dedicaram seus espaços no periódico para analisar e buscar compreender de que maneira o atentado aconteceu e quais seriam seus impactos a partir de então. Além disso, o texto institucional do jornal também se dedicou ao atentado em Brasília, motivo pelo qual também foram incorporados à análise. Entre os quatro jornalistas selecionados, Lopes era o único que estava em Brasília no momento do atentado à Praça dos Três Poderes.

Para desenvolver um trabalho consistente e capaz de atingir os objetivos anteriormente propostos, utilizar-se-á da Análise do Discurso (AD) como metodologia. A teoria sobre a qual Patrick Charaudeau (2019) dedicou boa parte de sua pesquisa busca, a partir da interpretação de um discurso, entender o que há nas entrelinhas de um texto e naquilo que não é dito, mas lá se encontra. O filósofo Michael Foucault (1996, p.10) — cujos estudos norteiam a segunda fase da AD — entende que o discurso "não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por quê, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar". Isto é, há em um discurso, capacidade muito maior do que a de meramente expor uma significação a partir da literalidade das palavras. O discurso é, também, uma forma de

construção e manifestação do poder (Foucault, 1996), uma estrutura que se desenvolve, a partir de um desejo ou interesse, para atingir determinado objetivo.

Nesta mesma linha, Charaudeau (2005) não sabe caracterizar, ao certo, onde se inicia e onde termina a AD. Para ele, é necessário considerar diversos fatores, externos e internos, dentro de uma problemática global, por ele denominada de transdisciplinaridade, relacionando a linguagem em si com aspectos sociais e atitudinais, em simultaneidade com a construção de texto imposta pela linguagem vigente. Não há discurso sem contexto, afinal. O pesquisador (2005) acredita que quando há construção do sentido, é pelas formas verbais que acontece e se há uma construção textual, só é possível por meio das regras do ordenamento do verbal. Acredita-se, por tanto, que estas ferramentas de análise possam contribuir para a conquista dos objetivos presentes nesta proposta de pesquisa, visando compreender os fatos anteriormente apresentados.

3. ESTADO DA ARTE

A novidade do tema escolhido para a pesquisa faz com que o número de estudos que se debruçaram a fim de sua compreensão seja escasso, mesmo que entender o que levou aos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 e seus reflexos para a sociedade sejam de suma relevância. Durante uma breve pesquisa no Google Acadêmico, nas duas primeiras páginas, com vinte trabalhos ao todo, localizou-se apenas nove envolvendo o Atentado à Praça dos Três Poderes. As áreas, contudo, não são restritas à comunicação, restando também trabalhos na área das artes visuais, direito e da psicanálise. Os estudos foram localizados a partir da palavra-chave “manifestações 8 de janeiro de 2023”. Ao mudar o termo e procurar por “atos de 8 de janeiro”, na mesma plataforma, foram localizadas treze publicações acadêmicas, entre artigos e entrevistas, em três páginas de busca, com dez links por aba cada.

Acredita-se que os elementos levantados por outros estudiosos possam complementar esta pesquisa, principalmente, para se ter uma visão ampliada e mais diversa a respeito do tema. Após mais de um ano desde o acontecimento, o vandalismo e depredação públicos registrados no Distrito Federal, em 2023, ainda tem a gravidade e a relevância questionadas por parcelas da população — principalmente, por aquela que acredita que o Brasil, que ainda engatinha na consolidação de um espaço democrático (Brum, 2019), precise de lideranças conservadoras e, até mesmo, ditadores à sua frente.

No primeiro termo pesquisado, um dos trabalhos de maior destaque é o da jornalista Milena Castro de Araújo (2024), que analisa as abordagens da revista Veja e Carta Capital a

respeito ao atentado de 8 de janeiro. No estudo, metodologicamente embasado por Laurance Bardin e sua análise de conteúdo, ela se debruçou, por 16 semanas, a identificar as principais narrativas adotadas durante a cobertura factual e a médio prazo dos acontecimentos. O recorte contempla dezoito reportagens, sendo dez da Veja e oito da CartaCapital. A autora constatou que a maioria das matérias tratava das consequências e respostas oficiais relacionadas ao evento. O papel de Bolsonaro na disseminação de um discurso antidemocrático e na escalada de tensões também foi considerado. Por fim, o trabalho apresentado para conclusão de curso na Universidade de Brasília demonstrou que os envolvidos na depredação foram citados, majoritariamente, como "vândalos" e "golpistas". O uso de expressões como "tsunami da barbárie" e "ato bolsonarista" definiu o intento das revistas em quatro meses de cobertura. No entendimento de Araújo, o teor empregado nas reportagens foi de repúdio.

Destaca-se, na sequência, o artigo publicado no Journal of Latin American Communication Research, em que Garrossini et al (2023, p. 35) buscam investigar "como as redes sociais se transformaram de potência política da expressão popular às bolhas algorítmicas e a fabricação do Fascismo no Brasil". A análise é baseada nos estudos de Paul Virilio sobre a construção do espaço, nos entendimentos de Castells sobre as redes sociais e nos estudos sobre capitalismo e capitalismo cognitivo de Yann Moulier-Boutang. Os pesquisadores discutem uma aplicação semiótica do discurso a partir de narrativas construídas no processo de fabricação dos atos, denominados terroristas, em 8 de janeiro de 2023. O artigo finaliza com um panorama com diversos pontos de fuga, com os quais, no futuro, poder-se-á desvelar as maquinações que enfraqueceram potencialidades de grupos sociais e da democracia.

No mesmo periódico, o Journal of Latin American Communication Research, as professoras Rose Mara Vidal de Souza e Maria de Jesus Daiane Rufino Leal (2023) analisam a comunicação no Brasil após o atentado de 8 de janeiro. As pesquisadoras destacam que a criação e disseminação de notícias falsas se transformou em uma ferramenta do marketing político e eleitoral brasileiro. Desta forma, as chamadas *Fake News* acabam tendo impacto direto no campo psicológico e na formação da opinião pública, no que as autoras chamam de "um processo de desinformação a serviço de um caos na política" (SOUZA, Rose Mara Vidal De; LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino, 2023, p. 4). O estudo se utiliza da perspectiva do Efeito Narcotizante dos Meios de Comunicação (Lazarsfeld & Merton, 1948) e da Teoria das Fundações Morais (Haidt, 2012) para entender o papel da comunicação na consagração dos atentados registrados em 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e os desdobramentos que apresentaram, bem como as iniciativas para combater a desinformação no Brasil.

Aderruan Tavares (2023) faz um paralelo entre as manifestações de junho de 2013 e o ataque à Praça dos Três Poderes em 2023 a partir da importância da constituição para a estruturação de uma sociedade. O autor entende que, em sociedades muito complexas e multiculturais, apenas a constituição é capaz de integrá-las, substituindo todas as demais formas de integração, como religião, nacionalidade e identificação, tornando-se o único lugar comum entre todas elas. "A formação do Estado brasileiro se deu exclusivamente no campo institucional [...]. Com a maioria da sua população composta por escravos, que não eram nem reconhecidos como 'gente', primeiro se cria o estado e a ideia de nação fica postergada", pontua o autor (2023, p. 239-240). E com este alicerce, baseado na vertente epistemológica do Constitucionalismo Achado na Rua, que Tavares (2023) busca analisar os recentes eventos políticos a fim de discutir um constitucionalismo adaptado às necessidades atuais para assegurar uma sociedade mais diversa, plural e segura constitucionalmente.

Boaventura (2023) faz uso do conceito freudiano de massa para entender quais foram as motivações e razões que culminaram com a invasão à Praça dos Três Poderes naquele ano. Para isso, a pesquisa parte do pressuposto de que o então presidente Bolsonaro era visto como um líder e, dentro dessa perspectiva, busca entender os fenômenos que atribuíram essa condição a ele; o que pensavam os manifestantes e quais mazelas sociais buscavam solucionar com o intento e, por fim, como essa coletividade, no sentido freudiano, configura uma "massa" e culmina com os atos constatados em 8 de janeiro de 2023. As conclusões do autor são relevantes no que tangue à psique dos manifestantes, uma vez fica demonstrada identificação dos vândalos com valores e ideais manifestados na figura do ex-presidente e que sua derrota nas urnas representaria "a volta do comunismo, o fim da família brasileira, a corrupção voltando e tomando conta" (BOAVENTURA, 2023, p. 37) — elementos, fortemente, disseminados através de informações falsas na internet. Também no âmbito da psicologia, o artigo desenvolvido por Da Frota (2024) busca entender os atos denominados antidemocráticos a partir de conceitos psicanalíticas, existenciais, marxistas e decoloniais à Criminologia, relacionando os acontecimentos à presença de um narcisismo coletivo, baseando-se em conceitos da literatura clássica e contemporânea.

Marquesi e Silva (2023) se debruçam em uma análise macro, meso e microtextual de um discurso de Jair Bolsonaro para discutir a progressão temática da fala e observar marcas linguístico-textual-discursivas que possam ter impulsionado os atos observados em 8 de janeiro de 2023. O artigo, desenvolvido pelos estudiosos da linguística, em especial relação com a pesquisa aqui desenvolvida, uma vez que se debruçam na análise discursiva a partir da

linguagem quê, em grande parte, tem relação com a análise do discurso empregada à comunicação. Como uma crônica anunciada, Marquesi e Silva (2023, p. 72) concluem que o discurso proferido por Bolsonaro teve implicação direta nos ataques ocorrido à época e que "a violência verbal é constitutiva de discursos de ódio ou de ameaça, que incitam a violência, prenunciam-na e a tornam real".

Comentários da rede social X (antigo twitter[7]), feitos por Bolsonaro em 8 de janeiro de 2023, são o objeto de análise do artigo desenvolvido por Sousa, Figueira e Júnior (2023). Os autores fazem uso de categorias analíticas da Linguística Textual para um estudo argumentativo do discurso (Cavalcante et al., 2020, 2022) empregado nas publicações, assumindo o pressuposto de que a violência verbal se situa em um quadro no qual os sujeitos fazem uso de argumentos ad hominem para estabelecer, argumentativamente, um distanciamento em relação ao outro e, a partir de então, construir uma imagem de si. O artigo (2023, p. 226) revela que os objetos do discurso contribuem para a instauração, manutenção e atualização da interação polêmica, e "a forma pela qual os objetos de discurso são (re)categorizados nos textos reflete a reivindicação de uma imagem própria e do outro", naquilo que a pesquisa entende como a formação de um *ethos* que age no espaço público.

Martins (2024, p. 118) acredita que o atentado registrado em 8 de janeiro teve influência direta do discurso utilizado pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, durante os quatro anos em que exerceu a presidência da República. Para a autora, ele "incentivou a população a sair às ruas, inclusive armada, para defender a permanência e manutenção de seu projeto de governo e de país". Martins (2024) recorda que militares da reserva e apoiadores de Bolsonaro fizeram acampamentos em frente aos quartéis do exército, pedindo a retirada de Luiz Inácio Lula da Silva da presidência, mesmo antes de ele assumir o terceiro mandato. O estudo ainda analisa fatores que promoveram a ascensão da direita no Brasil e estigmatizou valores, pensamentos e interesses voltados à esquerda, além de fazer um resgate histórico de outro momento importante para a democracia brasileira, que foram as manifestações de 2013 — período de insatisfação com aumento da passagem de ônibus em São Paulo e que culminou com uma onda de protestos em todo o país. A pesquisa entende que democratizar as mídias comunitárias, "promover e incentivar as ações e as expressões culturais e populares em todo o

[7] Em outubro de 2022, o bilionário norte-americano, Elon Musk, realizou a compra do Twitter por US$ 44 bilhões. Após efetuar a negociação, a plataforma teve o nome alterado para X, mas o nome original continuou a ser utilizado pelos adeptos da plataforma. C.f. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63422571

país, criando formas de participação autênticas" (MARTINS, 2024, p. 126) são algumas das possibilidades para que atos como o do 8 de janeiro não voltem a se repetir.

Na análise de Cosenza (2024, p. 67), os atos antidemocráticos são denominados como "tentativa de golpe de estado", uma vez que a reação das forças armadas e das polícias, civil e federal, impediram que os estragos fossem maiores. Apesar das inúmeras possibilidades de interpretação, a autora (2024, p. 67) caracteriza o evento como "uma insurreição popular do tipo fascista da extrema direita" e identifica que há um paralelo entre o atentado, no Distrito Federal, e a March on Rome, em 27 de outubro de 1922, uma vez que ambos foram norteados por movimentos ideológicos de massa — o bolsonarismo em 2024 e o fascismo no século passado.

Figueroa (2023) aborda a cobertura das manifestações no ambiente televisivo, a partir do mito da objetividade enquanto fator de deslegitimação e entrave à prática jornalística guiada pela racionalidade *destranscendentalizada* (sic). O estudo se utiliza de reportagens veiculadas pelo Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo, para entender de que maneira é possível construir notícias com informações qualificadas para subsidiar o pensamento crítico e autônomo da audiência, superando a heteronomia da estrutura de poder.

A pesquisa qualitativa realizada por Tuzzo e Temer (2024) busca compreender quais foram as estratégias adotadas pela Rede Globo de Televisão e Globo News, durante o episódio de depredação ao patrimônio público em 8 de janeiro de 2023, para assegurar uma cobertura jornalística em um ambiente de hostilidade e desafeto. As pesquisadoras construíram uma retrospectiva dos ataques cometidos contra jornalistas, durante o Governo Bolsonaro, e a repercussão que as atitudes tiveram, a partir da Análise Audiovisual e da Análise de Discurso Crítica. Foi possível constatar que a violência contra a imprensa é continua nos ambientes cibernéticos, principalmente, em comentários apoiadores bolsonaristas nas redes sociais, e isso afetou o modelo de telejornalismo e a atuação dos profissionais durante os atentados. A tensão das relações entre a política e o jornalismo brasileiros fomenta uma certa dramaticidade nas coberturas da grande mídia, podendo, inclusive, afetar a dinâmica interna das empresas jornalísticas e, até mesmo, a qualidade do trabalho desempenhado por quem realiza as coberturas midiáticas.

A produção de Kelner, Azevedo e Lima (2024) aborda a defesa da democracia, enquanto política constitucional, tendo os atos daquele 8 de janeiro 2023 como a deflagração de embates institucionais, além da proposição de uma ruptura no sistema democrático. Os

juristas partem do conceito de política constitucional e do regramento de tipificação penal para estabelecer a salvaguarda da democracia como "um bem jurídico a ser tutelado por todos os entes estatais e da própria sociedade" (Kelner, Azevedo e Lima, 2024, p. 1). O estudo entende que a adoção de medidas direcionadas ao reordenamento harmônico-institucional entre os Poderes da República é fundamental para evitar o novo desencadeamento de ações autoritárias e prejudiciais à soberania popular, sobretudo, àquela materializada na disputa eleitoral.

4. A HISTÓRIA GOLPISTA DO BRASIL

A deposição do presidente João Goulart[8], em 2 abril de 1964, deu início ao período mais longo de uma ditadura no Brasil. A tomada do poder por militares, no entanto, não era uma novidade para o país daquele século. Três décadas antes, o país vira o exército depor Washington Luís[9] (1926-30) a menos de 30 dias para o fim de seu mandato e impedir a posse do candidato a presidente eleito, Júlio Prestes[10] (à época, filiado ao Partido Republicano Paulista, PRP). O afastamento de Washington Luís (também PRP), na chamada Revolução de 1930, alçou o candidato derrotado naquele pleito ao cargo de presidente do Brasil provisoriamente. Getúlio Vargas[11] (filiado ao Partido Social Democrático, o PSD), que fora ministro da fazenda de Washington Luís e deveria ocupar o posto até que novas eleições fossem realizadas, foi empossado presidente em definitivo do Brasil em 3 de novembro de 1930, após um período de dez dias em que o grupo de militares esteve à frente da nação — e só não permaneceu por uma onda de manifestos que ocorriam em diferentes estados após o afastamento de Washington Luís, que tentara, sem sucesso, garantir os direitos do candidato eleito (Skidmore, 1975).

Com a dissolução do Congresso Nacional, Vargas assumiu não só o poder executivo federal, como também o legislativo, os estaduais e municipais, exonerando governadores e, em seus lugares, indicando interventores federais (Fausto, 2022) — muitos deles, militares — com exceção para o recém-empossado mandatário mineiro, Olegário Maciel. Em agosto de 1931, o Código dos Interventores determinou as normas de ações dos estados em subordinação ao poder

---

[8] João Belchior Marques Goulart (1919 – 1976), foi advogado e político, tendo ocupado o cargo de 24º presidente do Brasil, entre 1961 e 1964. Antes disso, foi vice-presidente do país, nos mandatos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (1961). Jango, como era conhecido, assumiu a presidência após a renúncia de Quadros, em meio a um cenário de conflitos políticos relacionados outros países latino-americanos.

[9] Washington Luís Pereira de Sousa (1869 - 1957) foi advogado, historiador e político, 13º Presidente do Brasil e o último da República Velha. Foi deposto na chamada Revolu**ção**~~õ~~ de 1930.

[10] Júlio Prestes~~ Prestes~~ de Albuquerque (1882 - 1946) foi um advogado, poeta e político brasileiro. Único presidente eleito na história a ser impedido de assumir o cargo. Prestes foi governador do estado de São Paulo.

[11] Getúlio Dornelles Vargas (1882- 1954), advogado, militar e político, foi presidente do Brasil por quase duas décadas — sendo quinze anos de mandados ininterruptos. Cometeu suicídio em agosto de 1954.

central do executivo, desde medidas administrativas até demandas econômicas, como empréstimos e despesas. Um dos aspectos mais coerentes deste período da Era Vargas diz respeito ao trabalhismo, bandeira que defendeu e que, posteriormente, seria usada para fundar uma nova sigla política e com atuação significativa até os dias de hoje, o Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB). Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, estabelecendo leis de proteção ao trabalhador, órgãos para mediação de conflitos e o enquadramento dos sindicatos pelo Estado, legislado em março de 1931. "O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público" (FAUSTO, 2022, p. 187), mas isso não representava independência ao sindicato, que era fiscalizado pelo governo a cada decisão e era o próprio governo quem determinada a continuidade, ou não, da existência do coletivo.

A disputa pelo poder, em 1930, tomou um rumo diferente dos que foram adotados desde a independência, em 1822. Apesar de a deposição do então presidente, Washington Luís (PRP), parecer apenas mais um acontecimento na luta entre as elites que dominavam a política da época, a Revolução de 1930, como ficou conhecido o episódio, difere-se porque

> evidenciou-se, mais tarde, que a República Velha desabou de repente sob o peso de suas dissenções internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto à urgência de uma revisão básica no sistema político. A magnitude desse descontentamento com o sistema vigente e a natureza exata dos remédios propostos variavam enormemente numa coalização de malhas frouxas contra a liderança situacionista da República Velha. Alguns dentre os revolucionários almejavam pouco mais do que mudanças constitucionais no mais exato sentido jurídico. Outros estavam preparados para lutar por planos ambiciosos de modificações econômicas e sociais, abrangendo a reorganização nacional em larga escala. O que os irmanava era uma vontade de experimentar o arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo. O homem que presidiu a era inteira, de 1930 a 1945, foi Getúlio Vargas. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 26)

Ao longo do período, dissidentes e opositores do governo Vargas foram silenciados pelo regime ditatorial que perdurou até 1945, quando ondas de protestos começaram a se formar através das frestas da censura, que se estendia não apenas às atitudes e costumes da população, mas aos veículos de imprensa daquela época. No Rio Grande do Sul, naquele mesmo ano, o jornal Correio do Povo completara o seu cinquentenário, já sob a responsabilidade de Breno Caldas, filho de seu fundador Antônio Vieira Caldas Júnior. Outros jornais, como se detalha em capítulos posteriores, não tiveram a mesma sorte. A Federação, onde Caldas Júnior iniciou sua trajetória no jornalismo, foi fechado pela censura imposta pelo governo no Estado Novo.

Apesar de ocupar o posto desde 1930, Getúlio Vargas era considerado um presidente provisório, uma vez que foi determinado após a deposição de Washington Luís e, naquele tempo, o país caminhava em direção a uma política democrática. Com a promulgação da Constituição de 1934, além de títulos de ordem econômica e social, como direitos dos trabalhadores, educação básica e alistamento militar, estabeleceu-se um prazo para o fim da era Vargas. O mandatário foi eleito presidente, por voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de julho de 1934 e, deste modo, deveria exercer seu mandato até 3 de maio de 1938. Decidiu-se, portanto, que dessa data em diante, haveria eleições diretas para a presidência do Brasil (Fausto, 2022), o que não se esperava era que um novo Golpe de Estado manteria Getúlio no poder pelos sete anos seguintes. Fausto (2022) explica que, neste período, movimentos integralistas começaram a surgir no país. A Ação Integralista Brasileira (AIB), que buscava a tomada da consciência do valor espiritual da nação sob lema e princípios unificadores "Deus, Pátria e Família", recrutou entre cem e duzentos mil integrantes, entre membros da classe média e alguns militares. Comunistas e integralistas se enfrentaram, mortalmente, no fim dos anos 1930, e mobilizaram sentimentos diversos entre seus seguidores. apesar de abraçar alguns pontos em comum, como a crítica ao Estado liberal, valorização do partido único e o culto da personalidade de um líder. "Não por acaso, houve certa circulação de militares que passaram de uma organização para a outra" (FAUSTO, 2022, p. 195).

> Os integralistas baseavam seu movimento em temas conservadores, como a família, a tradição do país, a Igreja católica. Os comunistas apelavam para concepções e programas que eram revolucionários em sua origem: a luta de classes, a crítica às religiões e aos preconceitos, a emancipação nacional obtida através da luta contra o imperialismo e da reforma agrária. Essa maneira diversa de recortar as relações sociais era mais do que suficiente para produzir o antagonismo entre os dois movimentos. Além disso, eles refletiam a oposição existente na Europa entre seus inspiradores: o fascismo de um lado e o comunismo soviético de outro. (FAUSTO, Boris, 2022, p. 195).

4.1. Ascensão do autoritarismo

O autoritarismo ganhou força no Brasil sob a justificativa de que era necessário colocar ordem ao país, de alguma forma e, para isso, era dever do Estado garantir o bem-estar geral (Fausto, 2022). O autoritarismo, por já estar inserido dentro do estado em decorrência de outros períodos da historiografia brasileira, não se vinculava a partidos ou a figura de um líder, mas ao Estado como única força, motivo pelo qual teve sua maior expressão dentro das Forças Armadas. Cabe destacar que autoritarismo e integralismo não são equivalentes, mas possuem traços comuns relacionados, principalmente, ao cerceamento das liberdades individuais. Fausto (2022) explica que, enquanto esse buscava alcançar seus objetivos por meio de um só partido e tomar as rédeas do estado, aquele pretendia garantir o endurecimento do estado como força

universal — característica que marcou a história do Brasil entre os anos 1930 e 1945. No período, houve um grande fortalecimento das Forças Armadas, aumentando o número de efetivos e alçando militares a cargos de expressão. “No fim de 1933, 36 dos 40 generais da ativa tinham sido promovidos ao posto pelo novo governo. Assim se consolidou um grupo leal a Getúlio Vargas, onde se destacaram duas figuras: Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra” (FAUSTO, Boris, 2022, p. 196).

O ano de 1934 começou com uma série de manifestações populares em diferentes regiões do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte e Pará, motivadas, principalmente, por reivindicações operárias e alguns setores da classe média. No início do ano seguinte, o governo Vargas impôs uma Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso Nacional com o aval não só da base, mas também dos liberais (Fausto, 2022). Passou a ser crime, então, a greve de servidores públicos, hostilidade contra classes militares, incitação ao ódio entre classes sociais, propaganda subversiva e a organização de associações ou partidos que visavam a subversão a ordem pública ou social. Em resposta à legislação, os membros do Partido Comunista e alguns militares inclinados à esquerda se organizavam em uma Aliança Nacional Libertadora (ANL). A mobilização foi lançada em 30 de março de 1935, em um ato no Rio de Janeiro, com a leitura de um manifesto e a indicação de Luís Carlos Prestes, que acabara de ingressar no Partido Comunista Brasileiro, para presidente de honra. O papel de Prestes, como aponta Skidmore (1975), era atrair membros e eleitores que ainda o admiravam pelo que fizera na chamada Coluna Prestes, quando abraçara a causa dos tenentes da década de 1920 e escapou dos exércitos federais Brasil adentro.

Skidmore (1975) pontua que os indivíduos progressistas dentro da classe média estavam se unindo a sindicatos trabalhistas em apoio a um programa mais radical, defendido pela ANL. Não à toa que, em apenas dois meses, a Aliança contabilizava 1.600 sedes pelo país. Fausto (2022) destaca, neste sentido, que adesão se deve, principalmente, ao fato de a ANL possuir um conteúdo nacionalista e que nenhuma de suas premissas era voltada à classe operária. Eram elas: a suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização de empresas estrangeiras, reforma agrária, garantia das liberdades populares e constituição de um governo popular onde qualquer pessoa poderia participar. “A ANL seria o exemplo de uma frente popular adaptada às características do chamado mundo semicolonial, reunindo vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo” (FAUSTO, Boris, 2022, p. 1997). Em novembro de 1935, o PCB deu início à tentativa — fracassada — de um golpe militar, com

apoio integral do Comintern[12]. A atitude contribuiu para o aumento da escalada autoritária no país. No ano seguinte, o Congresso aprovou inúmeras medidas solicitadas pelo executivo para reprimir a atuação de comunistas e esquerdistas — inclusive, culminando com a prisão de um senador e quatro deputados (Skidmore, 1975) que tinham o apoio da ANL ou, em determinado momento, demonstrado apreço por ela. Foram criadas instituições para fiscalizar a atuação de opositores, como a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, que investigara a participação de agentes públicos em movimentos oposicionistas, e o Tribunal de Segurança Nacional, que deveria julgar agentes públicos envolvidos na tentativa de golpe em 1935 e acabou se transformando em um órgão permanente que funcionou durante todo o Estado Novo. ~~E~~

Às vésperas das eleições presidenciais, previstas para ocorrer em 1938, definiram-se as candidaturas para a sucessão de Getúlio Vargas. Pelo Partido do Constitucionalista (PD), decidiu-se por Armando de Sales Oliveira; pelo governo, foi indicado José Américo de Almeida, político do Nordeste que tinha sido ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. Aos integralistas, coube a indicação de Plínio Salgado. Nenhum dos nomes, contudo, contava com a simpatia ou confiança de Vargas.

> A abertura da disputa política facilitou um afrouxamento das medidas repressivas. Por ordem do ministro da Justiça, cerca de trezentas pessoas foram soltas em julho de 1937. Um pedido de prorrogação do estado de guerra em vigor deixou de ser concedido pelo Congresso. Entretanto, Getúlio e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das três candidaturas tinham sua confiança. José Américo inclinara-se cada vez mais a uma campanha populista, apresentando-se como "candidato do povo" e denunciando a exploração imperialista. Um observador próximo ao governo chegou a dizer que a questão social estava no centro da campanha presidencial, com o risco de o Brasil converter-se em uma Espanha dilacerada pela guerra civil. Ao longo de 1937, para aparar possíveis dificuldades regionais, o governo interveio em alguns Estados e no Distrito Federal. Faltava, porém, um pretexto para reacender o clima golpista. Ele surgiu com o *Plano Cohen* cuja verdadeira história tem muitos aspectos obscuros (FAUSTO, Boris, 2022, p. 199).

A artimanha, explica Skidmore (1975), veio à tona quando "o Estado-Maior do Exército 'descobriu' um documento que se propunha a ser plano de combate de uma revolução comunista" (SKIDMORE, 1975, p. 48). Por trás da falsificação, citada pelo autor, estava o aliado de Vargas, Goés Monteiro. Getúlio Vargas e o Ministro da Guerra, Gaspar Dutra aprovaram a utilização do documento, como afirma o autor (1975, p. 48), "pretexto para o *seu* golpe". Dutra denunciou, em 30 de setembro, a trama comunista revelada pelo Plano Cohen e, no dia seguinte, o Congresso concedeu a suspensão dos direitos constitucionais, anteriormente,

[12] A Internacional Comunista, que ficou conhecida como Comintern, foi uma organização internacional, fundada em 1919, por Vladmir Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética, para reunir partidos comunistas ao redor do mundo.

negada a Vargas. Os governadores de São Paulo e Rio Grande do Sul foram contrários à decisão, enquanto Getúlio conquistara o apoio de Minas Gerais. Um deputado federal, aliado ao governo, foi enviado aos estados indecisos para convencê-los a apoiar a decisão. "O Rio Grande do Sul permanecia como o obstáculo mais importante. A oposição local a Flores da Cunha[13] (a qual incluía o irmão de Vargas, Benjamin[14]), já havia iniciado os preparativos do *impeachment* contra o governador" (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 48). As forças armadas gaúchas foram federalizadas em 14 de outubro, por ordem de Goés Monteiro e do comandante regional, indicado por ele. Quatro dias depois, Flores da Cunha foge para o Uruguai. O deputado Negrão de Lima, que estivera em solo gaúcho, foi encaminhado ao Norte e Nordeste para garantir o apoio dos governos ao golpe, retornando com respostas quase que unânimes. No início novembro de 1937, a oposição envia um manifesto aos chefes militares, buscando impedir adesão ao golpe de Vargas, mas o efeito contrário apressou, ainda mais, os planos do mandatário.

No décimo dia daquele mês, tropas do exército cercaram o Congresso Nacional e impediram o acesso de deputados e senadores ao legislativo. General Dutra se opôs à participação do exército na operação, o que motivou Vargas a dar início a uma outra estratégia, fazendo vigorar uma Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos, dissolvendo o Congresso e tomando plenos poderes. Na segunda quinzena de novembro, um levante, organizado pelo Partido Comunista e pela Aliança Nacional Libertadora, mobilizou militares revolucionários das guarnições de Natal e Recife para tentar impedir a tomada de poder pelo então presidente do país. Na ocasião, os rebeldes realizaram uma quartelada e assassinaram oficiais superiores para evitar um golpe de estado, acabou frustrado pelas forças pró-governo, mas a ação foi esmagada pelo governo (Skidmore, 1975). A atitude deu a Vargas mais subsídios para implementar um estado de sítio e seu pedido junto ao Congresso Nacional foi aprovado, além de outras três emendas constitucionais que ampliariam seu poder sobre o país. Ao fim daquele mês, iniciou-se o Estado Novo.

"O regime foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica" (FAUSTO, Boris, 2022, p.

[13] José Antônio Flores da Cunha foi militar, advogado e político do Rio Grande do Sul. Foi governador do estado entre 1930 e 1937. Lutou ao lado de Getúlio Vargas na Revolução de 1923, mas se afastou do presidente a partir de 1935 por incompatibilidade política. Foi para o exílio em 1937 e retornou cinco anos depois, elegendo-se deputado federal constituinte pela UDN. Exerceu o cargo até 1958, mas não terminou o mandato. Morreu no ano seguinte como General Honorário.

[14] Benjamin Vargas foi um militar e Deputado Federal constituinte, eleito em 1934. Era irmão do presidente Getúlio Vargas.

200). A Ação Integralista Brasileira, apoiadora convicta de que as medidas seriam não só melhores para o país, como dariam a Plinio Salgado[15] o cargo de Ministro da Educação, ficou sem nada quando Vargas determinou a supressão dos partidos políticos. A postura centralizadora que apresentara durante o governo provisório se manteve em larga escala. Vargas indicou interventores federais para comandar estados, promoveu a industrialização forçada do país — o que exigiu uma reforma no âmbito estudantil com foco na preparação de mão-de-obra fabril qualificada — e reduziu a participação popular na tomada de decisões com a anulação dos poderes de representantes eleitos. Para Skidmore (1974, p. 42), foi justamente a capacidade de articulação do ditador que fez com que ele conseguisse convencer boa parte dos militares e população um "profundo pessimismo quanto à viabilidade de uma política aberta" no Brasil, ao passo em que o liberalismo perdia espaço no cenário nacional, tal qual ocorria já em outras partes do mundo. Naquele período, movimento de esquerda começaram a se organizar para protestar contra a cartada golpista, mas de nada adiantou. As sedes do Partido Comunista foram fechadas, enquanto militares, civis e políticos suspeitos de associação com a vertente foram presos.

Skidmore (1974) explica que, diferentemente do que ocorrera em países europeus, Vargas não pensou em movimento político embasar o regime autocrático que seria imposto. Deste modo,

> O Estado Nôvo, na sua forma não diluída, entre 1937 e 1943 (quando Vargas começou a preparar-se para a volta às eleições), representou um hiato no desenvolvimento da política partidária, organizada em linhas classistas ou ideológicas — uma política que, em si mesma, só havia começado a tomar forma no Brasil em começos da década de 30. Todos os grupos de alguma significação haviam sido desbaratados e suprimidos. Os comunistas e radicais de esquerda sofreram a repressão mais brutal. Os integralistas desapareceram, devido à repressão, em parte, porque a lógica do seu autoritarismo era minada pela forma de ditadura mais brasileira, de Vargas. Os constitucionalistas liderais emudeceram. Os comunistas capitalizavam o seu sofrimento, conforme a dialética da história. Podiam esperar que a ditadura de Vargas mais ainda as massas para a revolução, ao passo que os liberais viam seus ideais de eleições livres, liberdades civis e justiça imparcial repudiados, sem levantarem protestos relevantes. Ao primeiro olhar, poderia parecer que os que se identificavam com as mudanças econômicas e sociais semi-autoritárias haviam perdido menos. Mas, se Vargas implantou algumas das idéias dos tenentes depois de 1937, e até mesmo utilizou alguns dos ex-líderes tenentistas, êstes haviam perdido qualquer identidade como grupo, ou qualquer coerência como posição política. [...] A despeito das roupagens corporativistas, o seu Estado Nôvo era uma criação altamente pessoal (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 53-54).

[15] Plínio Salgado foi jornalista e político paulista, eleito deputado federal em 1928 pelo PRP e responsável por fundar a Aliança Integralista Brasileira (AIB)

Governos estaduais e, consequentemente, municipais viram suas receitas diminuírem com a restrição de autonomia, fim do imposto interestadual e outras formas de receita. Coube, ao governo federal, decidir sobre empréstimos, obras públicas e contratações, o que escancarou, em dado momento, certo favoritismo e discriminação com algumas administrações do país (Skidmore, 1975). Segundo o autor, foi nesse período que Vargas pôde "fundar o que o Brasil não tinha conseguido antes de 1930: um regime verdadeiramente nacional" (Skidmore, Thomas, 1975, p. 57) — que ficou demonstrado em um ato no qual Vargas ateou fogo nas bandeiras dos estados em novembro de 1937. Fausto (2022) explica que a política econômico-financeira do Estado Novo mudou em relação ao período de 1930 e 1937, quando não houve incentivo industrial algum e passou, em pouco tempo, a substituir a importação pela produção interna e a fomentar a industrialização — simultaneamente, Vargas decidiu que não pagaria a dívida externa para investir nas Forças Armadas. Até 1942, essa política de industrialização se fez sem um planejamento e foi associada ao nacionalismo, comparação que foi logo afastada por Getúlio. A Carta de 1937, no entanto, impunha certas limitações para a abertura de indústrias no país, restringindo a exploração a minas e quedas d'água. Segundo Fausto (2022, p. 203), "a lei regularia a sua nacionalização progressiva, assim como a das indústrias consideradas essenciais à defesa econômica ou militar", além de bancos ou instituições financeiras, ou seguros, cujos acionistas fossem nascidos no Brasil. Empresas estrangeiras, ao mesmo tempo, tinham prazos para se tornarem brasileiras.

No mesmo período, Getúlio Vargas criava, para si, a figura de protetor dos trabalhistas, ao mesmo tempo em que ocorriam as iniciativas materiais para geração de novas vagas. O governo federal implementou e sistematizou práticas inspiradas na *Carta del Lavoro*, que vigorava na Itália fascista (Fausto, 2022). Em agosto de 1939, as organizações sindicais foram organizadas a partir de uma estrutura vertical, com a criação de federações regionais e confederações nacionais. No ano seguinte, foi criada contribuição sindical, espécie de imposto obrigatório correspondente a um dia de trabalho, paga por todos, sindicalizados ou não. Neste mesmo período, em meados de 1940, foi criado o salário-mínimo, que deveria ser capaz de suprir todas as necessidades de um trabalhador. Apesar da representação do povo ter sido diminuída com a inexpressividade do Congresso, ela mudou de forma, mas continuou a existir timidamente a partir de órgãos técnicos pertencentes ao Estado. Entre março de 1938, período em que Osvaldo Aranha assumiu o Ministério do Exterior, e junho de 1941, não houve mudanças na pasta, demonstrando que as relações de confiança do presidente com seus ministros eram acentuadas.

4.2. Fim do Estado Novo

O governo Vargas começou a ter fim em meados de 1943, quando o plebiscito para aprovação da Constituição de 1937[16] foi postergado. Em discurso à nação, o ditador prometeu "garantias máximas à liberdade de opinião" (Vargas, v. X, 178 apud Skidmore, 1975, p. 72) e uma reestruturação do modelo político da época de maneira segura com as "necessárias consultas ao povo brasileiro" (Vargas, v. X, 178 apud Skidmore, 1975, p. 72). A fala foi repetida seis meses depois, em abril de 1944, e disse ainda que os brasileiros poderiam "se declarar e escolher os seus representantes, dentro da democracia, da lei e da ordem" (New York Times, 1944 apud Skidmore, 1975, p. 72). Em paralelo a isso, militares brasileiros enviados para lutar com o exército norte-americano na Itália começaram a se questionar sobre a defesa da liberdade no exterior, enquanto uma ditadura tomava conta do próprio país. No início de 1945, as manifestações de opositores começaram a desequilibrar a já fragilizada administração.

> O 1º Congresso Brasileiro de Escritores pediu "completa liberdade de expressão", e exigiu um govêrno eleito por "sufrágio universal, direto e secreto". A 22 de fevereiro, ouviu-se uma voz de protesto ainda mais sensacional: José Américo de Almeida, candidato derrotado na frustrada campanha presidencial de 1937, deu uma extensa entrevista na qual explicava porque deveriam ser realizadas eleições presidenciais e porque seria "inadequado", para Vargas, candidatar-se. A falha dos censores em evitar a publicação da entrevista (o órgão de censura do governo, o DIP, ainda estava funcionando), era um sinal claro de que o ditador estava cedendo terreno diante da oposição. O relaxamento dos controles do governo tornou mais ousadas as vozes de protesto. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 73)

Os ânimos se acalmaram com a publicação de uma data para novas eleições e, em março daquele ano, Vargas concedeu uma entrevista coletiva, ~~e evitava~~ evitando falar sobre candidatura à presidência. As manifestações populares já saiam às ruas, especialmente mobilizadas pela UNE (União Nacional dos Estudantes), recém organizada no Rio de Janeiro. Em Recife, ações semelhantes provocou duras respostas da força policial e culminou com a morte de dois estudantes. Para conter a violência que crescia, Getúlio anunciou que não seria candidato. O nome de Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, surge como candidato a chefiar o país. No quarto mês de 1945, o candidato eleito presidente eleito quinze anos antes, Luís Carlos Prestes, foi libertado junto com outros presos políticos do Estado Novo. Em agosto daquele ano, quando a democracia parecia se aproximar do Brasil, um grupo de apoiadores de Getúlio Vargas (Skidmore, 1975) começou um movimento para adiar as eleições ensejando pela sua permanência — esses poucos, liderados por membros do Partido Comunista, tenentes do exército e Hugo Borghi, fundador do Partido Trabalhista Brasileiro, foram chamados "queremistas" devido ao bordão que usavam, "queremos Getúlio". Dois meses antes das

[16] Nova legislação do país, escrita pelo principal teórico do Estado Novo, Francisco de Campos

eleições, marcadas para 2 de dezembro de 1945, o embaixador americano, Adolph A. Berle Júnior, fez um discurso onde manifestava confiança nas eleições brasileiras. A atitude foi condenada por queremistas e comunistas, que denunciaram intervenção norte-americana no pleito.

A gota d'água de Vargas no poder veio ao 25º dia de outubro, quando o político decidiu colocar o próprio irmão, Benjamin, como chefe de Polícia do Distrito Federal e desagradou um grupo de militares, liderados pelo então Ministro da Guerra, Goés Monteiro, que o fizera renunciar ao cargo. Gaspar Dutra[17], ex-ministro da mesma pasta, foi eleito presidente nas eleições realizadas em dezembro daquele ano — ao mesmo tempo, o deposto Vargas conquistava uma cadeira no Senado Federal por dois estados: São Paulo e pelo Rio Grande do Sul. Natural de São Borja, na fronteira Oeste gaúcha, escolheu representar o estado de origem e se tornou um dos principais opositores do governo Dutra.

Naquele período, a esquerda brasileira era representada pelo Partido Comunista, considerado o mais forte do segmento na América Latina (Skidmore, 1975). Nas eleições de 1945, elegera quinze membros para a Assembleia Constituinte, que eram contrários às proposições neoliberais da Constituição de 1946. A ascensão da sigla, naquele momento, fez com que o governo resolvesse endurecer os métodos de repressão.

> O PCB manteve a sua posição como o quarto mais poderoso partido do país e acrescentou dois novos deputados, elevando o total a dezessete deputados e um senador, ao mesmo tempo que elegia quarenta e seis membros em quinze legislaturas estaduais e dezoito na Assembleia do Distrito Federal, sendo a maior bancada na Câmara da capital brasileira. No Estado de São Paulo, o PCB chegou a mesmo substituir a UDN como o terceiro partido na votação total. Defrontando com essa crescente fôrça, o govêrno de Dutra decidiu usar a repressão. Fôra incluído na Constituição de 1946 um dispositivo legal mediante o qual os partidos "antidemocráticos" poderiam ser impedidos de participação aberta na política. A cláusula foi invocada pelos procuradores do govêrno e o PCB foi declarado fora da lei, por decisão judicial em 1947. Esta atitude foi apoiada, sem causar surpresa, pelo Exército, que havia sido um bastião da ideologia anticomunista oficial desde a revolução comunista, em novembro de 1935. Também havia sido apoiada pela maioria dos constitucionalistas liberais que acompanharam os padrões de 1935 a 37 e engoliram as suas dúvidas quanto a privar os "antidemocratas" dos seus direitos democráticos". Eles concordaram claramente com os "de dentro", que a militância dos comunistas, combinada com o alarmante crescimento de seus podêres eleitorais, poderia ser uma fôrça realmente dissolvente. A supressão oficial do Partido Comunista coincidiu também com o início da guerra fria. Os anticomunistas brasileiros podiam, portanto, encontrar no exterior pronta a justificativa para seus atos. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 93-94)

A estratégia de Gaspar Dutra serviu para anular lideranças da esquerda e reduzir a atuação de movimentos sindicais — 143, dos 944 existentes, foram alvos de autuações a mando do governo com intuito de eliminar extremistas. Ao mesmo tempo, o ex-presidente Vargas, no

[17] Eurico Gaspar Dutra (1883 - 1974) foi militar e 16º presidente do Brasil.

Rio Grande do Sul, movimentava-se para ocupar a lacuna oposicionista deixada pelos esquerdistas. Dissociar o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) — que organizou e liderou, mesmo enquanto vinculado ao PSD — da imagem dos comunistas foi um dos movimentos que, futuramente, iriam reconduzi-lo à presidência do Brasil. Skidmore (1975) conta que foi com o PTB que Vargas enunciou sua filosofia política do trabalhismo, uma versão atualizada daquela empregada durante o Estado Novo, em termos corporativistas.

O governo de Gaspar Dutra ficou marcado, principalmente, pela promulgação de uma nova constituição no Brasil. A Constituinte de 1946 foi desenvolvida com participação popular, que fez com que o período ficasse conhecido como República Democrática. Conforme Fausto (2022), o direito e a obrigação ao voto foram impostos a todos os brasileiros alfabetizados, acima dos 18 anos, de ambos os sexos — a Constituição de 1934 estabelecia o voto para mulheres apenas na condição de funcionárias públicas remuneradas. Apesar do avanço quanto ao voto das mulheres, o casamento continuava sendo algo indissolúvel, muito também por pressão da Igreja Católica (Fausto, 2022). Aos trabalhadores, o direto à greve foi reconhecido, mas a legislação o tornou ineficaz.

No aspecto econômico, Dutra mantinha uma postura liberal e os controles vistos anteriormente foram abolidos. “Acreditava-se que o desenvolvimento do país e o fim da inflação gerada nos últimos anos da guerra dependiam da liberdade dos mercados em geral e, principalmente, da livre importação de bens” (FAUSTO, Boris, 2022, p. 222), o que acabou levando a um esgotamento de divisas sem consequências positivas ao Brasil, mesmo em um momento economicamente favorável e a valorização da moeda do país. A situação deu origem a uma nova política econômica, o que estimulou a importação de itens como maquinários e combustíveis, mas restringiu itens de consumo, o que favoreceu a produção nacional e aqueceu o mercado interno. Em 1947, Dutra deu início a um plano de governo que buscara alavancar o desenvolvimento nos setores de saúde, alimentação, transportes e energia, proposta que ficou conhecida como Plano SALTE. A medida foi incluída no orçamento de 1949, mas nunca foi completamente aplicada (Skidmore, 1975). O cronograma buscava coordenar os gastos públicos e direcionar melhor os investimentos, mas fracassou assim que foi colocado em prática e extinto em 1951. Foi em 1947, também, que o crescimento econômico do país começou a ser medido pelo Produto Interno Bruto (PIB). Calcula-se que o país tenha crescido 8% ao ano entre 1948 e 1950, com base nos dados coletados em 1947.

Dutra estava próximo de encerrar o mandato presidencial quando as discussões para as eleições seguintes tomaram conta dos partidos políticos, principalmente pela UDN e pelo Partido Social Progressista (PSP), recém-criado por Ademar de Barros, então governador de

São Paulo, mesmo estado do qual foi interventor durante o Estado Novo (Skidmore, 1975). A falta de força para disputar a presidência fez com que ele indicasse o nome do discreto senador gaúcho pelo PSD e que outrora governara o país, Getúlio Vargas. O apelo tomou conta do estado de São Paulo e, aos poucos, espalhou-se também ao Distrito Federal e outras regiões do país. A faixa presidencial voltou ao peito de Getúlio Vargas em 31 de janeiro de 1951, mas, desta vez, democraticamente eleito com 48,7% dos votos.

4.3. O retorno de Getúlio Vargas

Diferentemente do que ocorrera na década anterior, Vargas voltou à presidência do Brasil pelo voto popular. A UDN tentou anular o pleito para evitar que o ditador retornasse ao comando do país, mas a tentativa fracassou. O mandatário utilizou dos ministérios para tentar uma conciliação com os partidos que não o apoiaram, mas a medida não foi tão bem aceita como desejara (Fausto, 2022). A população brasileira já não era mais a mesma de quando estivera frente à nação anteriormente. Em 1951, as classes sociais estavam mais distintas entre si, principalmente, em decorrência processo de industrialização e urbanização que agrupou a sociedade, majoritariamente, em industriários, classe operária e classe média urbana (Skidmore, 1975). Mesmo assim, a atmosfera política dominante ainda era mais conciliatória do que guiada pela própria divisão por classes. Os industriários ainda eram uma parcela pequena do país, concentrados entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, tendo maior vínculo com o PSD e as organizações corporativistas defendidas pelo Estado Novo. A classe operária, por sua vez, crescia rapidamente, mas sem capacidade de articulação política, tendo maior afinidade com políticos populistas que prometiam garantias e benefícios — o próprio Vargas ficou conhecido sob essa característica por sua relação com o trabalhismo. A classe média, como destaca Skidmore (1975), não existia em regiões menos desenvolvidas do país, como norte e nordeste. Essa parcela da população tinha economia baseada na estrutura agrária e ligações familiares e, politicamente, era difícil de ser decifrada, mas por ser composta por administradores, profissionais liberais e burocratas, tinha mais afinidade com as propostas defendidas pela UDN. Combater a inflação era uma das prioridades do período.

> Getúlio era forçado a manobrar um mar de correntes contraditórias. De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores atingidos pela alta do custo de vida; de outro, precisava tomar medidas impopulares a fim de controlar a inflação. Entre junho e julho de 1953 modificou seu ministério. Para o Ministério do Trabalho nomeou um jovem político e estancieiro gaúcho — João Goulart, mais conhecido como Jango. Jango começara sua ascensão na política favorecido pelas ligações entre sua família e a de Getúlio no município de São Borja. Ligara-se aos meios sindicais do PTB e surgia como uma figura capaz de conter a crescente influência comunista nos sindicatos. Apesar do papel que poderia

> desempenhar, Jango foi transformado em um personagem odioso pela UDN, cuja influência em um setor da classe média era ponderável, e pelos militares antigetulistas. Nesses círculos, era visto como o defensor de uma república sindicalista e como a personificação do peronismo no Brasil. (FAUSTO, Boris, 2022, p. 226)

As mudanças também atingiram o Ministério da Fazenda, que passou a contar com Osvaldo Aranha, que ocupara a pasta anos antes. Vargas atacou os problemas econômicos com uma política mista: na área interna, Vargas investiu em um plano baseado em estratégias passadas, como a Missão Cooke[18], enviada para o Brasil pelos Estados Unidos em 1943, a Missão Abbink[19], enviada em 1948, e o já citado plano SALTE, lançado por Dutra em 1948 e encerrado em 1950 (Skidmore, 1975). A parceria com os Estados Unidos, iniciada em 1950 com o início da Comissão Missão Brasil-Estados Unidos, que apresentou seu relatório final em 1953, ajudou a impulsionar a política de investimentos — um dos resultados disso foi a abertura do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) antes mesmo da análise final ser conhecida, ainda em 1952. Em janeiro de 1953, o governo federal deu início a uma nova medida cambial, que ficou conhecida como confisco cambial. Fausto (2022) destaca que foi graças a ação, que estabeleceu um valor mais baixo para o dólar recebido pelos exportadores de café, que o governo pôde transferir a receita gerada por esse tipo de negociação para outros setores da economia, a indústria em especial. A medida, a longo prazo, desagradou o setor e deu início às chamadas marchas da produção alguns anos depois, já sob o governo de Juscelino Kubitschek. Nesse ano, o projeto de lei com ares de nacionalismo, enviado pelo governo ao Congresso, para criação de uma empresa petrolífera de capital misto, finalmente foi aprovada — nasceu a Petrobrás (Skidmore, 1975).

Nos primeiros dois anos de governo (entre 1951 e 1953), Vargas manteve uma postura dialética em sua gestão, buscando equilibrar medidas moderadas e nacionalistas. Em contrapartida, o populista enfrentava políticos de centro desconfiados, uma oposição mais articulada do que outrora e um Exército, até então, neutralizado na disputa. “O PSD ainda tinha maioria parlamentar (112), seguido pela UDN (81), o PTB (51) e o PSP (24); as restantes 36 cadeiras estavam divididas entre oito partidos” (Skidmore, Thomas, 1975, p. 133). Desses 36, a maioria seguia uma política de centro e estava dividida sobre as medidas adotadas por Vargas. Ao mesmo tempo, a inflação mobilizava trabalhadores a uma série de greves realizadas durante

[18] Comissão mista composta por Brasil e Estados Unidos, instruída pelo governo estrangeiro entre 1942 e 1946, para apurar a situação do desenvolvimento industrial no país.

[19] Comissão mista formada por Brasil e Estados Unidos, instaurada pelo governo norte-americano logo após a Segunda Guerra Mundial, para avaliar a situação econômica do país e solucionar problemas do setor. O país estrangeiro passou a ter forte interesse na América Latina após o período de conflito. Foi liderada por John Abbink e, por isso, recebeu esse nome.

o ano de 1953, como a greve geral de março em São Paulo, provocada pelo setor têxtil, e a greve dos Marítimos no Rio de Janeiro, Santos e Belém, todas com sentidos muito diferentes (Fausto, 2022). Destaca-se que, naquele período, greves eram proibidas pela legislação vigente. A situação enfraqueceu o "getulismo", o PTB e os chamados "pelegos"[20] sindicais no estado paulista, mas o presidente conseguiu manter parte do seu prestígio com parcela da população. As paralisações foram mobilizadas, principalmente, por opositores ligados ao comunismo. Jango, que assumiu o Ministério do Trabalho em meio aos movimentos grevistas, foi um forte intermediário dos desejos dos marítimos com o governo vigente. As mobilizações alçaram, à Prefeitura de São Paulo, um vereador e ex-professor secundário vinculado ao Partido Democrático Cristão e ao Partido Socialista Brasileiro: Jânio Quadros (Fausto, 2022). A exitosa campanha do "tostão contra o milhão", associada ao desejo de combate à corrupção, uniu a elite udenista e a massa trabalhadora para garantir a vitória.

A tensão envolvendo a mão de obra se estendeu até 1954, quando o Ministro do Trabalho, João Goulart, estava prestes a ceder à pressão por aumento do salário-mínimo. Jango se tornou alvo dos ataques da oposição (Skidmore, 1975), que tinham como objeto real o presidente Getúlio Vargas. Políticos e militares eram contrários ao reajuste e acusavam Jango de ser o porta-voz da classe trabalhadora. Partido Republicano, Partido Libertador e Partido Democrata Cristão, liderados pela UDN, confrontavam a medida. Neste sentido, o jornalista e ex-comunista, Carlos Lacerda, era o principal opositor ao governo Vargas, tendo aberto um jornal, o Tribuna da Imprensa, para propagar ideias *antigetulistas*. Desde 1952, o periódico defendia a declaração de um "estado de emergência" (Skidmore, 1975, p. 160) para reforma das instituições democráticas, "baseados no argumento de que a democracia brasileira tinha funcionado mal". Lacerda dizia que "a política brasileira necessitava de um expurgo radical" (Skidmore, 1975, p. 161), como forma de proporcionar a ascensão da oposição — que era, principalmente, representada pela UDN — à presidência do país.

Skidmore (1975) faz um importante destaque à cobertura da imprensa sobre o governo democrático de Getúlio Vargas na década de 1950. Segundo o autor, a segunda passagem de Getúlio à frente da nação era repudiada pela mídia, a ponto do próprio governo federal conceder um empréstimo para a abertura de um novo periódico que pudesse, de maneira velada, apoiar as ideias do trabalhista.

[20] Jargão surgido na era Vargas que faz referência ao líder sindical da confiança do governo e que era responsável por manter o vínculo da entidade com o Estado. Faz referência à peça típica usada nos estados do Sul do Brasil e na Argentina sob a sela do cavalo. É feita a partir da pele do carneiro ou ovelha.

> A oposição exercida pela UDN era sustentada pela maioria da imprensa, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O renomado *O Estado de São Paulo*, por exemplo, era um feroz oponente de Vargas. Duas organizações jornalísticas, de âmbito nacional, *O Globo* e os *Diários Associados* (o império de Chateaubriand que incluía *O Jornal* no Rio de Janeiro e vários jornais no interior), também eram pilares do antigetulismo. Desde a eleição de Getúlio, seus oponentes procuravam um tema sobre o qual basear toda a campanha oposicionista. Em 1953 concentraram seu fogo na "corrupção" que envolveu a fundação do jornal pró-Getúlio, *Última Hora*. Este, ao retornar à presidência em 1951, encontrou o grosso da imprensa contra ele. Não poderia contar com a boa vontade, ou mesmo apenas com uma cobertura imparcial, por parte da imprensa antigetulista. Havia alguns jornais, de menor irradiação, como *A Gazeta* (São Paulo), que o apoiavam. A fim de assegurar-se o apoio de ima imprensa mais importante, Getúlio aprovou um empréstimo do Banco do Brasil a Samuel Wainer para que fosse fundada uma nova cadeia de jornais que apoiasse o governo. O jornal *Última Hora* foi lançado, obteve sucesso e proporcionou um excelente rendimento a Wainer que adquiriu prestígio nos círculos governamentais. Wainer pagou o empréstimo, mas os oponentes de Getúlio investiram sobre a transação tachando-a como exemplo do "cínico" uso que fazia o governo do dinheiro público, em favor de seus partidários. Em junho de 1953 a UDN conseguiu formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as transações do empréstimo de Wainer ao Banco do Brasoil. O caso teve repercussão e forneceu aos antigetulistas uma oportunidade de explorar os receios da classe média sobre a "imoralidade" e "corrupção" existentes no governo, receios que eram compartilhados pelas classes armadas. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 161-162).

Além da pressão desencadeada por parte da imprensa, o governo também enfrentava a ira de oficiais anticomunistas, inimigos do populismo e identificados com a UDN. Os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora, além do brigadeiro Eduardo Gomes, eram os mais fortes e conhecidos da oposição militar (Fausto, 2022). O lançamento, em fevereiro de 1954, de um manifesto com a assinatura de 42 coroneis e 39 tenentes, contra a "deterioração dos padrões materiais e morais do Exército (Fausto, 2022, p. 229), além da possibilidade do aumento salarial dos trabalhadores, considerado insustentável dada realidade da época. O chamado Memorial dos Coronéis pode ser considerado o pontapé da derrocada getulista.

4.4. A morte de Getúlio

A proposta para aumento do salário-mínimo em 100% chegou até Getúlio pelas mãos de João Goulart, no dia em que foi substituído pelo interino Hugo de Farias no Ministério do Trabalho (Skidmore, 1975). Mudanças também ocorreram no Ministério da Guerra, substituindo o general Espírito Santo Cardoso pelo general Zenóbio da Costa, reconhecido como adversário do comunismo e "herói de Monte Castelo", em referência a sua atuação na campanha da Itália em 1945 e principal defensor militar de Getúlio após as eleições. A alterações buscavam fortalecer, novamente, o nome do presidente diante da sociedade civil e, principalmente, da ala militar, que, sem citar o nome de Jango, citava a destituição do Ministro do Trabalho como forma de Getúlio retomar o prestígio que tivera na classe, entre outras solicitações expressas no Memorial dos Coronéis.

Na área econômica, Vargas voltou a abraçar o nacionalismo atacando investidores estrangeiros e agravando o balanço de pagamentos, apresentado por ele como "sintoma de uma profunda crise de estrutura no campo das nossas relações com o estrangeiro — com graves repercussões sobre a economia interna do país" (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 168). Após os discursos inflamados, o executivo apresentou um projeto de lei para criação de uma empresa de energia elétrica administrada pelo governo, que buscaria suprir o déficit de produção deixado por companhias do exterior (principalmente, as canadenses e norte-americanas). Em paralelo, as discussões sobre o aumento do salário-mínimo, de $1200 para $2400 cruzeiros, continuavam efervescentes. Com a queda de Jango, a oposição voltou seus ataques a Getúlio alegando que o presidente tentaria, como fizera no passado, um golpe de estado para se manter à frente da nação e que o mandato tinha sido palco para corrupções, tais quais à cessão de empréstimo para a abertura do jornal *Última Hora* e irregularidades na concessão de crédito por parte do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet.

No mesmo período em que Vargas tentava aprovar a proposta de abertura da Eletrobrás, o ex-Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, declarou, em entrevista à imprensa do Rio de Janeiro, acusando o presidente e o ex-ministro, João Goulart, de terem negociado, secretamente, com os presidentes da Argentina e Chile, o veto à investida norte-americana aos países do Cone Sul do continente. "A suposta aliança, especialmente com a Argentina de Perón", doava como mais um passo na instalação da "república sindicalista" (Fausto, 2022, p. 230). O chamado Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile) provocou a fúria de antigetulistas e fez com que a UDN apresentasse uma moção de impedimento do presidente brasileiro no Congresso Nacional (Skidmore, 1975). A força política de Getúlio ainda era grande, principalmente, pelo grande número de representantes do PTB e lideranças do PSD, provocando o fracasso da tentativa de impeachment. Os militares, por sua vez, não perceberam risco que justificasse algum tipo de intervenção direta no mandato de Getúlio e, por isso, abstiveram-se na situação. Em 1º de maio, ainda em meio à turbulência causada pela declaração de João Neves da Fontoura, o presidente aproveitou o feriado socialista internacional e, durante seu pronunciamento aos trabalhistas, anunciou a decisão que aprovou o aumento do salário-mínimo em 100%, contrariando as recomendações do Conselho Nacional de Economia, que recomendara um reajuste na casa dos 40% (Skidmore, 1975). "Sua estratégia era imprudente, devido à situação política brasileira, uma vez que os grupos marginalizados — industriais, classe média, militares — estavam em melhor posição para mobilizar a oposição do que os

trabalhadores para mobilizar apoio ao governo" (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 171). O decreto motivou protestos da classe média e de empresários instantaneamente.

A situação econômica do país começou a piorar, assim como a força política de Getúlio. Thomas Skidmore (1975), em sua radiografia da política brasileira entre 1930 e 1964, pontua que Vargas sempre pôde contar com seu carisma e talento pessoal diante de situações conflituosas, mas no auge de seus 72 anos, parecia estar cansado e já deixava transparecer os efeitos dos anos em que estivera à frente da administração do país durante o Estado Novo. Restaurar a confiança de militares, políticos e, principalmente, população, parecia algo inatingível para o político. "Vários dos amigos íntimos e adeptos de Getúlio observavam com angústia a deterioração da posição política do presidente" (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 175). A situação ficou ainda mais drástica a partir da tentativa de assassinato cometida contra o jornalista Carlos Lacerda.

> Esse acontecimento foi proporcionado pelo círculo de íntimos do presidente. Aí se instalara a convicção de que era preciso remover Lacerda da cena política para garantir a permanência de Getúlio no poder. Segundo mais tarde se apurou, figuras próximas a Getúlio sugeriram ao chefe da guarda presidencial do Palácio da Catete — Gregório Fortunato — que ele deveria "dar um jeito" em Lacerda. Fiel servidor de Vargas por mais de trinta anos, Gregório armou o assassinato da figura mais ostensiva da oposição. (FAUSTO, Boris, 2022, p. 230).

O crime causou a morte do major da Aeronáutica, Rubens Vaz, e provocou a indignação não apenas do jornalista alvo da emboscada, que apenas se feriu, mas da classe militar e da oposição, que agora tinha elementos concretos da inviabilidade de Getúlio permanecer na presidência, fazendo crescer o movimento pela renúncia. Uma série de informações foram publicizadas a partir de um inquérito paralelo conduzido pela Aeronáutica. Fausto (2022, p. 231) destaca que a autoridade do presidente foi diminuída, apesar de que sua integridade permaneceu intocada pessoalmente, no que o próprio Getúlio chamou de "mar de lama". O assassino de Rubens Vaz foi capturado nos primeiros dias de agosto e revelou sua ligação com o palácio presidencial. No décimo dia daquele mês, Vargas concordou em dissolver a guarda presidencial, mas o ímpeto de protestos da categoria continuava elevado.

> No mesmo dia, os oficiais antigetulistas, encabeçados por Eduardo Gomes e Juarez Távora, exigiram que o Ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, solicitasse a renúncia do presidente. O Ministro da Guerra recusou-se, comprovando, assim, a divergência de opiniões existentes entre a oficialidade. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 176-177).

Durante um discurso em 12 de agosto de 1954, Getúlio afirmou que permaneceria no cargo porque as preocupações com o bem público não o deixavam fugir do dever (Skidmore, 1975). Nove dias depois, o vice-presidente, Café Filho, sugeriu que ambos deixassem os cargos

e deixassem que o Congresso definisse um sucessor, mas Getúlio se recusou dizendo que seu vice não deixaria o posto antes do fim, exceto morto. “No dia 23 de agosto, Café Filho rompeu publicamente com o presidente, revelando a proposta feita, em um discurso no Congresso” (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 178). No mesmo dia, Vargas perdeu o apoio das Forças Armadas. Liderados pelos generais Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, Pery Constant Bevilacqua e Machado Lopes, publicaram um Manifesto à Nação pedindo da renúncia de Getúlio. Compunha a lista, o general que viria a se tornar o porta-voz da legalidade anos mais tarde, Henrique Lott (Fausto, 2022). Era esse o ultimato de Getúlio.

Após um aconselhamento com ministros, o presidente concordou em se licenciar do cargo, mas recusou a formalizar um afastamento definitivo da presidência. “Se vem para me depor, encontrarão meu cadáver”, advertiu Getúlio em uma nota ao comunicar da decisão (Skidmore, 1975). O Ministro da Guerra se reuniu com lideranças do Exército e foi convencido da necessidade de deposição do presidente. O comunicado foi transmitido por Zenóbio da Costa ao palácio presidencial no dia 24 de agosto, pouco após às oito horas da manhã e entregue a Getúlio, que manteve a palavra de que não deixaria o cargo.

> Não hesitando um só momento acerca de sua defesa final contra seus inimigos, apontou cuidadosamente a arma contra o coração e apertou o gatilho. Sua família e seus ajudantes precipitaram-se para o aposento mas já encontraram o presidente morto. Oswaldo Aranha, companheiro de tantas batalhas no passado, prorrompeu em lágrimas. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 179).

A morte de Getúlio veio acompanhada de uma carta, que imediatamente entregue aos jornais. Além da representação de um profundo desespero pessoal, o suicídio era carregado de significado político (Fausto, 2022). Getúlio responsabilizara a associação de seus inimigos internos com grupos internacionais pelo ato, apresentando-se como vítima e, para Skidmore (1975, p. 180), “o apelo nacionalista mais vigoroso que fizera”. A reação do povo surpreendeu a oposição pela onda de comoção e simpatia que tomou conta do país. Opositor antigetulista, Carlos Lacerda precisou exilar-se no exterior com medo de que a fúria da população recaísse sobre si, como ocorrera com o jornal *O Globo*, que teve caminhos queimados pela multidão enfurecida. “Na morte, como na vida, os atos de Getúlio foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político” (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 180).

A morte de Getúlio era a gota d’água que faltava para o copo da revolta transbordar. Apoiadores e simpatizantes do político realizaram manifestações em diferentes partes do país, o que inviabilizou que o Exército Militar assumisse a chefia do país (Fausto, 2022). O vice-presidente, Café Filho, assumiu a presidência interinamente e fez mudanças ministeriais,

colocando políticos udenistas em boa parte das pastas. As eleições presidenciais foram marcadas para outubro de 1955, tempo suficiente para que a situação e oposição articulassem seus representantes para a disputa. O primeiro a ser lançado foi Juscelino Kubitschek, mineiro que fez carreira e se tornou governador de Minas Gerais filiado ao PSD. Próximo às ideias getulistas, conquistou apoio do PTB, que indicou o nome de João Goulart à vice-presidência. Ademar de Barros foi o seguinte a ser lançado ao pleito, pelo partido que criara anos antes, o PSP. A UDN, em maio, lançou outro militar, Juarez Távora. Em 3 de outubro de 1955, Juscelino foi eleito presidente do Brasil, com 36% dos votos.

Logo após as eleições, o presidente Café Filho precisou se afastar do cargo após sofrer um ataque cardíaco. O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumiu o posto em seu lugar e foi acusado de favorecer partidários em um golpe militar (Fausto, 2022), o que provocou uma reação inusitada por parte do Exército. "A partir daí, ocorreu o chamado 'golpe preventivo', ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito e não para impedi-la". (FAUSTO, Bóris, 2022, p. 233). General Lott foi o responsável por mobilizar militares do Exército do Rio de Janeiro para ocupar edifícios públicos, estações de rádio e jornais pelo Brasil. O deputado Carlos Luz foi afastado deposto e se refugiou no cruzador Tamandaré (Fausto, 2022), ao lado dos udenistas indicados por ele aos ministérios. O jornalista Carlos Lacerda, que inutilmente tentara organizar uma resistência, acabou também exilado. O presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a presidência até o retorno de Café Filho, que ocorreu ainda em novembro daquele ano. "A pedido dos ministros militares, logo depois, o Congresso aprovou o estado de sítio por trinta dias, prorrogados por igual período. Esta série de medidas excepcionais garantiu a posse de Juscelino e Jango, a 31 de janeiro de 1956". (FAUSTO, Boris, 2022, p. 233).

4.5. Uma brecha democrática

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do Brasil em um período de incertezas geradas por uma herança golpista, centralizadora e pouco conciliadora deixada por Getúlio Vargas. Desde 1945, foi o segundo presidente a encerrar o mandato para o qual foi eleito (Skidmore, 1975). Seu método de lidar com a economia buscava driblar a burocracia e administrar o país e alcançar algum nível de desenvolvimento, que foi estabelecido a partir do Programa de Metas. A gestão de JK alcançou uma ampla atividade no Estado em setores importantes, como infraestrutura e industrialização, sem deixar de lado a necessidade de aporte estrangeiro para investir no país. Empresas foram beneficiadas com uma legislação, ainda do governo de Café Filho, que permitiu a importação de equipamentos sem cobertura cambial, isto

é, trazer maquinário de outros países para o Brasil sem depositar moeda estrangeira para o pagamento dessas importações. As empresas, para utilizarem o benefício, deveriam comprovar a posse do item ou recursos para pagá-lo. Segundo Fausto (2022, p. 236), "a legislação facilitou os investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias pelo governo: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço", principalmente às estrangeiras que se instalaram no Brasil.

> Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa *per capta* de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro *per capta* foi aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina. (FAUSTO, Boris, 2022, p. 236).

Uma das principais marcas da gestão de JK foi a industrialização automobilística do país. Grandes multinacionais, como Willys Overland, Ford, Wolksvagen e General Motors, instalaram-se no país, fomentando a produção de carros e caminhões, majoritariamente, no sudeste do país, concentradas na região do ABC Paulista[21]. O número de trabalhadores do setor tomou proporções nunca vistas, assim como o contingente produzido pelas fábricas, que chegou a 133 mil veículos em 1960 — 78% deles produzidos pelas quatro empresas citadas. "Na memória coletiva, os cinco anos do governo Juscelino são lembrados como um período de otimismo associado a grandes realizações, cujo maior capital é Brasília" (FAUSTO, Boris, 2022, P. 237), cidade planejada para ser a capital do Brasil e que dividiu opiniões à época. A promessa de fazer o Brasil crescer "cinco anos em cinco" — duração dos mandatos presidenciais à época — esteve bastante próxima de se tornar realidade. Além de fomentar investimentos privados, Kubistchek dirigiu investimentos públicos para setores ainda fragilizados no país, como transportes e produção energética, que cresceram a partir de um plano de metas. Outros setores, como educação e agricultura, no entanto, não receberam a mesma valorização.

Pode-se considerar que o sucesso da trajetória política de JK, que foi prefeito de Belo Horizonte, nomeado pelo interventor Benedito Valadares em 1940, e governador do estado mineiro em 1945, deve-se não apenas aos resultados obtidos durante suas gestões, mas à capacidade de "encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos" (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 207). Diferentemente do populista e autoritário, Getúlio Vargas, a quem apoiou mesmo quando perdeu o cargo de Deputado Federal

[21] Região do estado de São Paulo que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

durante o Estado Novo, Juscelino atuava de maneira conciliatória e descentralizada, submetendo-se a adaptar propostas para comportar adversários e não para derrotá-los, mas conquistá-los. Isso garantiu a aprovação quase que instantânea do projeto para a construção da nova capital federal, que constava na Constituição de 1891 e, até 1956, não tinha saído do papel. É bem verdade que a construção de Brasília serviu para abafar outros problemas da administração, como reforma agrária e melhorias no ensino superior (Skidmore, 1975), mas isso não impediu os êxitos conquistados pelo diamantinense[22]. Cabe destacar que, até os dias de hoje, Brasília é reconhecida como um dos principais trabalhos desenvolvidos pelo arquiteto renomado, Oscar Niemeyer, e pelo urbanista tão notável quanto, Lúcio Costa. Pertence à dupla o projeto que deu origem à Praça dos Três Poderes[23], espaço milimetricamente pensado para representar a essência da República. O equilíbrio entre os três poderes — executivo, legislativo e judiciário — fora representado através da construção estratégica de cada sede em uma formação de triangular equilátera (com todos os lados iguais).

Skidmore (1975) conta que a política conciliadora que havia sido produtiva em alguns aspectos da gestão Kubistchek foi a mesma que, em contrapartida, dificultou a manutenção do controle sobre o dilatado aparelho estatal, inflado pela abertura de novos departamentos governamentais. Ao invés de mexer ou alterar estruturas já existentes, JK instaurava novas pastas e estruturas para evitar desgastes com correligionários e udenistas que ocupavam tais setores. A essa altura do mandato, em meados de 1959, o presidente já mirava nas próximas eleições e buscava um sucessor. Uma ruptura com o FMI (Fundo Monetário Internacional) por desacordos comerciais fez com que o apoio a Juscelino crescesse, recebendo apoio da Federação das Indústrias de São Paulo e da cúpula militar. O então governador de São Paulo, Jânio Quadros, foi lançado na disputa, assim como General Lott, indicado do PSD e que carregava o petebista, João Goulart, como candidato a vice. A UDN estava dividida entre a candidatura própria e o apoio a Jânio Quadros. A população em 1960, como afirma Fausto (2022), crescera no Brasil e, consequentemente, a participação na política. Naquele ano, o número de eleitores chegou a 11,7 milhões, praticamente o dobro em relação a 1945, quando eram 5,9 milhões de votantes. Quadros venceu a disputa com 48% dos votos válidos. Naquele tempo, a população elegia presidente e vice em separado, não em formato de chapa como ocorre atualmente. João Goulart, candidato apoiado por Lott, foi o escolhido para vice.

O mandato de Jânio Quadros, no entanto, não fora tão promissor quanto a votação que recebeu durante as eleições. Skidmore (1975, p. 231) caracteriza Jânio como “um político não

[22] Gentílico para quem nasce em Diamantina, Minas Gerais.
[23] C.f. p. 74.

ortodoxo", que vendia a própria imagem como "o 'antipolítico', o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação a detentores do antigo estilo" de governar. Por essas características, autores como Levitsky e Ziblatt (2018) poderiam defini-lo como um *outsider.* Alguns aspectos do comportamento de Jânio também poderiam enquadrá-lo como um populista, visto que usava de muita dinâmica no trato com adversários, estimulava confiança do público e conseguia, com muita facilidade, provocar identificação e esperança no povo. Ao sétimo mês de gestão, Jânio renunciou do cargo. A constituição estabelecia que o vice-presidente deveria assumir o executivo, mas a oposição de militares fez com que a posse de João Goulart, que estava na China, demorasse a acontecer. O presidente da Câmara dos Deputados assumiu o cargo provisoriamente, enquanto os ministros militares de Jânio impediram o retorno de Jango ao país sob a justificativa de segurança nacional (Fausto, 2022). "No Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército declarou seu apoio à posse de Goulart, abrindo o que se chamou de batalha da legalidade" (FAUSTO, 2022, p. 243). Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, cunhado e um dos principais apoiadores de petebista, transformou-se em um dos principais líderes do movimento, promovendo a organização da resistência militar e manifestações em toda capital gaúcha.

Brizola, em 28 de agosto de 1961, requisitou à Rádio Guaíba, emissora pertencente à então Companhia Jornalística Caldas Júnior, que liderasse a cadeia de 104 emissoras de rádio espalhadas pelo país[24], pelas quais convocaria a população a impedir o golpe antecipado tentado pelos militares. Por telefone, o próprio governador do Rio Grande do Sul disse ao proprietário da empresa, Breno Caldas, que tomaria a emissora e que a utilizaria em prol da legalidade. O gerente bateu pé e, em depoimento ao jornalista, José Antônio Pinheiro Machado (1987), relembrou o fato, dizendo que após a ocupação da emissora, enviou a conta para que o governo do estado pagasse pelas horas que ocupou a emissora. "Quando terminou o negócio, nós fizemos lá as contas de quantas horas a rádio ficou no ar a serviço da Legalidade e deu uma coisa ridícula... 25 contos de réis... mandei a conta e eles pagaram" (CALDAS, Breno; MACHADO, José Antônio Pinheiro, 1987, p. 70). Quando o ministro da Marinha informou que enviaria forças navais ao Sul, Brizola respondeu que bloquearia a entrada de Porto Alegre e que afundaria as embarcações que se aproximassem da cidade.

> Enquanto os militares se dividiam quanto à posse de Jango, crescia a opinião pública exigindo que a Constituição fosse observada e Goulart empossado como sucessor legal. Esta opinião "legalista" representava uma frente ampla. Primeiramente, incluía as "forças populares", lideradas por estudantes esquerdistas, líderes trabalhistas e

[24] C.f. https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/sessao-solene-lembra-os-61-anos-do-movimento-da-legalidade#:~:text=A%20campanha%20liderada%20por%20Leonel,poderes%20absolutos%20e%20apoio%20militar.

> intelectuais. Apesar destes grupos tentarem organizar manifestações de protesto contra os Ministros militares, não dependia deles a decisão final com relação ao poder. [...] O fato de tantos eleitores dividirem seu voto, elegendo o candidato de um partido para presidente, e o de outro partido para vice-presidente, demonstrava que a eleição de Jango não havia sido acidental. Impedir a posse de Jango à presidência teria sido renunciar ao princípio das eleições livres e repudiar milhões de eleitores brasileiros que tinham colocado Jango na posição que lhe dava constitucionalmente direito a assumir a presidência. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 259).

Neste cenário, políticos de centro acabaram apoiando a posse de Jango, mas com certa desconfiança e receio de que o político acabasse transformando o país em espelho de uma república peronista. O receio, compartilhado também pela oposição, fez com que o Congresso Nacional instituísse, em setembro de 1961, um sistema parlamentarista no país — movimento liderado por Raul Pilla, deputado constitucionalista e profundo admirador do sistema. A medida seria suficiente para garantir que toda e qualquer decisão fosse tomada em conjunto e evitaria que o país sucumbisse ao comunismo (Fausto, 2022). Jango prestou juramento como presidente do Brasil no dia 7 de setembro daquele ano. Para Skidmore (1975, p. 262), "Jango tornou-se presidente, não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os militares, combinada com uma ampla base da opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional". Com o início da gestão de João Goulart, os movimentos sociais começaram a crescer e, com eles, surgiram novas lideranças no campo da esquerda brasileira. Setores esquecidos do Governo Kubistchek, como economia e agricultura, começaram a se mobilizar.

As mudanças no país, ocorridas entre 1950 e 1964, fomentaram o crescimento urbano a partir da emergente industrialização. "Essas mudanças ampliaram o mercado para os produtos agrícolas e pecuária, levando a uma alteração nas formas de posse da terra e sua utilização" (FAUSTO, 2022, p. 244), valorizando propriedades e aumentando a disparidade entre proprietários e empregados, o que causou descontentamento na parcela mais pobre da população. As Ligas Camponesas, que surgiram no fim de 1955, se transformaram no movimento do setor mais importante do período, tendo como líder o advogado e político pernambucano, Francisco Julião. O coletivo buscava, entre outros pontos, "defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos e a prática do 'cambão', pela qual o colono — chamado no Nordeste de morador — deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra" (FAUSTO, 2022, p. 244). Julião foi o responsável por organizar as Ligas, que começaram a surgir em várias regiões do país, principalmente no Nordeste, em estados como Paraíba e Pernambuco. O setor foi, legalmente, valorizado em 1963, quando Jango sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural, que instituiu a carteira profissional

do setor, regulou a duração do tempo e jornada de trabalho, salário-mínimo, direito ao repouso semanal e férias remuneradas. Movimentos estudantis também começaram a crescer. A UNE (União Nacional dos Estudantes) radicalizou suas propostas (Fausto, 2022) e passou a intervir no setor político. A Igreja Católica passou, desde a década de 1950, a se preocupar com as camadas menos favorecidas da população. Boris Fausto (2022, p. 245) pontua que "o anticomunismo cerrado foi dando lugar a uma atitude matizada: combatia-se o comunismo, mas reconhecia-se que os males do capitalismo tinham provocado revolta e daí a expansão comunista".

Jango trabalhou, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, para reaver plenos poderes políticos a partir do retorno ao sistema presidencialista. Um líder voltado à esquerda representou, à época, a volta do esquema populista visto, anteriormente, com a ascensão democrática de Getúlio, mas de forma muito mais intensa. Ideólogos do governo e sindicalistas tratavam de fortalecer o esquema, que incluiria Forças Armadas, classe operária e burguesia, tendo o Estado como articulador dessa aliança ideológica baseada no nacionalismo e reformas sociopolíticas, que ficaram conhecidas como reformas de base.

> No plano social, a reforma agrária, com objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. Para isso propunha-se a mudança de um dispositivo da Constituição, prevendo desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mas somente mediante prévia indenização em dinheiro. Ao lado da reforma agrária surgiu a referência à reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam tornar-se proprietários das casas alugadas. No plano dos direitos políticos, sustentava-se a necessidade de estender o direito de voto a dois setores diversos: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas, de sargento para baixo, no caso do Exército. Desse modo esperava-se ampliar a sustentação do governo populista, contando com a grande massa dos desvalidos e setores marginalizados da base da instituição militar. Ao lado das reformas continham medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas estavam a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica, a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior e a extensão do monopólio da Petrobras. (FAUSTO, Boris, 2022, p. 246)

Como destaca o autor, as propostas não desejavam transformar o Brasil em um Estado comunista, mas buscavam modernizar o capitalismo e reduzir as gritantes desigualdades sociais provocadas por ele. Governo e intelectuais acreditavam que poderiam contar com o apoio da, como diz Fausto (2022), "burguesia nacional" para promover as reformas de base, fomentando a economia local frente ao capital estrangeiro e assegurando a integração das classes rurais à economia de mercado, mas as classes dominantes não reagiram bem às possibilidades de mudanças e, por isso, firmaram oposição às propostas. Ao mesmo tempo, Jango trabalhava para convencer os Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional sobre a seriedade de suas

medidas, especialmente, sobre sua oposição ao comunismo. Em viagem ao país, em 1962, o petebista garantiu ao então presidente, John F. Kennedy, e a outras lideranças norte-americanas que o Brasil era uma nação independente, mas não isenta de posição, declarando oposição ao regime de Fidel Castro em Cuba. Em contrapartida, o governo daquele país ofereceu uma ajuda milionária ao nordeste brasileiro, que acabou sendo retida porque os Estados Unidos queriam controlar sua aplicação (Skidmore, 1975). A repercussão da viagem foi positiva no Brasil, principalmente entre a classe média e oposição.

Jango enxergava, nas reformas de base, uma resposta à crise financeira pela qual passava o país naquele momento. Para Skidmore (1975),

> A ideia de tais reformas, que eram muitas vezes desconcertantemente vagas, parecia oferecer a Jango a oportunidade de criar para si mesmo uma reputação histórica e também um instrumento com o qual pudesse construir seu apoio entre as massas. Juscelino passou à história como o criador da indústria e o construtor de Brasília; Jânio lançara uma cruzada para expurgar o Brasil da corrupção política e financeira; Goulart faria, agora, as "reformas de base". Num discurso, em 1º de maio de 1962, começou reclamando uma reforma agrária e exigindo que se modificasse o dispositivo constitucional que determinava que os proprietários de terra expropriadas fossem pagos em dinheiro. (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 266-267).

A tática, apesar de promissora, não considerou um fator primordial para sua execução: a própria esquerda brasileira, que estava dividida entre a ala "moderada", ou "positiva", representada por San Tiago Dantas, político vinculado ao PTB de Minas Gerais, e composta por jovens tecnocratas que rechaçavam rótulos políticos; e a esquerda "radical", ou negativa, representada pelo gaúcho Leonel Brizola, que era mais violenta em sua linguagem e ações. Paralelamente ao conflito político que Jango deveria administrar, a mobilização da sociedade fomentava uma escala grevista no país, ampliando o número de paralisações em represália às reformas de base. Enquanto a sociedade parecia se reorganizar, "ganhava impulso, em setores das Forças Armadas, uma visão das relações internacionais enquadrada na perspectiva da guerra revolucionária. Essa noção foi formulada no contexto da Guerra Fria e ganhou contornos mais nítidos após a ascensão de Fidel Castro ao poder" (FAUSTO, Boris, 2022, p. 249). Neste contexto, a guerra revolucionária, que tinha como mote à implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade, sob estratégias de doutrinação, guerra psicológica e até luta armada. As Forças Armadas concluíram que, a partir dessa perspectiva, deveriam derrotar o inimigo e garantir a segurança e o desenvolvimento do país. Para isso, precisariam de um plano de ação de igual ou superior dimensão (Fausto, 2022), fazendo surgir a doutrina da segurança nacional. A partir da Escola Superior de Guerra (ESG) — fundada em 1949 oferecendo cursos a civis e militares — e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e do

Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado pela Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos, estabeleceram-se critérios definidores de um regime político tido como capaz de impedir a "subversão da ordem a garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico" (FAUSTO, Boris, 2022, p. 249). Círculos associados à ESG-IPES-IBAD entendiam, a cada fragilidade demonstrada pelo governo de Jango, que apenas um movimento armado colocaria fim à, como denomina o autor, "anarquia populista".

Com o passar dos meses e com Jango já em terras brasileiras, a manutenção do parlamentarismo voltou à pauta nacional. A determinação que instituiu o regime previa realização de um plebiscito em 1965, no qual a população deveria votar sobre a instalação em definitivo do sistema. Políticos ligados a João Goulart começaram a articular a antecipação da consulta à sociedade. Boris (2022, p. 250) explica que existia, à época, "a convicção de que um presidente com maior soma de poderes poderia estabilizar o país e promover as reformas de base. A cúpula militar, em sua maioria, inclinava-se também por um Poder Executivo fortalecido". O primeiro-ministro, Tancredo Neves, demitiu-se do cargo em junho de 1962, assim como vários outros ministros, a fim de disputar as eleições para Câmara Federal e governos estaduais em outubro daquele ano. Tancredo indicou como sucessor, San Thiago Dantas, que já ocupara o cargo de ministro do Exterior e havia atraído para si, a revolta da direita ao indicar neutralidade ao governo brasileiro sobre a situação em Cuba. O nome foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, que indicara Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, para o cargo de primeiro-ministro. O impasse deu origem a uma greve geral política, decretada no quinto dia de julho. A paralisação, que afeto, principalmente, o setor portuário, fez com que o Congresso aprovasse o nome de Brochado da Rocha para o ministério. Foi ele quem conseguiu conquistar a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963. No pleito de outubro, a direita e o centro mostraram sua força perante a população em eixos importantes do país, como São Paulo, onde Ademar de Barros (PSP) derrotou Jânio Quadros e venceu a disputa para o governo do estado, e Ildo Meneghetti, apoiado por PSD e UDN, derrotou o candidato indicado por Leonel Brizola e se tornou governador do Rio Grande do Sul. Em contrapartida, Miguel Arraes conquistava o governo de Pernambuco e Leonel Brizola, uma cadeira como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (Fausto, 2022).

Com a antecipação do plebiscito, 9,5 milhões de brasileiros apoiaram o retorno do sistema presidencialista na gestão do país. Com isso, João Goulart poderia, a partir de então, exercer plenos poderes como presidente do Brasil — o que aumentou ainda mais a pressão sobre o gestor, visto que o país passava por uma grave grise financeira herdada,

majoritariamente, do governo de Juscelino Kubistchek. A inflação chegava a 54,8% em 1962, obrigando o governo federal a estabelecer um plano para combater um novo aumento inflacionário, associado ao desenvolvimento econômico. A proposta, contudo, não foi suficiente e o Plano Trienal, como fora nomeado, fracassou (Fausto, 2022). "A pá de cal foi um aumento de 70% no salário do funcionalismo, em meio a uma inflação que já chegara a 25% nos cinco primeiros meses do ano. Além disso, a economia como um todo dava sinais de declínio. (FAUSTO, Boris, 2022, p. 252). Jango tentou dar continuidade às reformas previstas no plano, que comportavam quatro categorias: administrativa, financeira, tributária e agrária — essa última, com especial atenção do presidente João Goulart. Em setembro e outubro de 1963, ocorreram diversas crises políticas que, segundo Skidmore (1975, p. 317), "aumentaram a inquietação" da oposição. Em 12 de setembro, fuzileiros, sargentos e soldados da Marinha e da Aeronáutica revoltaram-se em Brasília, buscando tomar o controle da nação. O presidente da Câmara dos Deputados foi preso, assim como um ministro do Supremo Tribunal Federal. Dominados, os rebeldes alegaram que buscavam usar o movimento para sensibilizar a situação de sargentos considerados inelegíveis pelo Tribunal Eleitoral, com apoio do Supremo. A medida surpreendeu e impressionou os opositores, que já articulavam um pedido de *impeachment* para João Goulart. No mês seguinte,

> A direita identificava o governo com tais soluções extralegais e começou a pregar abertamente a deposição de Jango — a ponto de, em outubro de 1963, Carlos Lacerda, o mais incendiário dos líderes da UDN, conceder uma entrevista a um jornal norte-americano (*Los Angeles Times*) anunciando um golpe militar. A reação dos ministros militares do governo diante do fato foi imediata: exigiram uma intervenção no estado da Guanabara — Jango negou-se a patrocinar tal intervenção e optou por recorrer ao dispositivo constitucional, enviando ao Congresso mensagem solicitando aval para decretar o estado de sítio; entretanto, com votos do PTB, do PSD e da UDN, a solicitação de Jango foi rejeitada, rejeição que, fora do parlamento, foi bancada pela direita (na defesa de Lacerda) e pela esquerda (com o temor de que a medida fosse utilizada também contra ela). (NETTO, João Paulo, 2014, p. 54)

O pedido para implementação do estado de sítio, apesar de não ter avançado, acabou aumentando o receio e provocando o avanço da conspiração militar — o chefe do Estado-maior do Exército, general Humberto de Alencar Castelo Branco, estava entre eles. Já ciente de uma rejeição do parlamento, que se confirmara nos bastidores, Jango retirou a proposta três dias depois justificando "novas circunstâncias" (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 319). A situação coincidiu com a data de uma greve em Minas Gerais, que contou com dura resposta do governo e terminou com a morte de seis pessoas em uma usina de aço. O acontecimento ficou conhecido como Massacre de Ipatinga.

4.6. Militares tomam o poder

Fausto (2022, p. 253) entende que “a tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo dato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos”, uma vez que a ala conservadora da política conseguiu fazer prevalecer a tese de que só uma revolução seria capaz de purificar a democracia brasileira, “pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo (FAUSTO, Boris, 2022, p. 253). Para a esquerda, contudo, o jogo democrático também parecia algo distante de ser executado, uma vez que seria impossível “aceitar seu jogo difícil de marchas e contramarchas, se havia todo um mundo a ganhar através da implantação das reformas de base ‘na lei e na marra” (FAUSTO, Boris, 2022, P. 253). A verdade é que nenhuma das manobras, políticas ou militares, mudava o fato de que “o Brasil se encontrava em uma profunda crise financeira para a qual o governo não tinha qualquer política coerente” (SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 322). Em uma entrevista, em novembro de 1963, o presidente declarou que a inflação poderia devorar o país a curto prazo e, acompanhada de uma recessão econômica, iria arrastar o país à bancarrota, “com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas” (apud SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 322). Em dezembro, surgiam rumores de que Brizola poderia assumir como ministro da Fazenda, o que, no entendimento de opositores, provocaria uma guinada à esquerda negativa. No início de 1964, Jango resolveu trilhar um caminho se, segundo Fausto (2022), tornou-se desastroso.

> Com apoio nos dispositivos militar e sindical, o presidente deveria contornar o Congresso, começando a realizar por decreto reformas de base. Para mostrar a força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos onde iria anunciando as reformas. O primeiro grande comício foi realizado em 13 de março, no Rio de Janeiro. Cerca de 150 mil pessoas aí se reuniram, sob a proteção de tropas do I Exército, para ouvir as palavras de Jango e Brizola, que aliás não se entendiam. As bandeiras vermelhas pedindo a legalização do PC, as faixas exigindo a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores. Jan go assinou na ocasião dois decretos. O primeiro deles era sobretudo simbólico e consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás. O segundo — chamado de decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) — declarava sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão que estariam sujeitas à medida (FAUSTO, Boris, 2022, p. 254).

Entre o fim de abril de 1963 e os primeiros meses de 1964, os movimentos sociais cresceram vertiginosamente no país, fazendo com que quase setecentos mil trabalhadores paulistas parassem as atividades, ocasionando também na mobilização de trabalhadores urbanos para realização de greves sem precedentes. No âmbito civil, a palavra do anticomunismo começava a se espalhar entre setores da burguesia e com apoio de muitos veículos de comunicação. Organizações financiadas por capital provado e pela CIA (CAMDE, FJD, TFP e outras) se mobilizaram para, em 19 de março, tomar as ruas nas chamadas “Marchas da Família

com Deus pela Liberdade", ligadas a alas conservadoras da Igreja Católica (Netto, 2014). Não há consenso sobre o número, mas acredita-se que, entre duzentas e quinhentas mil pessoas aderiram ao movimento em São Paulo. Em 24 de março, foi decretada prisão de dirigentes da Associação dos Marinheiros por subversão da hierarquia, que vinha se destacando na briga por garantias aos direitos dos marinheiros e melhores salários. No dia seguinte à ordem, dois mil praças da Marinha e Fuzileiros Navais se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, para comemorar o aniversário da entidade e apresentar novas reivindicações. Dentre os presentes, estavam lideranças com ordenamento de prisão vigente e, por isso, o local foi cercado, mas ninguém acabou preso e chegaram a um acordo. Sob pressão, o ministro da Marinha se demitiu (Fausto, 2022).

Jango foi ao Rio de Janeiro para participar de uma assembleia de sargentos no dia 30 de março, que mal sabia ele, já tinham dado início ao golpe militar. Skidmore (1975, p. 362) denomina a ação como um "suicídio político". Para o autor, no mesmo raciocínio, "o tom com que discursou foi o de uma beligerante oração de despedida". Ao invés de seguir o discurso organizado previamente, Jango resolveu improvisar e não se furtou de mencionar a indisciplina militar registrada pouco antes. A fala foi televisionada e um de seus opositores, atento ao discurso, entendeu que era hora de agir. General Olímpio Mourão Filho, envolvido no episódio do Plano Cohen, em 1937, com apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, mobilizou as tropas do Exército e as ordenou rumarem para o Rio de Janeiro (Fausto, 2022). No dia 31 de março, as tropas do II Exército, sob o comando do general Amaury Kruel, saíram de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. Na noite de 1º de abril, enquanto João Goulart deixava de Brasília em direção à Porto Alegre, o presidente do Senado declarou vacância do cargo de presidente do Brasil. Ranieri Mazilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o posto, seguindo o que previa a constituição. No Rio Grande do Sul, Brizola tentou mobilizar as tropas e a população, repetindo o que fizera em 1961, mas não teve sucesso (Fausto, 2022). O Brasil passou, então, ao poder dos militares.

5. AS INSTITUIÇÕES MIDIÁTICAS

A partir do entendimento de Charaudeau (2019) de que não há discurso sem contexto, este capítulo busca recuperar a história dos periódicos aqui analisados e os respectivos contextos históricos aos quais estavam inseridos à época de sua fundação. Nascidos em épocas diferentes, com mais de meio século de distância, cada jornal segue uma linha editorial que, apesar de modificada no decorrer das décadas, tenta manter viva a essência do que os fez surgir um dia. Apesar de — majoritariamente, no caso do Correio do Povo do que em Zero Hora — terem surgido em momentos em que a imprensa tinha forte vinculação político-partidária, ver-se-á que, comum entre eles, havia o desejo, principalmente, do exercício profissional do jornalismo baseado muito mais em fatos e informações do que em propagandas de governantes ou seus opositores, a fim de conquistar uma certa "autonomia relativa" (Traquina, 2012) e ser visto, cada vez mais, como um serviço público que alimenta o cidadão para o livre exercício de seu direito democrático, do que um mero espaço para propagandismos.

Nelson Traquina (2012) reforça que é apenas através dessa liberdade que o jornalismo e o jornalista adquirem um valor fundamental para o meio e a profissão: credibilidade. Ambos os jornais, atualmente, fazem parte de grandes conglomerados de comunicação e, desde a profissionalização do jornalismo em nível mundial (Traquina, 2012) continuam sendo empresas que buscam o lucro e a rentabilidade. Charaudeau (2019, p. 21) entende o processo de lucrar e informar como uma "dupla lógica", em que é preciso conciliar a necessidade (do lucro) com o dever (de informar) de maneira equilibrada, sem que haja prejuízos para o anunciante e para, principalmente, o consumidor final. Para o autor, a lógica *econômica "*faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca de bens de consumo", enquanto a lógica *simbólica* "faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública". Partindo deste entendimento, o linguista aponta que o lugar das condições de produção da notícia é construído por dois espaços: o externo-externo e o externo-interno.

> O espaço externo-externo compreende as *condições socioeconômicas* da máquina midiática enquanto empresa: sua organização é regulada por um certo número de práticas mais ou menos institucionalizadas, cujos atores possuem *status* e funções a ela relacionados. Mas, ao mesmo tempo, os atores dessa empresa precisam pensar e justificar suas práticas, produzindo discursos de representação que circunscrevam uma intencionalidade orientada por efeitos econômicos. É o espaço de hierarquização do modo de trabalho de cada organismo midiático, seus modos de funcionamento e de contratação, suas escolhas de programação. [...] O segundo espaço, externo-interno, compreende as *condições semiológicas* da produção — aquelas que presidem à própria realização do produto midiático (o artigo de jornal, a paginação, o telejornal,

> o programa de rádio). Para tal realização, um jornalista, um diretor e um chefe de redação conceitualizam o que vão "pôr em discurso" com a ajuda dos meios técnicos que dispõem, buscando atender a certas questões: o que pode incitar os indivíduos a se interessar pelas informações difundidas pelas mídias? É possível determinar a natureza de seu interesse (segundo a razão) ou de seu desejo (segundo a afetividade)? Pode-se eventualmente medir os graus desse interesse ou desse desejo? (CHARAUDEAU, 2019, p. 2-25).

O autor, então, põe luz sobre aquilo que perpassa a notícia e os diversos fatores de noticiabilidade, tentando explicar não apenas os fundamentos jornalísticos, mas também os critérios com os quais as empresas que transformam a informação em um produto de consumo precisam lidar — tal qual a indústria cultural se debruçou a fazer com interesses da sociedade em geral. Essa dupla lógica estabelece uma problemática sociodiscursiva que permite a compreensão da maneira com a qual a máquina discursiva e os discursos se encontram no processo de significação. Charaudeau (2019, p. 26) pontua que "entre os espaços externo-externo e externo-interno do lugar das condições de produção, se estabelece certo jogo de influência recíproca sem que se possa determinar *a priori* em que ele consiste". Mesmo com a incerteza, é ingenuidade desconsiderar a existência e relevância desse processo na formação discursiva e informacional dos conglomerados de mídia.

Pode-se destacar, deste modo, que a rentabilidade das empresas de comunicação é sedimentada, basicamente, em anúncios comerciais, como informes publicitários, patrocínios e conteúdos encomendados. Os governos e instituições públicas entram neste recorte porque possuem, dentro de seus orçamentos, verbas destinadas para divulgação de serviços de interesse da população e de méritos, ou façanhas, da gestão. Atualmente, também há investimento em mídias sociais e propagandas na internet, mas, originalmente, esse recurso era destinado apenas aos veículos de comunicação de massa, como rádio, televisão e jornal. Diferentemente do recurso oriundo da iniciativa privada, o dinheiro público, não apenas na aplicação comunicacional, é passível de rastreamento e checagem, conforme estabelecido pelas leis de transparência e prestação de contas existentes no Brasil — Lei nº 4.320/1964[25], que estabelece normas gerais de elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, por exemplo.

5.1. Correio do Povo e Zero Hora: o páreo duro da imprensa gaúcha

O interesse na captação desses recursos faz com que, muitas vezes, grandes emissoras e veículos de comunicação acabem se posicionamento politicamente para obter, ou manter, a

[25] C.f. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

preferência na hora da destinação do dinheiro por parte do poder público. Em 2023, por exemplo, no primeiro ano do terceiro mandato de Lula, o Grupo Globo[26] passou a liderar o ranking das emissoras brasileiras que mais recebem verba publicitária do Governo Federal. Entre 2019 e 2022, período em que Jair Bolsonaro estava na presidência da República, o posto era do Grupo Record, que recebeu R$ 272,2 milhões do Planalto, enquanto o Globo recebeu R$ 263,6 milhões. Durante os dez primeiros meses do terceiro mandato de Lula, segundo levantamento da Revista Veja (2024), R$ 66.179.452 foram destinados ao Grupo Globo, enquanto R$ 16.481.784 foram repassados ao Grupo Record — quase quatro vezes mais.

Os números demonstram que há, em determinada circunstância, valorização de um conglomerado de mídia em detrimento a outro, mas isso não pode ser explicado, unicamente, por vieses político-ideológicos. Perfil de público, audiência, estratégia, programação e, até mesmo, relacionamento são fatores que podem justificar a escolha de qual terá maior porcentagem dos repasses, uma vez que o posicionamento político das emissoras de televisão não é abertamente informado para o público que a acompanha. Essa inclinação é demonstrada a partir da linha editorial seguida por cada empresa (máquina midiática)[27], que parte desde os horários da grade de programação, até o conteúdo que irão reproduzir e o grau de relevância que será dado para um mesmo assunto de interesse público, como oscilações econômicas, apresentações culturais ou ocorrências na área da segurança pública — Charaudeau (2019) entende esse como o processo de formação da notícia. Não há uma cartilha que defina ou que oriente o espectador quanto ao viés ideológico do canal de televisão que assiste, do programa de rádio que ouve ou do jornal que lê diariamente, mas há uma série de quesitos — muitos deles, subjetivos e, até mesmo, subliminares — que determinam a maneira como cada qual irá veicular ou trabalhar determinada notícia. No fim do dia, parafraseando o professor Juremir Machado da Silva, "o leitor [ou espectador] é sempre o mesmo: isenta é a opinião do jornal que coincide com a sua" (SILVA, Juremir Machado da, 2015, p. 114).

5.1.1. A trajetória centenária do Correio do Povo

Em busca de independência e de desvincular-se dos interesses políticos que norteavam os jornais do fim do século XIX, o jovem Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, no auge de

[26] C.f. https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/com-lula-globo-supera-record-e-lidera-em-verbas-publicitarias-do-governo;

[27] Charaudeau (2019) entende o conceito de máquina midiática como o ato de utilizar o discurso da informação como forma de estabelecer um vínculo social para proporcionar o reconhecimento identitário entre emissor e receptor, a partir da fabricação de informação, que dá origem à formação de um contrato comunicacional.

seus simplórios 27 anos, deu início ao projeto que viria a contar, por mais de um século, a história diária do Rio Grande do Sul. Em 1º de outubro de 1895, uma terça-feira, era entregue às bancas de Porto Alegre, a primeira edição do jornal Correio do Povo. Ao lado de Mario Totta e José Paulino de Azurenha, Caldas Júnior "inaugurou a era, de fato, capitalista do jornalismo no Rio Grande do Sul" (SILVA, Juremir Machado da, 2015, p. 54). Não apenas no aspecto comercial, Caldas Júnior revolucionou o modo de produção da notícia em território gaúcho ao enfrentar, antes mesmo do lançamento das primeiras páginas, o preconceito enraizado na sociedade da época. Ao anunciar que *o negro* Paulino Azurenha seria sócio na empreitada. Walter Galvani escreveu, ao contar Os bastidores da Caldas Júnior[28], que o próprio Caldas precisou se impor contra um conhecido que lhe ponderou que "o *Correio* não ia começar bem 'com um negro em suas fileiras'. Ele conhecia bem a capacidade e o caráter do amigo. Jamais contou-lhe este episódio, que, aliás serviu para robustecer a sua convicção de que precisava de Paulino em seu empreendimento. (GALVANI, 1994, p.50)".

Quando o Correio do Povo foi entregue público, outros sete jornais circulavam todos os dias na Grande Porto Alegre — na data do lançamento, no entanto, um deles estava momentaneamente suspenso. Outros dois semanais completavam o panorama da imprensa ao fim dos anos 1890. Todos os jornais mencionados por Galvani, que construiu carreira e família como funcionário do Correio do Povo, já deixaram de existir — alguns deles, mediante decreto durante a era Vargas.

> Pois já estavam aí *A Federação*, fundado em 1884, que era um vespertino e que defendia como jornal oficial as idéias do Partido Republicano Rio-grandense; *Gazeta da Tarde*, que nascera naquele mesmo ano no dia 25 de março; *A República*, também contemporâneo, com objetivos tornados óbvios pelo título, fundado no dia 16 de julho; *O Dia*, que era considerado como de oposição permanente a Júlio de Castilhos (fundado no ano anterior, no dia 1º de setembro); o jornal *Deutsche Volksblatt* em língua alemã, um jornal católico que vinha desde 1871, fundado pelos padres jesuítas em São Leopoldo; *O Mercantil*, criado por Câncio Gomes, com oficinas nas ruas General Câmara, também com fortes tendências católicas; e o *Jornal do Comércio*, que se inclinava pelas idéias do Partido Liberal e vinha desde 1865. Era muito forte e ficou no mercado até 1º de novembro de 1911. (GALVANI, 1994, p. 46)

O Jornal do Comércio do fim do século XIX nada tem a ver com o Jornal do Comércio[29] fundado pelo consultor comercial, Jenor Cardoso Jarros, e sua esposa Zaida Jayme Jarros, em 25 de maio de 1933, em Porto Alegre. À época, ainda sob o nome de Consultor do Commércio, o periódico da família Jarros informara sobre produtos coloniais e outros assuntos

[28] GALVANI, Walter. Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 568 p.

[29] C.f. https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/secao/2019/09/704818-jornal-do-comercio-desde-1933-acompanhando-o-desenvolvimento-da-economia-e-dos-negocios-no-rio-grande-do-sul.html

de interesse dos comerciantes porto-alegrenses. O título só veio a mudar nem 1956, quando ampliava sua cartela de leitores, mas ainda circulava semanalmente. Foi só em 1960 que, já na sede que ocupa até os dias de hoje, na Avenida João Pessoa, 1282, no coração da capital gaúcha, que se tornou um periódico diário.

Caldas Júnior, apesar de muito moço, não teve sua primeira experiência com jornais no lançamento de seu projeto mais longevo. Anos antes, apadrinhado por Gaspar da Silveira Martins[30], foi revisor e noticiarista de A Reforma, durante os anos de 1885 e 1888, de onde saiu para atuar na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, retornando para ocupar o cargo de diretor, até 1892, quando o periódico foi impedido de circular — o jornal retornaria em 1986. Naquele ano, foi contratado pelo sogro, o escritor Aquiles Porto Alegre, proprietário do impressionante Jornal do Comércio, que atingira tiragem de cinco mil exemplares durante a Revolução Federalista (Silva, 2015). Lá, permaneceu até agosto de 1895, saindo apenas para dar vida ao Correio do Povo, que só surgiu graças aos empréstimos obtidos junto a dois "capitalistas" (Galvani, 1994) amigos de Caldas Júnior, Antonio Mostardeiro Filho e Eugênio du Pasquier, que lhe adiantaram dinheiro para completar os vinte contos de réis necessários para iniciar o Correio do Povo. Membro do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, o jovem empresário também contou com apoio financeiro da maçonaria no negócio.

Na noite de 30 de setembro, Galvani (1994) que Caldas Júnior, em caneta vermelha, escreveu aqueles que seriam os compromissos e valores do Correio do Povo a partir do momento em que fosse entregue ao público.

> O *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinado aos seus intuitos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente. Como seu título o indica, será uma folha essencialmente popular, pugnando pelas boas causas e proporcionando aos seus leitores informações detalhadas sobre tudo quanto vá diariamente ocorrendo no desenvolvimento do nosso meio social e nos domínios da alta administração pública do Estado e do País. Em Política — somos pela República, e só alimentamos as aspirações patrióticas de vê-la pujante, amada e próspera, capaz de fazer a felicidade desde grande país, fadado aos mais altos destinos. Independente, nobre e forte — procurará sempre sê-lo o *Correio do Povo*, que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de origem subalterna. Jornal aberto a todas as manifestações de pensamento, estas colunas estarão sempre francas a quantos queiram, com elevação de vistas, tratar de assuntos de interesse geral, discutindo ideias e opiniões sobre política ou literatura, indústria ou comércio, ciência ou artes. Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção. Emancipado de convencionalismos retrógrados, e de paixões inferiores, procurará esclarecer imparcialmente a opinião, apreciando com isenção de espírito os

[30] Gaspar da Silveira Martins (1835-1901) foi deputado provincial, senador, um dos líderes da Revolução Federalista (1893-1895) e exilado político por oposição ao presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos. C.f. https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/835-gaspar-da-silveira-martins

> sucessos que se forem desenrolando e os atos dos governantes, para censurá-los quando reprováveis, aplaudi-los quando meritórios. Com tais intuitos, de que jamais se apartará, o *Correio do Povo* espera poder conquistar as simpatias do público, que o verá sempre disposto a bem servi-lo. (GALVANI, 1994, p. 47-48).

O manifesto, que nos periódicos da atualidade leva o nome de editorial, estampara os preceitos seguidos pelo periódico durante mais de cem anos. Apesar das premissas de imparcialidade, Caldas Júnior não deixara passar qualquer oportunidade de execrar publicamente a imagem de Moreira César, coronel do exército e mandante do assassinato de seu pai, o desembargador Francisco Antônio Vieira Caldas, em uma tocaia armada no dia 25 de abril de 1894. Galvani (1994) conta que Vieira Caldas nascem em Sergipe, em 1846, e estudou direito na Faculdade de Direito do Recife, em Pernambuco. Casou-se com a poetisa Maria Emília Wanderley em 1867, com quem teve três filhos — Francisco Antônio, Dogelo e Orlando Wanderley Caldas. Em 1872, a família se mudou para Santo Antônio da Patrulha, no Litoral Norte gaúcho, onde Vieira Caldas foi juiz de órfãos. Em 1880, foi para transferido para Porto Alegre, onde passou a atuar como Juiz de Direito. Em 1892, já promovido a desembargador, foi transferido para a Ilha do Desterro[31], em Santa Catarina, onde sequer havia pontes para o continente. Vieira Caldas participou do governo provisório que tomou o estado entre 1893 e 1894, liderado pelo capitão-de-mar-e-guerra, Frederico Guilherme de Lorena. Com a tomada da região, ainda durante a revolução federalista, Moreira César, que assumiu como governador provisório de Santa Catarina, por sua relação com o então presidente Floriano Peixoto, ordenou a execução de 42 pessoas na fortaleza de Santa Cruz, em Anhatomirim. Não se sabe ao certo se o corpo do desembargador foi empurrado para o canal e comido pelos peixes, ou se fora enterrado em uma vala comum (Galvani, 1994).

Oito anos após sua fundação, em 1903, o *Correio* atingira a tiragem de dez mil exemplares diários e havia dobrado de tamanho, passando de quatro para oito páginas. Naquele ano, a imprensa gaúcha era composta por oito títulos diários e 31 periódicos, entre jornais e revistas. Galvani (1994) afirma que "o Correio, indiscutivelmente, foi fiel às suas origens, embora a tese de imparcialidade não resista a um exame mais aprofundado, em momento nenhum. Ele sempre tomou partido, mesmo que fosse em termos de grandes ideais". Rüdiger (apud Fraga 2004, p. 17-18) deixa claro que esta condição não era mera coincidência, uma vez que "Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais". Um exemplo

[31] Hoje, Florianópolis, capital catarinense.

disso foi a coluna publicada por Caldas Júnior, no dia 28 de janeiro de 1903, quando noticiou a sessão maçônica em homenagem ao senador Pinheiro Machado. Em 1905, por sua vez, estampou na capa do jornal uma entrevista com o médico Protásio Alves, defendendo a vacinação para a saúde pública — naquele tempo, o governo positivista de Borges de Medeiros se opunha à vacina a fim de permitir que a natureza seguisse seu curso sem intervenções humanas (Galvani, 1994).

Em 1905, morrera Luiz Manoel Gonzaga, primeiro gerente do periódico. Em seu lugar, em dezembro daquele ano, João Obino foi anunciado, com a missão de administrar o jornal com o mesmo brilhantismo que fizera com a Hidráulica Guaibense (Galvani, 1994). No dia 31 daquele mês, um novo salto no formato da publicação, que saia de sete colunas de 43 por 64 centímetros, para oito colunas com 49 por 68 centímetros, impresso em papel cor-de-rosa no equipamento importado da Alemanha pela gaúcha Bromberg & Cia. "O *Correio* era impresso em papel cor-de-rosa sempre que isto era possível. Tantos eram os contratempos que havia longos períodos que ele saía no papel branco comum, mas lutava-se pelo 'róseo', que acabou servindo de uma espécie de apelido carinhoso para o jornal" (GALVANI, Walter, 1994, p. 125). Segundo o autor, virou esporte de concorrentes dificultar a importação do papel cor-de-rosa, objeto de obsessão para Caldas Júnior. Dois anos depois, em 1908, o jornal passou por mais uma modernização, reduzindo seu tamanho para 4 por 64 centímetros, mantendo as oito colunas e passando para oito páginas, com material tipográfico todo reformado. Em 1910, Caldas resolve inovar, novamente, mas agora no conteúdo veiculado pelo jornal: banir, ou reduzir ao máximo, o uso de adjetivos nos textos jornalísticos para, conforme Galvani (1994, p. 142), "evitar, o quanto possível, essa espécie de 'engrossamento' inconsciente, tão caro a tanta gente, é certo, porém, que muitas vezes também nos custa bem caro, em apuros e contrariedades de toda ordem".

O jovem empresário e jornalista, contudo, morreu cedo. Caldas Júnior era hipocondríaco, experimentava todo e qualquer tipo de remédio (Galvani, 1994). Em uma dessas experiências, fez uso de uma injeção para limpar o sangue, que fazia muito sucesso na época, mas que poderia causar reações adversas, como febre, mas nada aconteceu. Por esse motivo, o médico responsável, um tal doutor Bulcão, aplicou-lhe outra dose por garantia. Da farmácia onde atendia Bulcão, Caldas Júnior foi direto para casa e, de lá, não saiu mais. O jornalista foi vítima de uma overdose, que provou um estado de icterícia generalizada, como fora noticiado mais tarde. No dia 9 de abril, o Correio do Povo preconizava a morte de seu fundador.

> "Infelizmente — dizia o *Correio* em sua página 4 — agravou-se muito, desde ontem, à tarde, o estado de saúde do nosso companheiro Caldas Júnior, proprietário e diretor do *Correio do Povo*. Até a madrugada de hoje, cercavam-no, com a mais carinhosa solicitude, sua excelentíssima família, os médicos assistentes e vários amigos íntimos". Mal terminara de rodar esta edição do jornal, alguns assinantes já o haviam recebido, outros exemplares estavam ainda em processo de entrega, a cidade recém despertara para o dia de trabalho, quando, às seis horas e quarenta minutos da manhã, morria Caldas Júnior. (GALVANI, Walter, 1994, p. 179).

Emílio Kemp assumiu a gestão do periódico interinamente, enquanto os próximos passos do Correio do Povo ainda seriam definidos. O que deveria ser uma gestão provisória acabou durando dez anos. Kemp deixou a redação em 1920 para cuidar da sucursal que a empresa abriria na então capital federal, Rio de Janeiro (Galvani, 1994). Em Porto Alegre, Leonardo Truda seguiu à frente do jornal. A empresa passou por algumas intempéries envolvendo uma disputa entre os filhos do primeiro casamento de Caldas Junior e a família que ele constituiu ao lado de Dolores Caldas. Com o passar do tempo, no entanto, um acordo permitiu que Fernando, filho mais velho, fosse integrado ao periódico, que foi gerenciado pelo irmão, Breno, último herdeiro a gerir a empresa, que ficou sob responsabilidade da família Caldas por 89 anos.

Durante a década de trinta, o jornal e seus funcionários sofriam com a repressão de forças policiais, que tentavam limitar ou restringir o trabalho feito pela imprensa (Galvani, 1994). Com a aposentadoria de seu tio, Alexandre Alcaraz, irmão de Dolores, Breno Caldas assumiu a sociedade e a gerência do jornal em 18 de dezembro de 1935, seis anos após ter começado na empresa como redator-chefe. No ano seguinte, com poucos meses à frente do Correio, Breno resolveu investir em um novo formato, menor, "um Correio do Povo mais leve, em edição vespertina" (GALVANI, Walter, 1994, p. 327) definiu Breno Caldas, ao convidar o escritor Vianna Moog para assumir o jornal. O periódico circulou até 1984 e teve grande destaque pelo espaço dedicado às colunas de opinião, que conseguiam circular mesmo em meio à ditadura militar instaurada em 1964.

Apesar da censura estabelecida na ditadura de Getúlio Vargas, durante do Estado Novo[32], os jornais de Porto Alegre acabaram se consolidando em relação aos pequenos periódicos do interior gaúcho, afetados financeiramente pela proibição de propagandas político-partidárias e outras limitações impostas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instalado dentro de algumas redações por determinação dos projetos centralizadores de Vargas.

[32] Getúlio Vargas deu um golpe de Estado em 1937, determinou uma nova Constituição, fechou o Congresso Nacional e governou com poderes ilimitados até 1945, quando foi deposto do cargo. C.f. https://www12.senado.leg.br/radio/1/senado-200-anos-a-historia-passa-por-aqui/2024/04/09/episodio-12-o-estado-novo.

Apesar de estabelecer boas relações com o governo, à época, "ao mesmo tempo em que externava os valores e interesses da classe dominante, assumia, o Correio do Povo, um conjunto de idéias políticas unívocas perante o público, englobando a defesa da propriedade, da ordem social e da religião cristã". (FRAGA, Gerson, 2004, p. 21).

Em janeiro de 1946, Correio do Povo e Folha da tarde se mudaram para uma nova sede, mais moderna e em uma rua recém rebatizada: a Paissandu passou a ser, em alusão ao fundador aos periódicos, rua Caldas Júnior. É no mesmo prédio, o Edifício Hudson, que o jornal Correio do Povo e a Rádio Guaíba funcionam até os dias de hoje. Naquele ano, pontua Galvani (1994, p. 367), Breno Caldas, de apenas 36 anos, "era um dos mais respeitados empresários do Brasil, dirigindo um dos três maiores jornais do país, ao lado do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo"*. O trecho a seguir destaca a magnitude que o jornal alcançara naquela época.

> Os homens que chegavam ao poder no Estado e no país aprenderam logo a prática lição de Ernesto Dorneles e Getúlio Vargas. Para estar bem com o Rio Grande, era preciso estar bem com o *Correio do Povo*. Para estar bem com o *Correio*, era preciso estar bem com Breno Caldas. Para estar bem com Breno Caldas, era preciso reverenciá-lo nas ocasiões apropriadas e, de preferência, nunca dizer-lhe não [...] Muitos se aproveitavam imodestamente do prestígio que o *Correio do Povo* lhes conferia e outros se utilizavam da força do jornal para sensibilizar políticos e administradores. Tal procedimento, inerente à natureza humana, não era nenhuma novidade. Mas, quando algum funcionário era pilhado em tentativa de desfrute de tais vantagens, o desagrado do chefe era inevitável e, por vezes, ele baixava a mão, com força punitiva. A despedida poderia significar a morte política ou profissional, pela espécie de ostracismo que representava o banimento da Corte todo-poderosa da rua Caldas Júnior. (GALVANI, Walter, 1994, p. 380)

Breno Caldas se considerava um agnóstico e, por isso, o Correio do Povo estava acima de partidos políticos e facções religiosas, interesses pessoais ou rivalidades esportivas (Galvani, 1994). O jornal, contudo, não se furtara nunca dos interesses regionais porque era declarado, oficialmente, "defensor do Rio Grande". O periódico, como afirma o jornalista e ex-funcionário do CP, Walter Galvani (1994), chegou a ter sucursais em São Paulo e em Brasília, além da já mencionada cidade do Rio de Janeiro. Ao fim dos anos 1950, o Diário de Notícias — fundado nos anos 1920 e comprado pelo proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, em 1930 — começou a se consolidar como concorrente direto do Correio do Povo. A morte do Papa Pio XII, em 8 de outubro de 1958, escancarou o embate entre os periódicos, mas foi o Correio do Povo quem, mesmo sendo ultrapassado, levou a melhor na história.

O jornal de Chateaubriand noticiou, naquela manhã, a morte do pontífice, enquanto o Correio do Povo publicara apenas um agravamento na condição de saúde. Galvani (1994) conta

que Ernesto Corrêa, então diretor do Diário de Notícias, foi comemorar o furo de reportagem[33] em uma barbearia na rua dos Andradas. Ao chegar lá, puxou assunto com o barbeiro questionando sobre o assunto e o profissional, prontamente, responde-lhe: "O *Diário* veio com essa aí. O *Correio* não. Vamos esperar o *Correio* de amanhã para ver se é mesmo verdade" (GALVANI, Walter, 1994, p. 402). Indignado, Corrêa foi embora sem nem terminar de aparar a barba. Esse, como explica o autor, era o pensamento dos porto-alegrenses à época. "A credibilidade do *Correio* era tamanha que uma notícia tão importante só seria tomada como 'verdadeira' se publicada no jornal dos Caldas. 'Se o *Correio* deu, então é verdade' — era o slogan que corria na cabeça das pessoas" (GALVANI, Walter, 1994, p. 403).

Breno Caldas (1987), em depoimento ao jornalista, José Antônio Pinheiro Machado, afirmou que o Correio do Povo, por muitos anos, foi praticamente o único jornal do Rio Grande do Sul. A credibilidade que o empresário conquistou com o periódico e, posteriormente, com a Rádio Guaíba e sua grande participação no movimento da legalidade, em 1961, abriram-lhe portas que o possibilitaram, durante a ditadura militar, bater às portas do presidente do Brasil, João Figueiredo, para tratar de negócios. É bem verdade, contudo, que apesar das limitações impostas pelo regime autoritário, o Correio do Povo não se opôs totalmente à ascensão dos militares ao comando da nação. "O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós — nós não tínhamos ligações políticas com ninguém —, mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho", contou o empresário a Pinheiro Machado (1987, p. 78). No ano em que a ditadura começou, a Companhia Jornalística Caldas Júnior lançou a Folha da Manhã, que recebeu o nome de Folhinha, para competir com o recém-chegado — e, hoje, líder de audiência — Zero Hora.

Em 1973, Breno Caldas receberia uma condecoração do governo federal, mas acabou faltando à cerimônia e, em troca, foi cobrado pelo então presidente, Emílio Garrastazu Médici, que lhe fizesse um churrasco em contrapartida. Às vésperas do encontro, na Fazenda do Arado, a Folhinha e o Correio do Povo foram apreendidos pela censura.

> A censura apreendeu uma edição do *Correio do Povo* e da *Folha da Manhã*, por causa de uma matéria que nós publicamos nos dois jornais. Era uma carta do Júlio Mesquita, diretor de *O Estado de S. Paulo*, dirigida à Sociedade Interamericana de Prensa, sobre a falta de liberdade da imprensa no Brasil. A Voz do Brasil tinha dado a carta. E eu mandei publicar também. Apareceu lá um censor dizendo que a notícia estava proibida de sair nos jornais e eu pedi que ele me trouxesse aquela determinação por escrito. A censura, naquela época, não queria oficializar nada, eles se recusavam a fazer qualquer proibição por escrito, para dar a impressão que não havia censura no país. Era tudo de boca. Eu vim embora para casa e dei ordem ao Adail: olha, sai a notícia de qualquer

[33] Jargão jornalístico que faz referência ao ato de dar uma notícia em primeira mão; um 'furo' ante os colegas.

> jeito. Se não vier a ordem escrita, vamos publicar. O censor ainda insistiu pra ver se eu aceitava a ordem verbal, mas não adiantou... [...] Logo depois, o professor Leitão de Abreu veio a Porto Alegre tratar de outros assuntos e eu conversei com ele, que me disse: "Você não devia ter feito isso. Agora a coisa ficou mal. Como é que vai ser o negócio do churrasco agora?". Aí eu disse a ele: "Vamos cancelar, ou adiar esse churrasco, porque vai haver duas interpretações: uns vão dizer que eu fiz churrasco para bajular o Médici, apesar de ele ter apreendido o meu jornal, o que fica ruim para mim; e outros vão falar que foi o Médici que resolveu vir aqui me bajular, depois de ter apreendido o meu jornal, para me alisar, amenizar a situação... Vamos deixar para mais adiante..." (CALDAS, Breno; MACHADO, José Antônio Pinheiro, 1987, p. 81-82).

A compra da TV Guaíba, na década de 1970, causou um rombo financeiro nas contas da Companhia Jornalística Caldas Júnior, o que levou o Correio do Povo à crise financeira que culminou com sua venda, no início dos anos 1980. À época, Doutor Breno, como era chamado, foi recebido por Figueiredo no Palácio da Alvorada e buscou tratar de uma solução para os problemas financeiros de todos os grandes veículos, que foram suprimidos durante a repressão.

> A ideia, eu disse, é amparar materialmente a imprensa, senão vai tudo à gaita. Essa é uma jogada de grande alcance, até politicamente. Não adianta comprar jornalistas como vocês faze... Aí o Figueiredo disse: "O que é que tu queres?... Pra ti eu posso fazer qualquer coisa, mas eu não vou dar recursos para *O Estado de S. Paulo* me esculhambar (ele usou esse termo). Eu sei que eles estão quebrados, mas não vou dar dinheiro pra eles... Para o *Jornal do Brasil*? Não..." Aí eu agradeci. Pra mim, eu não quero nada de excepcional. Muito obrigado, não quero ser exceção. Eu quero entrar num contexto, onde os bons jornais, ou todos os jornais que interessam à nação sejam preservados. Não sei de que maneira, mas deve haver uma. Vocês inventam tantas formas de prejudicar os jornais, pois agora que façam alguma coisa para aliviar a situação deles. Aí o Figueiredo se manteve intransigente. "Não vou dar colher de chá para o *Estado de S. Paulo*. Para ti, não teria problema. Tu é de casa, é nosso amigo. Aí eu ainda disse: sou amigo enquanto for. E a coisa ficou por isso. A minha ideia foi essa. E eu acho que estava certo. Seria um complemento à abertura. Acho que cabia. E cabe até hoje. (CALDAS, Breno; MACHADO, José Antônio Pinheiro, 1987, p. 58).

Devido à crise financeira, em 1986, os veículos de comunicação da Companhia Jornalística Caldas Júnior deixaram de circular momentaneamente, mas logo retornaram ao mercado depois que a empresa foi vendida para a família do economista e empresário, Renato Bastos Ribeiro, que comandou o conglomerado de mídia até a transferência para a administração atual. Breno Alcaraz Caldas morreu em 10 de setembro de 1989. Em 2007, a empresa sulista foi adquirida pelo Grupo Record de Comunicação. A TV Guaíba, antigo canal 2, deu lugar a uma praça da Record TV. Os demais veículos, rádio e jornal, mantiveram sua atuação sem alterações significativas. O Grupo Record, fundado no dia 27 de setembro de 1953, desde 1994, pertence a Igreja Universal do Reino de Deus — vertente evangélica neopentecostal fundada em 1977 por Edir Macedo e R. R. Soares, e que se tornou, com o passar dos anos, uma das maiores denominações religiosas do mundo.

O controle da Igreja Universal sobre a empresa midiática começou com a aquisição de três emissoras de radiodifusão da Record em São Paulo (Rádio Record, TV Record de Franca e TV Record de Rio Preto) por R$ 45 milhões[34]. Antes de adquirir as empresas de comunicação, a Universal pagava por horários na extinta TV Tupi (canal 6 do Rio de Janeiro), em que transmitia o programa "Despertar da fé", em 1978. O Ministério das Comunicações aprovou a negociação em 1994. Naquele mesmo ano, a Igreja já tinha seis geradoras próprias de TV e, no ano seguinte, mais que dobrou o número, tendo adquirido 14 emissoras.

5.1.2. Zero Hora e seu "bairrismo" cotidiano

O jornal Zero Hora, por sua vez, pertence ao Grupo RBS (Rede Brasil-Sul de Comunicação), e foi fundado em 4 de maio de 1964, pelo empresário e jornalista, Ary Carvalho. ZH, como é conhecido, surgiu em substituição ao Última Hora, que teve circulação entre os anos 1960 e 1964. O diário foi fundado para concorrer, diretamente, com a Folha da Tarde e, como mencionado anteriormente, acabou provocando o surgimento da Folha da Manhã, também veículo da Companhia Jornalística Caldas Júnior. O nome, Zero Hora, é uma referência ao antecessor, fechado em ocasião da Ditadura Militar instaurada com o golpe de 1964. Há poucas informações sobre o periódico nesse período, mas Lauro Schirmer (2002), que por quase quarenta anos atuou nos veículos do Grupo RBS, faz um resgate sobre a história do jornal quando narra a trajetória do conglomerado de mídia em seu livro, **RBS: da voz do poste à multimídia.** O jornalista iniciou sua trajetória na empresa em 1963, como chefe de telejornalismo da TV Gaúcha e, em 1970, foi transferido para o jornal Zero Hora, para ocupar a direção de redação, onde permaneceu até 1990, quando assumiu a coordenação editorial até se aposentar.

Em 1967, a empresa fundada pelos irmãos, Jayme e Maurício Sirotsky, compraram 50% das ações de Zero Hora, mas atuação sobre o jornal limitava-se a indicações comerciais e estratégias voltas à parte administrativa da *Zero*[35], todo o resto era com Ary Carvalho. Quando a execução do prédio da empresa começou, em 1969, trouxe consigo problemas financeiros difíceis de serem sanados. Neste momento, "estabeleceu-se um impasse entre os sócios que determinou um acordo para que, no prazo de um mês, um dos lados assumisse o controle. Ary de Carvalho ficou com a prioridade de encontrar recursos em 30 dias. Não os obtendo, vendeu sua parte" (SCHIRMER, Lauro, 2002, p. 71). Assim, em 21 de abril de 1970, a Zero Hora

[34] C.f. http://www.meiosnobrasil.com.br/?page_id=422
[35] Com o passar dos anos, Zero Hora passou a ser chamada de Zero, ou ZH, pelos leitores e população em geral.

passava a ser controlada única e exclusivamente pelo Grupo RBS. O desafio, a partir de então, foi colocar as contas de um jornal falido em dia. A cobrança dos inúmeros credores obrigaram Jayme Sirotsky e o ferente financeiro do grupo, Nelson Nadler, a visitar cartórios de protestos mais vezes do que gostariam para evitar o fechamento de Zero Hora (Schirmer, 2002). Em 1971, com o funcionamento do jornal, ainda no vermelho, colocou em risco o funcionamento da TV Gaúcha, principal veículo do Grupo RBS à época e que, futuramente, transformara-se em RBS TV. Uma saída, apontada por um publicitário amigo de Maurício, foi se desfazer do veículo impresso.

> Maurício e seu amigo Antônio Mafuz, da **MPM Propaganda**, nos encontros diários de fim de tarde para longos papos e retemperadoras doses de uísque que, passaram a cogitar a hipótese de uma saída: a venda de Zero Hora para o dono do Correio do Povo, Breno Caldas, com quem Mafuz mantinha um bom diálogo. Mafuz procurou o dr. Breno e sem maiores preâmbulos foi direto à oferta, vestindo-a como tentadora não só por acabar com um concorrente, como por ensejar à Cia. Caldas Júnior — um prédio e uma rotativa novos, em localização privilegiada. O dr. Breno, famoso como homem de poucas palavras, ouviu calado e acabou murmurando, antes de mudar de assunto para falar em cavalos do prado: "Eu vou pensar". Dois dias depois, Breno Caldas e Antônio Mafuz foram almoçar no restaurante do City Hotel, quando o dono do Correio do Povo, após enumerar uma série de razões para justificar sua negativa, concluiu: "Em verdade, Mafuz, não compro jornais. O Correio já se acostumou a ver desaparecer os jornais que tentam lhe fazer concorrência. Vou esperar para assistir ao fim de mais este". (SCHIRMER, Lauro, 2002, p. 72).

Com a negativa e sem sucesso na tentativa de atrair investimentos do Grupo Abril, de São Paulo, a família Sirotsky resolveu investir em Zero Hora e tentar torná-lo um veículo de mídia respeitado, a partir do apoio das outras duas plataformas da empresa, Rádio e TV Gaúcha. Schirmer (2002, 73) conta que Jayme e Maurício eram reconhecidos pela "visão inovadora de mídia eletrônica e da propaganda nos idos de 1960, juntamente com Fernando Ernesto Corrêa" e, a partir desta vocação para o negócio, implementaram uma cultura moderna e criativa no jornal, integrando de vez a Zero Hora ao Grupo RBS, não apenas burocraticamente, mas transformando-a em um veículo com a cara do grupo. Nesse processo, cogitou-se até a mudança do nome do jornal, mas a ideia não avançou e o que houve foi uma mudança de reposicionamento, ao "tirar o azul do logotipo e o sangue das manchetes da capa, rompendo os vínculos com as heranças sensacionalistas do passado" (SCHIRMER, Lauro, 2002, p. 73). Em um comunicado, uma "reafirmação", publicada já sob a nova gerência, a Zero Hora ingressou em um novo momento,

> reafirmando os propósitos que o nortearam, definidos no editorial de sua edição nº 1, a 4 de maio de 1964, ser um jornal autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis (SCHIRMER, 2002, p. 74).

Em junho de 1972, o prédio de Zero Hora, na esquina das avenidas Ipiranga e Érico Veríssimo, em Porto Alegre, foi invadido pelas águas do arroio dilúvio e, por três dias, as edições do matutino foram impressas nas rotativas do Jornal do Comércio e da Corag (Schirmer, 2002). Dois dias depois, um incêndio destruiu parte das instalações da Rádio e TV Gaúcha, o que levou a redação da rádio para o prédio do jornal, que estava em melhores condições para funcionamento. Na capa de Zero Hora, o jornal alertava que "das cinzas, uma gaúcha mais forte" sairia. Os equipamentos foram substituídos por uma remessa que recém chegara, de navio à Porto Alegre, para a emissora de televisão. No ano seguinte, em 28 de março de 1973, um novo incêndio, mas, dessa vez, no prédio da própria Zero Hora. A causa das chamas não foram identificadas, mas há possibilidade de que tenha sido provocado por uma bituca de cigarro arremessada em uma lixeira. Schirmer (2002) conta que as chamas tomaram conta da redação, da área gráfica e acervos fotográficos, o que incluía negativos do extinto jornal Última Hora, perdidos para sempre. Alguns funcionários foram encaminhados ao hospital por intoxicação pela fumaça, mas ninguém morreu. O Jornal do Comércio, novamente, abriu as portas para o coirmão, que lá permaneceu durante alguns dias para garantir que as edições fossem publicadas, mesmo com a infelicidade do incêndio.

A partir de 1975, o jornal expandiu de circulação e passou a ser entregue em todos os municípios do Rio Grande do Sul. RBS TV, Rádio Gaúcha, Rádio Atlântida, 92 FM e Diário Gaúcho são os veículos que compõem o grupo. Felippe (2007) conta que, nos anos 1980, quando Nelson Sirotsky, filho do fundador, assumiu o comando da empresa, ocorreram as principais mudanças no jornal, principalmente, com inclusão de profissionais de negócios à frente de áreas de gerência. Para se manter à frente da concorrência e se consolidar como um dos jornais mais lidos do país, a empresa ampliou tiragem enquanto outros reduziram, e investiu em tecnologia para atrair leitores. Felippe (2007, p. 96) destaca que

> As mudanças editoriais, no processo produtivo e nas relações de trabalho em Zero Hora também têm sido fatores responsáveis pela expansão do jornal. A passagem de jornalista Augusto Nunes pela direção de Redação, de 1989 a 1993, foi um marco para a implementação de mudanças que levaram o processo produtivo do jornal ao pós-fordismo. A missão de Nunes, conforme Schirmer (2004), era tornar Zero Hora um jornal conhecido, respeitado e lido no centro do País e em Brasília. O diretor de Redação mexeu profundamente com a área editorial. Mudou rotinas, perfil dos editores e dos repórteres e fez ZH atingir a marca de quinto jornal em leitores no País, em 1993, dando-lhe a visibilidade nacional

Dentre as principais características do matutino, está a exaltação do conteúdo local como carro-chefe no quesito noticiabilidade, o chamado "localismo". No slogan mais recente, datado de 2024, a empresa oferta "o teu mundo, de fato", nas páginas de Zero Hora. A gerente-

executiva de Comunicação e Eventos do Grupo RBS declarou, ao portal Coletiva.net, que "o trecho 'o teu mundo' fala sobre pertencimento, sobre a tua cidade, região, costumes, o que importa para ti. E o "de fato" remete à credibilidade de Zero Hora"[36], em uma estratégia para fomentar a identificação do leitor através da paixão pelo local em que vive. Na comunicação, o critério é descrito por Felippe (2007, p. 97) como aquilo que "se aproxima de valores-notícia tradicionais do jornalismo, como "proximidade" e "interesse", mas é diferente, porque constituído na prática no jornal e que o marca e distingue".

A evolução de Zero Hora, com o passar dos anos, ajudou a construir a credibilidade reconhecida até os dias de hoje e que faz do jornal um dos maiores do país. Nos anos 1970, com o início do declínio do Correio do Povo, a administração soube se aproveitar das lacunas deixadas pelo concorrente e isso se deu também a partir dos furos de reportagem. Um dos exemplos foi o acontecido em 1971, quando a ZH foi a primeira a noticiar a morte de três cosmonautas russos, informação recebida através da agência de notícias France Presse[37]. Segundo Schirmer (2002, p. 79), a "Zero Hora era o único jornal no Brasil a circular com a manchete dessa tragédia no espaço. Anos mais tarde, a morte de outro papa entrou na lista de acertos noticiosos do jornal. Em 1978, o periódico noticiou, no dia 30 de dezembro, o falecimento de João Paulo I, apenas um mês após ser eleito para o cargo em decorrência da morte de Paulo VI em agosto. Diferentemente do que ocorrera na ocasião da morte de Pio XII, quando o Diário de Notícias 'furou' o Correio do Povo, desta vez, "o prestígio de Zero Hora já estava suficientemente consolidado para assegurar a credibilidade de suas manchetes" (SCHIRMER, 2002, p. 80).

A década de 1970, de maneira geral, foi desafiadora para o jornal Zero Hora, que tentara bater os veículos da Companhia Jornalística Caldas Júnior, Diário de Notícias e Jornal do Comércio, com uma redação que não chegava a cem profissionais e apenas duas agências de notícias contratadas (Schirmer, 2002). Além disso, o jornal ainda lidava com a censura imposta aos veículos de imprensa pela ditadura militar. Diferentemente de outros periódicos nacionais, como Estado de São Paulo, Zero Hora estava atrelada à uma emissora de televisão e, por isso,

---

[36] C.f. https://www.coletiva.net/noticias/zero-hora-apresenta-slogan-o-teu-mundo-de-fato-,443032.jhtml#:~:text=%22O%20trecho%20'o%20teu%20mundo'%20fala%20sobre,a%20tua%20realidade%2C%20a%20tua%20vida%2C%20de

[37] Até os dias de hoje, jornais e veículos de mídia contratam agências de notícias, nacionais e internacionais, para garantir uma cobertura mais completas dos fatos a serem noticiados.

não poderia assumir "reações contestatórias ostensivas" (SCHIRMER, Lauro, 2002, p. 85) sob o risco de perder a concessão pública.

> Driblar a censura, descumprindo ordens que só eram transmitidas oralmente, era possível apenas em lances pequenos. Mas houve uma ocasião em que Zero Hora, contrariando instruções da Polícia Federal (os agentes do DPF eram os portadores das ordens) para que uma notícia fosse dada sem destaque, publicou-a como se impunha: manchete de primeira página — "Allende foi derrubado e se suicidou". A absurda ordem só chegou por telefone tarde da noite e o editor que a recebeu fez-se de desentendido dizendo que a ligação estava péssima. O agente da Polícia Federal, Roque Chedid, que era pessoa educada e um bom papo em seus contatos nas redações nas quais se demorava conversando, saiu da sede do DPF na Avenida Paraná no 4º Distrito e foi fazendo escalas no Diário de Notícias, nas redações dos jornais da Caldas Júnior, no Jornal do Comércio e acabou chegando à Zero Hora às primeiras horas da madrugada, quando eu lhe disse que a rodagem da edição já estava quase terminando e era tarde demais para mudar. Foi assim que a 12 de setembro de 1973, Zero Hora se tornou um dos poucos ou talvez o único jornal a dar a derrubada e o suicídio do presidente Allende como manchete na primeira página. (SCHIRMER, Lauro, 2002, p. 85-86).

Já com recursos e em processo de consolidação, o Grupo RBS lançou um novo periódico para concorrer, diretamente, com a Folha da Tarde. O vespertino, *Hoje*, com 48 páginas, recrutou profissionais da própria concorrência e do centro do país, para desbancar o periódico da Caldas Júnior, mas a tentativa durou apenas nove meses. Para Schirmer (2002), a problemática foi a responsável pela qualificação de Zero Hora, uma vez que, ao demitir os profissionais recém-contratados, Maurício Sirotsky os incorporou a redação do jornal que se manterá, resultado em um salto de qualidade a partir de 1975. Dentre os aspectos inovadores pontuados pelo jornalista (2002), está a incessante busca de Maurício Sirotsky por novos talentos. Um deles, não exatamente descoberto porque já atuava em emissoras de televisão, foi Ana Amélia Lemos. A jornalista foi contratada, em 1977, para inaugurar a coluna Panorama Econômico, espaço destinado à economia que seria usado, assim como outros investimentos, para enfrentar os veículos da Caldas Júnior. "De forma muito expressiva, porém, foi a cobertura política, que assegurou o crescente prestígio do jornal" (SCHIRMER, Lauro, 2002, p. 90) e, ainda conforme o autor, Zero Hora conseguira destinar igual quantia de páginas para MDB e Arena durante o período da repressão, "e com uma isenção e independência difíceis de se manter na imprensa brasileira nos anos de chumbo" (SCHIRMER, Lauro, 2002, p. 90).

O páreo duro da imprensa gaúcha começou teve fim a partir de 1978, quando Zero Hora conquistou a liderança regional com lançamento dos cadernos de classificados (Schirmer, 2002). A iniciativa, em pouco tempo, duplicou a tiragem da edição dominical, aumentou faturamento e a independência do periódico, uma vez que o número de classificados reduz a

pressão de agências, anunciantes e governos. Schirmer (2002, p. 93) afirma que este foi "o salto decisivo que levou Zero Hora a sobrepujar o até então todo-poderoso Correio do Povo".

5.2. Os colunistas gaúchos

Os profissionais delimitados para o desenvolvimento deste estudo possuem, de determinada maneira, algumas características em comum. Todos eles são jornalistas diplomados, três, em quatro, possuem filhos, homens e mulheres estão representados igualmente e, três, em quatro, continuam trabalhando no jornal em que estavam na ocasião dos atentados de 8 de janeiro. Para que a compreensão a respeito do perfil destes profissionais seja possível, faz-se, a seguir, um breve resumo com informações relevantes da carreira de cada, em ordem alfabética.

5.2.1. Guilherme Baumhardt

Natural de São Carlos, no interior de São Paulo, Baumhardt se mudou para o Rio Grande do Sul ainda criança e fez do estado a sua terra do coração. Formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi gerente-geral da Rádio Guaíba entre 2019 e 2023, onde também atuou como âncora dos programas Bom Dia e Agora. No jornal Correio do Povo, assinou uma coluna que ia ao ar três vezes na semana, durante o mesmo período.

Seu desligamento das empresas aconteceu em outubro e dezembro de 2023. Primeiro, o colunista foi desligado do jornal Correio do Povo, naquilo que o periódico definiu como "uma reestruturação"[38]. Dois meses depois, Baumhardt usou as redes sociais[39] para informar aos internautas que, por decisão própria, deixara a gerência e apresentação da Rádio Guaíba. "Saio pela porta da frente", escreveu o jornalista. Longe da Rádio Guaíba, ele disse que continuaria "defendendo a liberdade (acima de tudo), defendendo menos Estado na vida do cidadão (lições sempre valiosas de Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Roberto Campos), criticando toda e qualquer tentativa de aumento de carga tributária".

Na emissora de rádio, o profissional nunca escondeu seu posicionamento político e a afinidade com políticos conservadores, como os destacados por ele mesmo anteriormente. Enquanto esteve à frente da Rádio Guaíba, em período simultâneo ao do governo de Jair Bolsonaro, suas decisões editoriais estavam, majoritariamente, associadas ao momento em que o país vivia. Em 2023, foi um dos convidados do 1º Congresso Conservador do Rio Grande,

[38] C.f. https://coletiva.net/noticias/guilherme-baumhardt-e-desligado-do-correio-do-povo,434675.jhtml
[39] C.f. https://www.facebook.com/guilherme.baumhardt/posts/pfbid0cBFHizxaqLkS8gWNvchQGzBPs6YpLs76afEzLpezkqLvuH4ouawqeR1YCStYc8nLl?locale=pt_BR

em que dez palestrantes abordaram pautas da direita, nos campos da cultura, economia e política. Nesse mesmo ano, foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito pela Câmara Municipal de Porto Alegre[40].

Antes de chegar ao Grupo Record, Baumhardt atuou por 15 anos no Grupo Bandeirantes, onde foi repórter, editor-executivo e coordenador. Pelas duas empresas, realizou coberturas nacionais e internacionais. Conquistou, ao longo de sua carreira, prêmios concedidos pela Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) e pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.

5.2.2. Rodrigo Lopes

Formado em jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rodrigo Lopes é doutorando em Relações Internacionais pela mesma instituição, mestre em Ciência da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e especializado em jornalismo ambiental pelo International Institute for Journalism (Berlim), em Jornalismo Literário e em Estudos Estratégicos Internacionais.

Desde 1996, trabalha no Grupo RBS, onde começou como office-boy, depois passou pela reportagem, atuou como apresentador da extinta TVCom e, atualmente, é colunista e comentarista em Zero Hora, Rádio Gaúcha e RBS TV. Pelo conglomerado de comunicação, já realizou dezenas de coberturas internacionais, entre elas as guerras no Iraque, Líbano, Líbia e, mais recentemente, Ucrânia e Israel. É autor dos livros Guerras e Tormentas - Diário de Correspondente Internacional, e Trem para Ucrânia. Entre os anos de 2022 e 2023, morou em Brasília, onde foi correspondente do Grupo RBS.

Em 2019, o jornalista foi enviado para cobertura das eleições presidenciais em Caracas, na Venezuela. Nicolás Maduro e Juan Guaidó disputavam a liderança do país naquele ano. Após 20 horas de viagem, o jornalista foi acompanhar as movimentações eleitorais e, ao registrar a votação de apoiadores de Maduro, foi detido por militares e ficou sem comunicação com o exterior durante duas horas[41]. O celular e o passaporte dele foram apreendidos, e uma foto foi tirada para registrar a prisão. Por questões de segurança, ele retornou ao Brasil horas após o acontecimento.

---

[40] C.f. https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/camara-concede-honra-ao-merito-ao-jornalista-guilherme-baumhardt

[41] C.f. https://jc.ne10.uol.com.br/canal/mundo/internacional/noticia/2019/01/28/reporter-do-jornal-zero-hora-e-recluso-em-quartel-na-venezuela-369803.php

5.2.3. Rosane de Oliveira

Jornalista formada pela PUCRS e mestre em Jornalismo para Editores pela Universidade de Navarra (Espanha), Rosane de Oliveira trabalha no Grupo RBS desde 1992, onde começou como editora de política e, depois, foi alçada à comentarista do mesmo segmento. Além da coluna no jornal Zero Hora, Oliveira apresenta o programa Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha. Antes disso, foi editora de Economia e de Política no jornal Correio do Povo, repórter nas rádios Pampa e Guaíba, e redatora na Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini. Natural de Espumoso, a jornalista recebeu o título de Cidadã de Porto Alegre em 2022 e, pouco depois, foi diagnosticada com um linfoma, doença que não a impediu de continuar sua atuação profissional. Ela é um dos principais nomes da cobertura política no Rio Grande do Sul.

5.2.4. Taline Oppitz

Natural da capital Porto Alegre, a infância de Taline Oppitz foi distante da movimentação da cidade grande, em Tapes, cidade com pouco mais de 17 mil habitantes, na região Sul do Estado. Formada em Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), iniciou a carreira como repórter na TV Assembleia, canal de notícias da Assembleia Legislativa na televisão aberta. Antes disso, fez parte da assessoria do então governador Antônio Britto, em 1999. À época, chegou a atuar na campanha política para a reeleição de Britto.

Em 2002, foi a editoria de política do jornal Correio do Povo, onde segue até hoje, que lhe abriu as portas. Taline começou como estagiária e atuou como repórter até 2008, quando o então colunista de política, Armando Burd, foi desligado da empresa, ela foi convidada para assumir o espaço diário de opinião. Enquanto jornalista, a profissional é reconhecida pela isonomia e pela pluralidade de fontes na área em que atua, característica destacada por Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre, quando ela foi homenageada na Câmara de Vereadores da capital gaúcha, em 2021. “A Taline tem uma característica muito importante do bom jornalismo, a de escutar todos os lados. Ela nunca deixa de ouvir a parte contrária, e isto tem valor. A crítica política ajuda muito ao político”, disse Melo (2021), na cerimônia de entrega do título de Cidadã Emérita de Porto Alegre[42] à jornalista.

[42] A honraria é oferecida, mediante aprovação do parlamento, àquelas pessoas que se destacam em sua área de atuação. C.f. https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/jornalista-taline-oppitz-e-cidada-emerita-de-porto-alegre. Acesso em 3 de set. 2024

Além da coluna no jornal impresso, a jornalista alimenta uma coluna no site do Correio do Povo e apresenta, diariamente, o programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba, que pertence ao mesmo grupo de comunicação. Semanalmente, possui um quadro onde fala sobre as principais pautas do setor político no programa Rio Grande Record, da Record TV no Rio Grande do Sul.

6. O INÍCIO DA IMPRENSA NO BRASIL

A história da imprensa brasileira se confunde com a história do país em si e com a história do jornal impresso, uma vez que a escrita era a ferramenta disponível à época. Sodré (1966) conta que, enquanto outros países já desenvolviam seus próprios periódicos, foi apenas em 1808 que a Côrte de Don António de Araújo de Azevedo instalou, no subsolo de sua casa, a primeira máquina de Impressão Régia que chegou ao país, com o intuito de fazer cópias de legislação e outros papéis diplomáticos, após autorização dos poderes vigentes. Em 10 de setembro daquele ano, a primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro foi publicada. “Era um pobre papel impresso [...] de quatro páginas in 4°, poucas vêzes mais, semanal de início, trisemanal, depois, custando a assinatura semestral 3$800, e 80 réis” (SODRÉ, 1966, p. 23).

As notícias da época eram fiscalizadas pelo Governo, logo, tinha caráter de “jornal oficial”, onde se informava sobre príncipes da Europa, documentos de ofício, aniversários e família reinante. O Correio Braziliense surgiu, contudo, três meses antes, com primeira publicação datada de 1º de junho do mesmo ano. Criado por Hipólito da Costa, a impressão era feita em Londres, para tentar fugir da censura real e, segundo Sodré (1966), com a finalidade específica de conquistar opiniões. Esta publicação, por sua vez, fez surgir na Bahia o primeiro jornal provinciano do país, chamado *A Idade de Ouro do Brasil*, de 1811. No ano seguinte, conforme Siqueira (1997), passou a circular *Variedades ou Ensaios de literatura* e, em 1813, *O Patriota.* Àquela época, conforme Lage (2001), o intuito não era mobilizar o povo para liquidar a ordem feudal e extinguir as elites aristocráticas.

Ao passo em que o jornal ia se desenvolvendo e começando a despertar o interesse da população, outras formas de noticiar passaram a ser elaboradas, como o folhetim *O despotismo esclarecido ou a verdade denodada*, primeiro registro vindo do Pará, em 1820. No ano seguinte, quando assinada a abolição da censura prévia (Siqueira, 1997) e a partir da Proclamação da República, periódicos começaram a ser desenvolvidos em diversos estados brasileiros, como Minas Gerais, Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul. Aproveitando-se do momento, Cipriano José Barata lançou *Sentinella da Liberdade*, uma espécie de se utilizava de “linguagem

panfletária, revoltada e patriótica" (SIQUEIRA, 1997, p. 02), que propunha oposição à Corte. Foi a partir de então, que a imprensa passou a adotar postura empresarial e a industrialização se instalou de vez no país, ajudando a formar o que conhecemos hoje como imprensa jornalística, ora a favor, ora contrária ao Governo vigente.

No Rio Grande do Sul, imprensa surgiu através de O Diário de Porto Alegre, em 1827, "época imediatamente anterior à Revolução Farroupilha (1835-1845), quando diferentes grupos políticos se reuniam em torno de jornais para mobilizar a população contra o governo central do Império" (SCHUSTER, 2022, p. 25). Rüdiger (2003) entende este momento do jornalismo gaúcho como o do pasquim.

> O conceito que guiava esses jornais era tão-somente político. Os textos tinham forte cunho doutrinatário, consistindo de matérias opinativas sobre questões públicas, comentários ideológicos e polêmicas com os adversários de publicidade. A linguagem era extremamente virulenta, não poupando idéias, nem pessoas. (RÜDIGER, 2003, p. 21).

A fase entrou em declínio na metade do século com o surgimento do jornalismo independente literário, que buscava se especializar na difusão de notícias e na discutir assuntos atuais, mas sem compromissos de doutrina. Tal evolução para o tema que será tratado a seguir, com o surgimento de editorias segmentadas e a valorização da opinião dentro do que viria a se tornar o jornalismo, com as características que conhecemos hoje.

6.1. O colunismo político e a opinião no jornalismo

Conforme explicado por Lage (2001), ao final do século XIX e XX, os primeiros esforços para compreender os fenômenos do jornalismo informativo foram levados a confrontar a imensa bolha ideológica, que, passados cem anos, aos poucos se desfez. Na segunda metade do século XIX, os mecanismos de controle da informação foram desaparecendo e, aos poucos, pondo fim à censura, momento em que a imprensa começa a se estabelecer em direção ao formato que vigora até os dias de hoje. Marx (1980, p. 68) acreditava que a função da imprensa era "ser o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme a sua liberdade". A consolidação do regime monárquico constitucional e do sistema parlamentarista fomentou a circulação das elites no poder, transformando alas políticas em agremiações e, posteriormente, partidos. Conforme Rüdiger (2003), é neste momento que políticos começam a desenvolver relações orgânicas com a imprensa, fazendo surgir o conceito de jornalismo político-partidário, que prevaleceria até 1930.

Durante o apogeu do imperialismo britânico, entre 1871 até 1914, Lage (2001) conta que o jornalismo era pensado com duas funções um pouco contraditórias: manter viva a fantasia do público; e educá-lo para o trabalho, poupança e consumo. A contradição entre as duas facetas - a sensacionalista, que atraía leitores, e a educadora, que os socializava – ganhou força nos Estados Unidos do pós-Guerra Civil e a ascensão da Revolução Industrial, importando gente e dinheiro. No início do século XX, entendeu-se que o Jornalismo precisava de algo mais, que fosse além das cópias e narrativas mirabolantes. Lage (2001) explica que, naquele cenário, técnicas de apuração, tratamento e apresentação dos fatos – inspirados em procedimentos inspirados nas ciências exatas – foram criados.

As mudanças no jornalismo deram origem ao que se chama de "colunismo" (Schuster, 2003), uma consequência dessa evolução, quando as páginas identificadas com grupos políticos, literários, sociais ou econômicos perderam espaço para as matérias autodeclaradas independentes. Para Murilo Ramos (apud SCHUSTER, 2003), esta nova imprensa surge em simultâneo à Revolução Industrial e tem, como característica, utilizar-se da publicidade para manter o ideal de liberdade política nas páginas editoriais. Este era, então, o único espaço onde o jornal abandonaria "sua objetividade declarada para manifestar claramente opiniões sobre a política e a vida em geral". (RAMOS, 2002, p. 248. apud SCHUSTER, 2003).

Em 1872, o jornal The Republican, de Springfield, começa a apresentar colunas de opinião e, em Porto Alegre, anos depois, o jornal Correio do Povo, fundado em 1895 e ainda em funcionamento, inicia suas atividades como um "jornal independente", ao ser oposição aos periódicos governamentais. Este início marca o que Rüdiger (1993) chama de jornal noticioso. O Diário, que circulou entre 1911 e 1917, apresentou os primeiros passos do que viria a se estabelecer como colunismo. "Os estilos de espaços como Porto Alegre Elegante, sobre moda, publicada diariamente em 1911, e Vida Social, em 1917, uma precursora da coluna social, assemelham-se à crônica ou narrativa e raramente são assinados", explica Schuster (2003, p. 122). Nos anos seguintes, colunas foram inseridas em editorias de moda, turfe, cultura, esporte etc. Na área da política, o colunismo surgiu em meados dos anos 1950.

Lage (2001) explica que, em sua fase inicial, ainda no século XX, o jornalismo não é diferenciado da propaganda, baseando-se na visão de Harold Lasswell (1902 – 1978), trata-se "da gestão governamental das opiniões" (LAGE, 2021, p. 44). Para o autor, os meios de comunicação agiam como uma agulha hipodérmica, injetando no público, indiferentemente, remédios ou venenos. Conforme se desenvolve, a mídia começa a receber "superpoderes", a

partir do interesse de empresários da comunicação, que começam a surgir e veem em um suposto domínio público, instrumento para benefício e proveito próprios. Leães (2009, p. 34) entende que a política "é formada por diversos atores que, no seu papel, representam os diversos pontos de vista da nossa sociedade".

Deste modo, o colunista político se insere como mais um ator na apresentação de aspectos em destaque, neste caso, em um segmento específico. Pena, contudo, destaca em **A Teoria do Jornalismo no Brasil** (2005), que a sociedade confunde texto com discurso, o que fica claro na separação entre opinião e informação, causando uma simbiose, uma união, entre ambas. Para ele, "a notícia nunca esteve tão carregada de opiniões" — assunto que será melhor aprofundado em momento futuro, quando abordarmos a análise do discurso.

A opinião sempre esteve presente nos periódicos, desde que surgiram; ora voltada ao viés governamental, ora voltada à rebeldia dos inconformados com o sistema vigente – como bem disse Maurício Ramos, "jornalismo, como tudo na vida, é sempre interesse, é disputa de poder" (RAMOS, 1994, p. 19. apud LEITE JUNIOR, 2017, p. 02). Para ser jornalista, é preciso acreditar "numa constelação de valores, a começar pela liberdade" (TRAQUINA, 2012, p. 132). Preceito fundamental, não apenas para o exercício da profissão, mas para a manutenção e preservação de uma sociedade, permanentemente, democrática. Karl Marx (1980), no discurso que fez durante seu julgamento no Tribunal de Colônia, em 1849, já tratava da liberdade como premissa-base do jornalismo. À época, ele foi acusado por uma publicação com observações derrogatórias sobre funcionários do Governo. Ao final da sustentação oral, declarou que

> de uma vez por todas, é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta. E também, cavalheiros, a casa de servidão tem seus próprios alicerces nas autoridades políticas e sociais subordinadas, que confrontam diretamente a vida privada da pessoa, o indivíduo vivo. Não basta combater as condições gerais e as altas autoridades. A imprensa precisa decidir entrar na liça contra **este** policial em particular, **este** procurador, **este** administrador municipal. Onde foi se espatifar a Revolução de Março[43]? Ela reformou apenas a burocracia, o velho exército, os velhos tribunais, os velhos juízes que nasceram, foram treinados e ficam grisalhos no serviço do absolutismo. O primeiro dever da imprensa, portanto, é **minar todas as bases do sistema político existente** (MARX, Karl. 1980, p. 70).

[43] Várias revoluções ocorreram na Europa em 1848. Em fevereiro daquele ano, em Paris, artesãos, universitários, trabalhadores e a Guarda Nacional se rebelaram contra a miséria e destituíram o rei, proclamando a Segunda República. Em março, em Viena, trabalhadores e universitários se revoltaram contra 30 anos de censura, opressão e perseguição do príncipe austríaco Klemens Wenzel Metternich. No dia 15 de março de 1848, o imperador Ferdinando aprovou a liberdade de imprensa, assegurou uma nova Constituição e formou uma guarnição civil armada, que deu origem ao colegiado de 24 burgueses que ocupou a administração de Viena. Cf: https://p.dw.com/p/1HaD.

José Marques de Melo (1985) defende o estudo dos gêneros jornalísticos acreditando que sua exploração leva a formação da identidade do jornalismo como objeto científico. Ao classificar os gêneros jornalísticos, Melo entende que a narrativa jornalística assume duas modalidades: a de descrição e a de versão dos fatos. “O jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que pensa sobre o que passa)” (MELO, 1985, p. 47). Deste modo, para o autor, a entrevista, a nota, a notícia e a entrevista se situam dentro do jornalismo informativo. Do outro lado, o artigo, o comentário, o editorial, a crônica, a coluna, a resenha e, até mesmo, as caricaturas, pertencem ao jornalismo opinativo (Melo, 1985). Em relação à coluna, José Melo destaca a identificação de autoria e a emissão de “opinião temporalmente contínuas, sincronizadas com o emergir e o repercutir dos acontecimentos” (MELO, 1985, p. 49) como um traço comum dessa categoria.

Para completar, o autor faz referência à intimidade do colunista, destacando que o conteúdo publicado está associado à “emergência de um tipo de jornalismo pessoal, intimamente vinculado à personalidade do seu redator” (MELO, 1985, p. 105). Entende-se, com isso, que o exposto em uma coluna está, diretamente, conectado com a filosofia de quem escreve, seja para o que é bom ou também ruim, seja para o que gosta ou não se interessa com o mesmo afinco. Leite Júnior (2017) faz um recorte pertinente sobre a existência do gênero opinativo no jornalismo, com especial enfoque ao colunismo político. Para o autor, o consumidor de informação mais exigente com o conteúdo que consome e não se satisfaz apenas com a reportagem, ou algo convencional, principalmente, na editoria política.

> Existem ainda três razões que explicam a existência do colunismo no jornalismo como parte dos mecanismos de reprodução social e de controle político na sociedade burguesa (MELO, 1985). A primeira é que a coluna satisfaz o desejo do público leitor de participar do processo de tomada de decisões da sociedade, uma vez que a maioria não tem acesso aos círculos de poder, mas podem acompanhá-lo, por meio dos jornais, mesmo que à distância. Mas “trata-se de uma forma de participação artificial, abstrata. Participam sem fazer parte” (MELO, 1985, p. 107). A segunda função é a de “balão de ensaio” (MELO, 1985, p. 107). Ou seja, planta-se notícias com a finalidade de avaliar as repercussões e a reação do público diante de insinuação de fatos. “Da reação do público, estimulada por essas informações sutis, depende muitas vezes a tomada de decisões empresariais, políticas. Passado o impacto, refeito do susto, o público as aceita com tranquilidade. Ou se as rejeita, fortemente, é o caso de adiá-los” (MELO, 1985, p. 107). A terceira função é a de alimentar a vaidade de pessoas importantes, oferecendo, simultaneamente, modelos de comportamento que aumentam o consumo e alimentam a esperança dos que pretendem ingressar no “paraíso burguês” (MELO, 1985). Mas com uma ressalva: “o desvio do jornalismo de opinião em publicação da opinião privada é um atentado ético” (CRUVINEL, 2006, p. 229). (LEITE JÚNIOR, Edson Francisco, 2017, p. 11).

É neste ponto que, no cerne político, ingressamos no próximo tópico deste estudo, buscando compreender o que é a ideologia e de que forma ela é inserida no segmento jornalístico.

6.2. A ideologia no ambiente jornalístico

Aparecendo pela primeira vez na França, no período pós-revolução, em 1801, o termo ideologia se relacionava à criação de uma "ciência da gênese das ideias" (Chauí, 2017). O livro de Destutt de Tracy, **Eléments d'Idéologie** (Elementos da Ideologia), escrito ao lado do médico Cabanis, De Gérando e Volney, pretendia criar uma teoria sobre as faculdades sensíveis, que norteiam as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). O grupo ficou conhecido como ideólogos franceses, opositores da monarquia e de toda explicação de origem invisível e espiritual sobre as ideias humanas.

Cabe salientar que o termo ideologia buscava encontrar uma resposta para as certezas e até predileções humanas, mas Marilena Chauí (2017) conta que o substantivo logo ganhou um termo pejorativo e degradante. À época, os pensadores imaginavam que Napoleão Bonaparte viria a ser um liberal a favor da Revolução Francesa e, por isso, o apoiaram no golpe de 18 Brumário. Bonaparte nomeou vários dos estudiosos a senadores ou tribunos, enquanto exercia função consular. Todavia, conforme a autora, quando o estadista tomou o poder, se mostrou um restaurador do Antigo Regime, ou seja, da monarquia tão criticada por eles.

> O sentido pejorativo dos termos "ideologia" e ideólogos" veio de uma declaração de Napoleão, que, num discurso ao Conselho de Estado, em 1812, declarou: todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história. (CHAUÍ, 2017, p. 27-28).

É só a partir do período positivista, com Augusto Comte (1798 – 1857), que ideologia retoma um significado parecido com o proposto pelos franceses anteriormente citados. A partir de então, atribui-se ao substantivo, dois significados: atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias; e conjunto de ideias de uma determinada época, ou "opinião geral" sobre determinado assunto. Chauí (2017) explica que, a partir do viés positivista, a ideologia passa também a ser sinônimo de teoria, ou, conforme a autora, "a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, desde a formação das ideias mais gerais, na matemática, até as menos gerais, na sociologia, e as mais particulares, na moral" (CHAUÍ, 2017, p. 29).

Fazendo uso desses significados, a palavra ideologia pode ser aplicada a qualquer área de conhecimento, já que, como explicado pela autora, faz referência também às ideias mais ou menos gerais, particulares e afins, do indivíduo pensante. Para fins deste estudo, buscar-se-á focar na ideologia política, que remete aos primórdios da palavra, quando afinidades e conhecimentos comuns fizeram com que os pensadores franceses se unissem à Bonaparte, naquilo que eles enxergavam como positivo em suas ideias, mas que, ao final, não passava de falácia. Voltando à Chauí (2017), utiliza-se da palavra grega *práxis* (em tradução literal, ética e política) para explicar que política também se refere "a atividade própria dos homens livres, dotados de razão e de vontade para deliberar e escolher uma ação" (CHAUÍ, 2017, p. 11).

Antonio Hohlfeldt (2006) faz uso de Richard Fagen (1947 – 2016) ao dizer que aqueles que não têm uma experiência direta – neste caso, jornalistas – fazem uso de uma imagem baseada em vivências anteriores, ou crenças sobre o que acontecerá no futuro, opinião ou atitude relacionada, quando tentam explicar o que é política e "a maioria das imagens políticas é desse tipo: uma amálgama complexa de informação e avaliação. O homem é um animal avaliador, sobretudo o homem político" (FAGEN, 1971, p. 92. apud HOHLFELDT, 2006, p. 03). Hohlfelddt ainda acredita que há uma matéria-prima comum à comunicação e à política, "que é esse imaginário que permeia toda a nossa vida" (HOHLFELDT, 2006, p. 04). Esse imaginário citado é formado, basicamente, pela comunicação social, mais especificamente, a imprensa.

Adelmo Filho (2004) explica que "a informação jornalística é um corte vertical na horizontalidade da História (é o tempo presente) e não tem como função descobrir as leis do desenvolvimento, mas divulgar os fatos singulares na perspectiva daquelas leis" (FILHO, 2004, p. 166). Mas, em contrapartida, Pena (2005, p. 51) explica que "a notícia nunca esteve tão carregada de opiniões". E esse fator, segundo Pena, é de que o jornalismo e o profissional jornalista estão mais preocupados em ouvir os dois lados - ou mais - da história, do que no fato ocorrido, buscando uma certa objetividade para a matéria. Tuchman (2016, apud Leite Júnior, 2017) deixa claro que é, justamente, apresentar o maior número de versões sobre a questão, sem favorecer indivíduos ou partidos políticos, que o jornalista dá ao leitor a chance de escolher qual é a versão mais próxima da "verdade" dos fatos.

Aqui, introduz-se ao campo da Análise do Discurso, uma vez que é através dela que se encontra significado naquilo que está entre o emissor, a mensagem e o receptor. Para Traquina (2005, p. 46), "o jornalismo também é uma prática discursiva", pois possui uma linguagem própria – denominada pelo autor de "jornalês" – da qual se utiliza para emitir uma

mensagem e, através dela, fazer com que o receptor se aproprie de um sentido que vai além do que ali está narrado, em formato noticioso. Para Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 168), discurso e prática discursiva estão relacionados, mas não podem ser tidos como sinônimos, uma vez que o discurso, dentro de uma frase, também é uma "unidade linguística constituída de uma sucessão de frases" — esta perspectiva do discurso, no entanto, não é passível de análise, mas de entendimento a partir de uma linguística textual. A prática discursiva, por sua vez, é a convergência do vocabulário marxista da *práxis* e o de Foucault. "Funciona seja com um sentido pouco específico, seja no interior de redes conceituais" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 396).

7. A ANÁLISE DO DISCURSO

Diversas correntes buscam – dentro de inúmeras culturas e regiões do mundo – aprofundar os estudos sobre a análise do discurso, a partir de suas tradições linguísticas e áreas de interesse. Uma das mais relevantes e populares é a Análise do Discurso Francesa (doravante AD), nascida através dos autores já destacados e encorpada por pesquisadores que se contaminaram pelo tema. Mazzola (2009) explica que Michel Pêcheux, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin se relacionaram com três importantes momentos da Análise de Discurso: Pêcheux, althusseriano, em um primeiro momento; Foucault, no segundo momento; e Bakhtin, no último estágio.

Os trabalhos desenvolvidos por Michel Pêcheux e Jean Dubois (Maldidier, 1994 apud Mussalin, 2001) deram grande visibilidade à disciplina nos anos 1960. O desenvolvido pelo filósofo marxista e pelo linguista lexicólogo, respectivamente, se inscreve sob a ótica política, tendo a linguística como meio de abordar a política. A formação filosófica de Pêcheux fez com que ele desenvolvesse certa crítica sobre a linguística, exigindo uma ruptura epistemológica "que coloca o estudo do discurso em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito" (MUSSALIN, 2001, p. 105). Os processos de significação, no entendimento do filósofo, são puramente ideológicos porque fazem parte de uma história, um contexto, sem conceber o sujeito ou o sentido como individual.

Os estudos de Pêcheux propõem uma teoria do discurso a partir de uma aliança entre linguística estrutural, materialismo histórico e psicologia lacaniana. Em **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** ([1975] 1995), Pêcheux divide a análise do discurso em três modalidades distintas. A *primeira modalidade* busca a redescoberta "entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a 'tomada de posição' do sujeito realiza seu

assujeitamento sob a forma do livremente consentido" (PÊCHEUX, [1975] 1995, 215), ou seja: essa superposição representa o discurso do "bom sujeito", que determina a formação discursiva com a qual o sujeito, no discurso, se identifica. O sujeito, nessa análise, era visto como uma ferramenta de reprodução do discurso, não a origem de seus dizeres. Este momento se caracteriza pela criação de um corpus de sequências discursivas.

Críticas ao período anterior levam Pêcheux a escrever o livro *Les vérites de la palice*[44] (1975) e o artigo "*A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*" – este último, em colaboração com Catherine Fuchs, na Revista Langages, também em 1975 (Mazzola, 2009). Em conjunto com outros textos, as publicações dão início ao segundo momento da análise do discurso, que vai de 1975 até 1980. Mazzola (2009) aponta que, no artigo, Pêcheux e Fuchs apresentam o "quadro epistemológico geral" do que denominam "empreendimento" da análise do discurso (AD). Esse quadro articula três áreas do conhecimento científico, postulando a AD como uma região de entremeio.

> 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 7 Trad. Bras. Semântica e discurso (1995a). 8 Revista Langages, n. 37. 13 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 163-164 apud MAZZOLA, 2009, p. 12-13).

A ideologia continua norteando a AD, mas esta nova perspectiva se concentra na relação entre língua, discurso, ideologia e sujeito (Gregolin, 2006 apud Mazzola, 2009), fazendo Pêcheux assumir a ideia de uma Formação Discursiva para explicar de que maneira o sujeito é interpelado pela ideologia. A percepção vem a ser utilizada, também, por Michel Foucault, dando início ao conceito da máquina estrutural "cuja causa é a própria noção de formação discursiva" (MAZZOLA, 2009, p. 13). Após, inicia-se a terceira fase da análise discurso, onde Foucault se utiliza desta última noção para compreender o cerne das lutas de classe.

Renan Mazzola (2009) explica que não há consenso sobre o período em que a terceira fase da Análise do Discurso se desenrola. Alguns historiadores acreditam que o estágio termina junto à morte de Michel Pêcheux, em 1983. Outros, no entanto, entendem que ela se dá até os dias de hoje em razão dos estudos de Foucault e M. Bakthin. "É um momento marcado pelo encontro desses outros teóricos e por uma desconstrução de alguns 'dogmas' defendidos até

[44] No Brasil, Semântica e discurso (1995).

então", afirma Mazzola (2009, p. 14). A perspectiva trabalhada é de que os discursos que invadem uma Formação Discursiva são ajustados dentro de um **interdiscurso**, e não mais como se fossem constituídos de forma independente e relacionados posteriormente.

> Será a relação interdiscursiva, portanto, que estruturará a identidade das FDs em questão. Em decorrência dessa nova concepção do objeto de análise – o interdiscurso -, o procedimento de análise com ordem fixa, como afirma Pêcheux (1983), explode definitivamente (MUSSALIN, 2001, p. 120)

Mariana Massmann, em **Linguagem, instituições e práticas sociais** (ORLANDI, 2018), define a análise do discurso como um "domínio disciplinar que busca compreender o funcionamento da relação linguagem e sociedade" (MASSMANN in ORLANDI, 2018, p. 41). Para a autora, a linguagem, independente de qual seja, é a base para as relações humanas, institucionais, sociais e políticas, pois "somos sujeitos de linguagem e estamos sujeitos à linguagem". Orlandi (2012), contudo, explica que a análise do discurso não trata da língua, ou de outra ferramenta em si. "Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando" (ORLANDI, 2012, p. 15). Com isso, a proposta passa a ser, também compreender o símbolo por trás do que é dito, a fim de conhecer aquilo que torna a capacidade de dar significado a algo ou a alguém.

Nos anos 1920 e 1930, estudos de formalistas russos enxergavam uma estrutura textual, encontrando uma lógica interna no escrito, mesmo que suas atividades fossem voltadas para o campo literário (Orlandi, 2012). A autora explica que, enquanto a análise de conteúdo busca responder o que determinado texto quer dizer, a análise do discurso busca compreender não o que a linguagem quer dizer em seu sentido literal, mas o que e como esse texto significa. Massmann (2018) se utiliza da arte e sua relação com a política para explicar, de maneira mais objetiva, essa relação de sujeito e formação de sentido, dizendo que

> a arte deve ser compreendida como prática de significação, ou melhor, efeito de sentidos entre interlocutores. Discurso. Nessa perspectiva, a arte constitui a forma material de encontro do simbólico com o político e coloca em funcionamento a ideologia. Este modo de significar discursivamente a arte permite compreendê-la, de um lado, como uma instituição de memória discursiva que vai produzir efeitos no processo de individuação dos sujeitos; e, de outro lado, como prática que participa ativamente do processo de produção de arquivo, ou seja, como discurso artístico-documental" (MASSMANN in ORLANDI, 2018, p. 45)

A Análise do Discurso entende a linguagem como uma mediação, algo entre o homem e a realidade na qual ele está inserido, relacionando essa linguagem com o seu meio externo. Contudo, é, de certo modo, improvável ou, praticamente, impossível dissociar discurso de

ideologia, uma vez que aquele é a materialidade deste e o discurso se utiliza da língua para se expressar. Orlandi (2012) explica que a relação língua-discurso-ideologia é inseparável no campo da análise e, segundo a autoria, "como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido" (ORLANDI, 2012, p. 17).

Lexicólogos, linguistas, comunicadores e até mesmo filósofos dedicaram sua atenção à análise do discurso, dada a dimensão do tema — que não se limita a apenas uma área do conhecimento. O conceito de Formação Discursiva, desenvolvido por Michel Foucault (1969) por exemplo, consiste em "um conjunto de regras anônimas, histórias, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 1969, p. 43). Em suma, a Formação Discursiva é aquilo que pode ou deve ser dito a partir de um determinado lugar social, ou seja, marcada por "regras de formação concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva" (MUSSALIM, 2001, p. 119). Uma Formação Discursiva pode, portanto, ter relação com um externo – ou seja, outras semelhantes – e não pode ser idealizada como uma estrutura fechada, pois sempre será invadida por discursos que vieram de outro lugar e que são incorporados em uma relação de confronto ou aliança.

Dito isso, a *segunda modalidade* caracteriza o "mau sujeito", ou seja, "discurso no qual o sujeito da enunciação 'se volta' contra o sujeito universal por meio de uma 'tomada de posição', que consiste, desta vez, em uma separação" (PÊCHEUX, [1975] 1995, 215), ou seja, um distanciamento ou contestação com o que o "sujeito universal" lhe leva a pensar. O autor define, brevemente, a condição em que o sujeito "se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso, como determinação exterior de sua interioridade subjetiva" (PÊCHEUX, [1975] 1995, 215).

Por fim, a *terceira modalidade* tem como ponto marcante a desidentificação, ou seja, uma tomada de posição não-subjetiva:

> essa desidentificação é correlativa do fato [...] de que os conceitos científicos não possuem 'um sentido' apreensível no funcionamento de uma formação discursiva, o que acarreta, ao mesmo tempo, o fato de que, enquanto conceitos, não há nenhuma 'representação' que lhes corresponda. [...] Isso equivaleria a dizer que a prática de produção de conhecimentos e a prática política de tipo novo constituída pelo marxismo-leninismo realizam (acarretam ou determinam) uma dessubjetivização do sujeito, isto é, promovem um dito de anulação da forma sujeito. (PÊCHEUX, [1975] 1995, 217).

Neste raciocínio, Pêcheux ([1975] 1995, p. 217) acredita que a terceira modalidade *configura um trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito*, não uma anulação dele. O processo, antagonicamente, constitui uma incorporação de conceitos objetivos, científicos e políticos, através de uma apropriação subjetiva deles. Assim, o agente poderia escapar de evidências ideológicas dominantes, sendo capaz de lutar contra causas que o determinam, uma vez que teria, em seu domínio, conhecimento teórico e prático.

É neste momento dos estudos da AD que se insere a pesquisa realizada pelo linguista Patrick Charaudeau. No entendimento dele, "o discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte dos pontos de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 171). Estes elementos proporcionam que a análise do discurso possa ser empregada em um campo metodológico, uma vez que, segundo Charaudeau (2005), a análise realizada a partir desta ferramenta se insere no escopo das ciências da linguagem e passa a ser considerada empírico-dedutivos, não algo meramente experimental.

7.1. Discurso *versus* prática discursiva

Os conceitos de discurso e prática discursiva podem ser aplicados em contextos diversos, como discurso versus língua, discurso versus texto e discurso versus enunciado. Em cada segmento, o discurso adota diferentes comportamentos e interpretações, visto que é algo vivo e mutável a depender do contexto ao qual é empregado. Charaudeau e Maingueneau (2004) explicam que o discurso supõe uma organização transfrástica, podendo ser orientado, interativo, contextualizado, assumido, regido por normas e uma forma de ação. Para adquirir significação, é necessário que o discurso seja parte de um interdiscurso, visto que "cada gênero do discurso tem sua maneira de gerar as multiplicidades das relações interdiscursivas" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 172).

O discurso em uma frase nada mais é, segundo os autores, do que "uma unidade lingüística de uma sucessão de frases" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 168). Nesta perspectiva, uma sucessão de frases, que pode ou não formular significação, é considerada um discurso por sua composição (unidade linguística). Esse exemplo, no entanto, não pode ser confundido com um texto. Este elemento, segundo Charaudeau e Maingueneau (2004), não é definido apenas como algo descendente de palavras ou língua escrita, um texto é

> na maioria das vezes, *plurissemiótico*. Uma receita de cozinha, um *outdoor* ou um artigo de jornal, um discurso político, um curso universitário ou uma conversação não comportam apenas signos verbais, eles são igualmente feitos de gestos, de entonações e de imagens (fotografias e fotogramas, desenhos e infografias). Por outro lado, é preferível distinguir **texto** e **discurso** como duas faces complementares de um objeto comum tomado pela *lingüística textual* – que privilegia a organização do co-texto e da coesão como coerência lingüística, *"Textverknüpfung"* (Stierle, 1977: 172) – e pela análise de discurso – mais atenta ao contexto de interação verbal e à coerência como *"Textzusammenhang" (id.).* (CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique, 2004, p. 466-467)

Ao colocar discurso lado a lado com a língua, Charaudeau e Maingueneau (2004) apontam que há uma oposição no sistema de valores, uma vez que a língua, em um contexto específico, pode gerar novas significações. Para os pesquisadores, a língua enquanto sistema partilhado por membros de uma mesma comunidade linguística se opõe ao discurso como uso restrito desse mesmo sistema. Em comparação ao texto e ao enunciado, o discurso se entende como a inclusão de um texto em seu contexto, a partir de condições de emissão e recepção, e oposição de dois modos de apreensão de unidades transfrásticas: "como unidade lingüística ("enunciado") e como traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 169). As unidades transfrásticas, cidadãs pelos autores, serve para mobilizar estruturas de uma outra ordem, que difere das frases. Os autores citam que algumas proibições, como "Não fumar" ou "Pare", são discursos em sua unidade completa, mesmo que possuam poucas palavras e frases em sua composição. Enquanto unidades transfrásticas, os discursos são submetidos a regramentos de organização.

Características, como tempo e propósito do locutor, fazem com que o discurso seja algo orientado buscando atingir determinado fim. Charaudeau e Maingueneau (2004) explicam que pode haver digressões no meio do caminho, retomadas ou até mudanças de direção, mas o discurso manifesta sua linearidade através de um jogo de antecipações ou retomadas, que constituem uma espécie de painel de controle do locutor. Esse direcionamento, contudo, tende a mudar conforme a possibilidade de interferência do interlocutor – como em ocasiões em que há interação oral, por exemplo. "Nas situações de interação oral, constantemente as palavras 'escapam'; é necessário recuperá-las, torná-las precisas etc., em função das reações do outro" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 170). Seguindo este mesmo raciocínio, Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 170) pontuam que o discurso é uma forma de ação porque "toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar...) visando a modificar sua situação. [...] Esses atos elementares integram-se, por sua vez, em atividades linguageiras de um *gênero* determinado". Os autores entendem gênero, neste caso, como uma **conjuntura**,

que pode ser um panfleto, um encontro entre duas pessoas ou também um programa de rádio, ou televisão.

Como citado anteriormente, o discurso é algo vivo e, por esse motivo, pode ser interrompido durante seu desenvolvimento, aspecto fundamental para dar a ele o caráter interativo que o constrói. Como explicam Charaudeau e Maingueneau (2004), a maneira em que mais transparece esta interatividade é a conversação, na qual dois interlocutores coordenam enunciados e percebem, imediatamente, os impactos das palavras no outro/ receptor. É necessário estar atento, no entanto, que nem todo discurso é derivado de alguma conversação. "Existem numerosas formas de oralidade que parecem muito pouco 'interativas': é o caso, por exemplo, de um conferencista, de um locutor de rádio etc." (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 171). Nessas situações, as enunciações acabam se transformando em um discurso deveras enfraquecido, uma vez que não há réplica e não há percepção de efeito, ou impacto do discurso no interlocutor. A troca oral é responsável pelo emprego 'autêntico' do discurso, mas não é a única. A oralidade, apesar de interessante e eficaz para a promoção e consolidação de um discurso, não pode ser confundida com a interação de um discurso, uma vez que as possibilidades não são equivalentes. Por mais que se assemelhem,

> Toda a enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é de fato assumida em uma *interatividade* constitutiva, ela é uma troca, explícita ou implícita, com outros locutores, virtuais ou reais, ela supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual o locutor se dirige e em relação à qual ele constrói seu próprio discurso. Nessa perspectiva, a conversação não é considerada como *o* discurso por excelência, mas somente um de seus modos de manifestação — mesmo se é, sem dúvida, o mais importante — da interatividade fundamental do discurso. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 171)

Além de todos estes elementos até aqui pontuados, há um que se destaca como imprescindível para a existência de um discurso: o contexto. Charaudeau (2019) é categórico ao afirmar que não existe discurso sem contexto e é neste sentido que se constroem os gêneros discursivos, mas este tópico será abordado mais adiante. Por ora, reforcemos apenas a relevância do contexto para a formação de um discurso, uma vez que "não existe discurso que não seja contextualizado: não se pode, de fato, atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 171). O discurso, assim, não intervém em um contexto, mas atua para defini-lo e pode, também, modificá-lo durante o processo de enunciação.

Assim como todo e qualquer comportamento social, o discurso também é movido por regras e normas. Cada ato de linguagem possui normas específicas e nenhum pode acontecer

sem justificativa. Em um debate eleitoral, por exemplo, quando um político ignora uma pergunta que recebeu e não a responde, é preciso considerar que interesse tem a ele o silêncio, por exemplo. Isso vale também para pessoas públicas que escolhem tergiversar sobre perguntas polêmicas ou espinhosas em determinado momento, ou responder de maneira ácida e irônica para desmerecer a relevância do questionamento. Nenhum ato é puro ou injustificável. É por este motivo que "sua inscrição nos gêneros do discurso contribui de maneira essencial para esse trabalho de legitimação que é indissociável do exercício da fala" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 172).

Charaudeau e Maingueneau (2004) entendem que o discurso precisa de um universo de outros discursos para adquirir sentido, conceito nomeado por eles de interdiscurso. Para interpretar um pequeno enunciado é necessário colocá-lo em frente aos demais e entender de que maneira são tratados pelos interlocutores, cada gênero discursivo possui suas próprias multiplicidades de relações interdiscursivas. O autor exemplifica que

> um manual de filosofia não cita da mesma maneira nem se apoia nas mesmas autoridades que um animador de promoções de vendas... O próprio fato de situar um discurso em um gênero (a conferência, o jornal televisado ...) implica que ele é colocado em relação ao conjunto ilimitado de outros. Considerado dessa maneira, o discurso não delimita um domínio que possa ser estudado por uma disciplina coerente. É, antes de mais nada, uma *maneira de aprender a linguagem*. Certos lingüistas falam, entretanto, de uma **lingüística do discurso**, que opõe a uma lingüística da língua. Essa lingüística do discurso não pode corresponder à "lingüística da fala", da qual Saussure tracejou o espaço; de fato, o movimento de uma lingüística textual, das teorias da enunciação lingüística e de uma semântica marcada pelas correntes pragmáticas e cognitivistas reconfigurou a oposição língua/ fala e as oposições da mesma ordem, como "competência" / "desempenho". (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 172).

A prática discursiva, de igual maneira, possui diferentes conceitualizações teóricas e que se aplicam conforme o cenário, ou modo, ao qual são inseridas.

> Utilizada no singular, o termo "prática discursiva" diz respeito à atividade discursiva em geral; como termo discreto ("uma prática discursiva"), diz respeito a um setor dessa atividade. Na verdade, quando se diz "prática discursiva" em vez de "discurso", efetua-se um ato de posicionamento teórico: sublinha-se obrigatoriamente que se considera o discurso como uma forma de ação sobre o mundo produzida fundamentalmente nas relações de forças sociais. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 396)

Charaudeau e Maingueneau (2004) explicam que autores como Foucault (1969) e Maingueneau (1989) entendem a prática discursiva de maneiras diferentes. Enquanto aquele considera, primordialmente, a prática discursiva como um conjunto de regras anônimas a partir da historicidade radical do discurso e as condições de legitimação da enunciação, este entende que se menciona a prática discursiva quando se trata de aprender uma formação inseparável das

comunidades discursivas que a produzem e difundem. Desta maneira, a formação discursiva é, ao mesmo tempo, conteúdo, modo de organização dos homens e rede de circulação dos enunciados.

Foucault (1987) estabelece algumas hipóteses para compreender as formações discursivas. A primeira consiste na de que enunciados formam um conjunto que se refere a um único e mesmo objeto, desde que a unidade do discurso considere o espaço em que diversos objetos se perfilam e, continuamente, transformam-se. Os objetos, no entendimento do autor, surgem a partir de recortes que se diferenciam na prática cotidiana, limitados por um código ou cuidado. "De forma paradoxal, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles [...] formular sua lei de repartição" (FOUCAULT, 1987, p. 37). O discurso sobre a loucura, um dos temas mais trabalhados pelo filósofo, é um bom a respeito da hipótese destacada. Nele,

> a unidade do objeto "loucura" não nos permite individualizar um conjunto de enunciados e estabelecer entre eles uma relação ao mesmo tempo descritível e constante. E isso ocorre por duas razões. Cometeríamos um erro, seguramente, se perguntássemos ao próprio ser da loucura, ao seu conteúdo secreto, à sua verdade muda e fechada em si mesma, que se pôde dizer a respeito e em um momento dado; a doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito que no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam duas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando em seu nome, discursos que deviam passar por seus. Mas há mais ainda: esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinitivamente como seu horizonte de idealidade inesgotável; o objeto que é colocado, como seu correlato, pelos enunciados médicos dos séculos XVII ou XVIII, não é idêntico ao objeto que se delineia através das sentenças jurídicas ou das medidas policias; da mesma forma, todos os objetos do discurso psicopatológico foram modificados desde Pinel ou Equirol até Bleuler: não se trata das mesmas doenças, não se trata dos mesmos loucos. Poderíamos, deveríamos talvez, concluir, a partir dessa multiplicidade dos objetos, que não é possível admitir, como uma unidade válida para constituir um conjunto de enunciados, o "discurso referente à loucura". Talvez fosse necessário que nos ativéssemos apenas aos grupos de enunciados que têm um único e mesmo objeto: **os discursos sobre a melancolia ou sobre neurose**. [grifo nosso] (FOUCAULT, 1987, p. 36-37).

A outra possibilidade, trabalhada por Foucault (1987, p. 38), busca definir a relação entre os enunciados a partir de sua forma e tipo de encadeamento. Dessa forma, a formação discursiva pode ser compreendida como "um sistema codificado e normativo de enunciação", em uma espécie de unidade com forma determinada de enunciados. É através de um conjunto de regras que se faz possível a delineação de um discurso, onde se caracterizam e individualizam a coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos. Mas outra possibilidade, contudo, estabelece grupos de enunciados a partir de um sistema não de coerência entre os

conceitos, mas de “emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade” (FOUCAULT, 1987, p. 40). Deste modo, o autor acredita que não se buscaria por uma arquitetura de conceitos gerais e abstratos para colocá-los no mesmo edifício dedutivo, mas se analisariam seus jogos de aparecimento e dispersão.

A quarta hipótese trabalhada pelo filósofo (1987) tenta explicar as formações discursivas a partir de suas apresentações de identidade e persistência do tema. Novamente, Foucault se usa de exemplos práticos para tentar discorrer e facilitar a compreensão sobre sua análise. Neste caso, ele se usa da possível relação entre as “ciências” econômicas e biológicas para buscar uma formação discursiva. “Será que não se poderia, por exemplo, constituir como unidade tudo que, de Buffon a Darwin, constituiu o tema evolucionista?” (FOUCAULT, 1987, p. 40), questiona o autor, referindo-se à possibilidade de se condensar tudo aquilo que se estudou, explicou e se pesquisou sobre o assunto sob o guarda-chuva do tema fisiocrático e, assim, transformar a discussão em um único discursivo. Ao mesmo tempo, Foucault (1987) entende que a mesma temática se articula em jogos de conceitos diferentes, dois tipos de análise, dois campos distintos do saber.

Diferentemente do que fazem na história das ciências ou da filosofia, em que se buscam reconstituir cadeias de *inferências*, ou ao invés de estabelecer *quadros de diferenças*, como fazem os linguistas, Foucault (1987) faz uso de *sistemas de dispersão* para tentar compreender de que forma ocorrem as formações discursivas. O pesquisador acredita que

> no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* — evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teologia”, ou “domínio da objetividade”, Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). (FOUCAULT, 1987, p. 43)

Deste modo, compreendem-se as formações discursivas a partir de existências, coexistências, manutenção e até desaparecimento de uma repartição discursiva. Uma vez que a formação discursiva depende, também, do objeto ao qual se refere, é preciso compreender que este objeto é formado a partir de: regras que alteram o *status* do discurso, fazendo-o aparecer, tornando-se nomeável e descritível; *instâncias de delimitação*, que, para Foucault (1987) podem ser exemplificadas como a medicina, que no século XIX, tornou-se instância

superior para distinguir, designar, nomear e instaurar a loucura como um objeto; e as *grades de especificação*, quê, nada mais são, do que os sistemas em que são possíveis separar, associar, reagrupar e opor diferentes "loucuras" como objeto de um discurso, como o psiquiátrico, por exemplo.

> Uma formação discursiva se define (pelo menos enquanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante: se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu ligar que ele pode dar origem simultânea e, sucessivamente, a objetos que se excluem sem que ele próprio tenha que se modicar. (FOUCAULT, 1987, p. 50-51).

As condições para que surja, portanto, um objeto de discurso e para que este possa dizer alguma coisa, é preciso que ele se sobressaia sob condições positivas de um emaranhado completo de relações. O filósofo (1987) pontua que as instituições, processos econômicos e sociais, sistemas de normas e formas de comportamento, no entanto, não estão presentes no objeto de um discurso, mas constituem o que o permite aparecer, "justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade, e, eventualmente, sua heterogeneidade" (FOUCAULT, 1987, p. 51).

7.2. Os estudos charaudeaunianos sobre a Análise do Discurso

O linguista e pesquisador, Patrick Charaudeau[45], concentrou sua atuação acadêmica nos estudos da linguística e da análise do discurso, tornando-se doutor em Semântica Lexical pela universidade de Sorbonne, em Paris. Sua tese de doutorado no terceiro ciclo deu origem ao primeiro livro *L'analyse Lexico-sémantique* (Sorbonne 1969). Anos depois, fundou o Centro de Análise do Discurso, na Universidade Paris XIII, onde é professor emérito. No decorrer de sua pesquisa, Charaudeau (2005) chegou ao entendimento, principalmente nos estudos da comunicação, de que para compreender uma linguagem, faz-se necessário enxergar um conjunto de aspectos que a circundam, em

> uma dimensão *cognitiva* [grifo do autor] cuja questão é saber se há uma percepção e uma categorização do mundo independentes da ação da linguagem, ou se tais processos se realizam necessariamente através da linguagem. Correlativamente, quais são as operações semantico-cognitivas da estruturação lingüística do mundo?, [sic] em torno de uma ou outra destas dimensões. Há, com efeito, diferentes pontos de vista teóricos no âmbito de um mesmo domínio: várias pragmáticas, várias psicolingüísticas etc. Por vezes, um domínio é definido de maneira tão extensiva que diferentes teorias o reivindicam: é o caso da sociolingüística. Por vezes, existem filiações múltiplas: o estudo das interações verbais pertence ao domínio do discurso mas tem a ver igualmente com estudos "etológicos" e psicossociológicos. Assim, diferentes teorias têm em comum certos postulados, certos conceitos, certas hipóteses,

[45] Nascido em 1939, sua publicação mais recente é intitulada *El discurso político. Las máscaras del poder*, é datada de 2021, pela editora Prometeo, de Buenos Aires, Argentina. Ainda vivo, o autor possui um site, onde é possível encontrar artigos e publicações de sua autoria. No momento, encontra-se aposentado,

> o que dificulta uma classificação. A própria análise do discurso, onde começa, onde termina? (CHARAUDEAU, 2005, p. 11)

Para o linguista, os questionamentos revelam a complexidade deste tema e que, para tentar compreendê-lo de maneira homogênea, são três os caminhos possíveis: inserir-se em um destes domínios; criar um domínio; tentar conectar algum deles dentro de uma problemática global (transdisciplinaridade). Este último é o que vem sendo feito pelo autor e que, segundo ele, torna-se mais sólido a cada dia que passa (Charaudeau, 2005). A técnica consiste em relacionar questionamentos que tratam da linguagem – alguns mais externos (*lógica das ações e influência social*), a outros mais internos (*construção do sentido e construção do texto*). A conexão entre os questionamentos deve ser feita em uma perspectiva linguística (em amplo sentido), pois Charaudeau (2005) entende que se há comunicação, trata-se de uma comunicação particular, que se realiza através da linguagem verbal. Quando há construção do sentido, é pelas formas verbais que acontece. E se há construção de um texto, é através das regras do *ordenamento* do verbal que ele surge.

Os discursos se inscrevem sob contextos e pressupõe alguns elementos, como organização transfrástica, orientação, forma de ação e normas (Charaudeau e Maingueneau, 2004), que ajudam a dar um entorno, uma forma ao objeto discursivo, considerando fenômenos sociais, posicionamentos, tempo em que ele é proferido e interatividade que comporta (no caso de palestras e painéis, pouca, é bem verdade), por exemplo. “O discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte dos pontos de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 171).

Em seus estudos sobre o Discurso Político, Charaudeau (2011) afirma que a prática, nada mais é, do que um jogo de máscaras, no qual toda palavra deve ser tomada pelo que diz e pelo que deixa de dizer. Para o autor, essa enunciação surge a partir de uma *palavra política* que é inserida em uma prática social, com circulação em espaço público e que está vinculada às relações de poder que neste contexto se instauram.

> A palavra política deve se debater entre uma *verdade do dizer* e uma *verdade do fazer*, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão e uma verdade da discussão que se manifesta medianete uma palabra de persuasão (ordem da razão) e/ou de sedução (ordem da paixão). (CHARAUDEAU, Patrick, 2011, p. 23)

Para o autor (2011, p. 32), ao falar em discurso político, busca-se “tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas. Esse campo de estudo, no entanto, não pode ser

confundido com a Filosofia Política, que está relacionado com os fundamentos do pensamento político e as categorias que o compõe. É neste contexto, conforme Charaudeau (2011), que se instauram questões relativas à soberania e legitimidade. A Ciência Política, por sua vez, questiona menos sobre os fundamentos do pensamento e ações políticas, e mais em evidenciar as "normas que se instauram como princípios de governança, revelar as razões que as instituem e medir seus efeitos sobre o estado das sociedades" (CHARAUDEAU, Patrick, 2011, p. 34). Deste modo, a análise do discurso político não volta sua atenção para a legitimidade da racionalidade política, nem sobre comportamentos ou explicações, mas sobre "os discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política quando a regulação dos fatos políticos (CHARAUDEAU, Patrick, p. 37).

> O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Esse é o constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação dos políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo menos raciocínio o estudo político pelo discurso. (CHARAUDEAU, Patrick, 2011, p. 39).

Para o autor (2011), o discurso político não está, deste modo, associado apenas às autoridades ou órgãos do segmento, uma vez que há diferentes lugares de formação para o pensamento político. Como já citado anteriormente, é necessário que haja produção de sentido, o que se dá através de modos de interação e identidade dos atores envolvidos em determinada interlocução. Assim, Charaudeau (2011) estabelece três lugares para a fabricação desse pensamento, que correspondem a diferentes lugares dessa troca linguageira particular, seja de elaboração dos sistemas desse pensamento, de formação de sentido relacionado ao ato de comunicação, ou, até mesmo, em um lugar onde o discurso político surge a partir de um comentário. Assim,

> O discurso político como *sistema de pensamento* é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem server de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. É em nome dos sistemas de pensamento que se determinam as filiações ideológicas e uma análise do discurso deve se dedicar a descrevê-los a partir de textos diversos. [...] O discurso político como *ato de comunicação* concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Ele resulta de aglomerações que estruturam parcialmente a ação política (comícios, debates, apresentação de *slogans*, reuniões, ajuntamentos, marchas, cerimônias, declarações televisivas) e constroem imaginários de filiação comunitária, mas, dessa vez, mais em nome de um comportamento comum, mais ou menos ritualizado, do que de um sistema de pensamento, mesmo que este perpasse aquele. Aqui, o discurso político dedica-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos. [...] O discurso político como

> *comentário* não está necessariamente voltado para um fim político. O propósito é um conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco político. Pela mesma razão, a atitude de comentar não engendra uma comunidade específica, a não ser ajuntamentos circunstanciais de indivíduos por ocasião de trocas conversacionais não voltadas exclusivamente à política. Um discurso de comentário tem por particularidade não engajar o sujeito que o sustenta em uma ação**. Ele pode ser revelador da opinião do sujeito que comenta, mas sem que se saiba necessariamente qual é seu grau de engajamento em relação àquela** [grifo nosso]. (CHARAUDEAU, Patrick, 2011, p. 40-41).

Nesta perspectiva, o discurso político está, segundo o autor, ligado intrinsicamente à vida e organização social, como governo e como discussão, para o bem e para o mal. Ao mesmo tempo, age como lugar de engajamento do indivíduo, de justificação para o seu posicionamento e, assim, influência do outro.

8. DO FATO AO RELATO: OS OBJETOS DA ANÁLISE

Neste capítulo, a pesquisa detalha os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023 na Praça dos Três Poderes, que culminaram com a depredação e vandalismo dos prédios do Supremo Tribunal Federal, Palácio do Planalto e Congresso Nacional, além de outras áreas públicas e de relevância para o contexto democrático nacional. Os fatos aqui descritos se baseiam, principalmente, na literatura que há sobre o assunto, mesmo que ainda discreta, e nos próprios órgãos federais, vítimas do atentado. A seguir, o estudo analisa, sob o viés Charaudeauniano, os conteúdos veiculados por Correio do Povo e Zero Hora, nos editoriais de abertura e colunas de opinião, veiculados no dia seguinte aos fatos, em 9 de janeiro de 2023. A única exceção fica a cargo do jornalista Guilherme Baumhardt que, como já destacado, publicou o conteúdo no dia 10 de janeiro daquele ano. Todos os objetos analisados estão anexados ao final deste trabalho.

Para se chegar a compreensão mais aproximada do intuito do enunciador, faz-se uso, especialmente, de três áreas de análise elaboradas por Patrick Charaudeau (2019): o **contrato de informação**, que se baseia em uma troca linguageira realizada através de um quadro de *cointencionalidade* entre emissor e receptor; **estratégias de encenação da informação**, estipuladas a partir do referido contrato, determinantes para a construção da notícia e dos modos discursivos nela empregados, considerando os dispositivos pelos quais ele passa; e os **gêneros do discurso de informação**, constituídos pelas características dos objetos analisados e a classe à qual eles pertencem. Salienta-se, segundo Charaudeau (2019), que os gêneros do discurso de informação seguem um cruzamento entre **instância enunciativa** — origem do sujeito falante e seu grau de implicação; **modo discursivo** — transformação do acontecimento em notícia e sua

organização (relato de acontecimento através de reportagem, comentário sobre o acontecimento em editorial; e provocação do acontecimento em um debate); **conteúdo** — macrodomínio abordado pela notícia (acontecimento de polícia nacional ou internacional, esportivo, cultural etc); e **dispositivo** — diferencia os gêneros de acordo com o suporte midiático (imprensa, rádio, televisão).

A análise inicia a partir de um contrato de informação, ou melhor, do contrato que se acredita existir entre o emissor e o receptor. Uma vez que todo discurso depende das condições específicas da situação de troca na qual ele surge, Charaudeau (2019) explica que tal situação de comunicação funciona como um palco, com restrições de espaço, tempo e relações de palavras, onde se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico. Sendo assim, os indivíduos que querem comunicar entre si devem levar em conta os dados da situação de comunicação, "não somente o locutor deve se submeter às restrições, mas também deve supor que seu interlocutor, ou destinatário, tem a capacidade de reconhecer essas mesmas restrições" (CHARAUDEAU, 2019, 67 - 68). Para que funcione, toda troca linguageira deve se realizar em um quadro de *cointencionalidade* entre as partes, no qual as garantias são apenas as restrições apresentadas. Para Charaudeau, a imprensa[46], uma área, essencialmente, escritural, é feita de palavras, gráficos, desenhos e, algumas vezes, imagens fixas que ajudam a construir uma lógica de produção e compreensão específicas. O texto permite ao leitor estabelecer um percurso ocular *multiorientado*, fazendo com que o escrito permaneça como um traço para o qual se pode sempre retornar. O jornal impresso, por necessitar de um processo de produção da notícia, que considera acontecimento, escrita, cópias e transporte do dispositivo, torna-se a mídia mais lenta e demorada dentre todas as existentes, o que estimula a exploração da análise e aprofundamento sobre o fato. Assim, a escrita, para o autor, desempenha o papel de prova para a instauração da verdade.

Antes de qualquer intenção ou estratégia, as partes — de emissão e recepção — devem se submeter a um contrato de reconhecimento das condições da realização desta troca na qual estão envolvidos, uma espécie de reconhecimento prévio das condições de troca linguageira, o que Charaudeau (2019) denomina como contrato de comunicação. Cada situação de comunicação pertencente a um contrato está relacionada a um dispositivo particular, que se utiliza de recursos materiais e outros componentes de um quadro de restrições, que servem para o estabelecimento de tal contrato. Para Charaudeau (2019), o dispositivo formata a mensagem

[46] No entendimento do autor, "imprensa" se refere à mídia impressa, a exemplo de jornais e revistas

e, então, contribui para lhe conferir um sentido. A mídia é, para o autor, a instância de produção e o jornalista não é o único ator, mas a figura mais importante, independente de suas especificações.

> O jornalista tem por função transmitir a informação, mas essa informação se compõe de um conjunto de acontecimentos ou de saberes que aparentemente preexistem ao ato de transmissão, o que faz com que o jornalista se encontre numa posição que consiste em coletar os acontecimentos e os saberes, e não em criá-los, antes de tratá-los e transmiti-los. Pode-se assim determinar os dois papéis fundamentais que o jornalista deve desempenhar: o de **pesquisador-fornecedor da informação** e o de **descritor-comentador da informação**. [grifo nosso] (CHARAUDEAU, 2019, p. 74).

Para o estudioso, a instância midiática possui outras duas ramificações: a instância de **produção**, na qual o emissor cumpre o papel de fornecer a informação e de impulsionar o desejo de consumo do objeto informado; e a instância de **recepção**, que deve se interessar e desejar consumir o conteúdo veiculado. Charaudeau (2019, p. 79-80) diz que a instância de recepção é "portadora de um 'conjunto impreciso' de valores ético-sociais e, acrescentemos, 'afetivos-sociais', os quais devem ser levados em conta pela instância midiática para poder apresentar uma informação mais ou menos de acordo com suas expectativas.". Para que haja, portanto, a consolidação de um contrato de comunicação, o enunciador precisa considerar que seu público terá uma espécie de identificação com a informação transmitida e, para isso, precisa imaginar um alvo intelectivo (capaz de processar a notícia a partir da própria aptidão) ou um alvo afetivo (que se conecta ao conteúdo a partir da emoção, do inconsciente, da ordem emocional). O discurso empregado na informação, em ambos os casos, precisa ser acessível ao receptor, porque, segundo Charaudeau (2019), o grau de compreensão de um discurso está, diretamente, ligado à simplicidade e à clareza com o qual é empregado.

Charaudeau (2019) propõe, também, que a credibilidade que se dá a uma informação depende tanto da posição social do informador e do papel que ele desempenha dentro de uma situação de troca, quanto do grau de engajamento que manifesta com relação à informação transmitida. Este contrato de comunicação, então, tem por finalidade cumprir a expectativa do ato de linguagem, que pode ser dividido em duas visadas[47]: fazer saber, ou seja, informar ao indivíduo; ou de fazer sentir, voltada ao ideal de consumo e à lógica econômica, comercial. No caso do jornalismo e do objeto desta análise, a visada de **fazer saber** é predominante. É a partir do contrato da informação que se desdobram as estratégias de encenação da informação, estipuladas a partir do contrato pré-estabelecido e determinantes não só para a construção da

[47] Intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa da troca linguageira. Cf. www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html.

notícia, mas também para os modos discursivos nela empregados. Para entender a melhor estratégia, Charaudeau (2019, p.131) destaca que não há um espaço social oculto por trás dos discursos das mídias, "o espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível".

A partir dessa transformação do acontecimento em notícia, constrói-se o que Charaudeau (2019) chama de "acontecimento midiático", que se constrói a partir dos seguintes critérios: atualidade, pois deve dar conta do que acontece em uma temporalidade em perspectiva igual a do sujeito-informador-informado; de expectativa, porque precisa captar a atenção e o interesse do receptor; e de socialidade, visto que precisa tratar do que ocorre no espaço público e seu compartilhamento deve ser assegurado. Tais princípios servem de alicerce para a definição do modo discursivo com o qual o acontecimento será relatado a partir de um propósito pré-estabelecido pela instância midiática. Para isso, o sujeito-enunciador pode fazer uso das seguintes categorias:

> *relatar* o que acontece ou aconteceu no espaço público, construindo um espaço de mediação que chamamos de 'acontecimento relatado' (AR). Tal acontecimento é constituído por fatos e ações de atores que aí se acham implicados: trata-se, nesse caso, de 'fato relatado' (FR); mas também de palavras com declarações e demais reações verbais de atores da vida pública: é o que chamamos de 'dito relatado' (DR). *Comentar* o porquê e o como do acontecimento relatado por análises e pontos de vista diversos mais ou menos especializados e justificar eventualmente seus próprios posicionamentos. A explicação dada pode incidir tanto sobre o fato relatado quanto sobre o dito relatado. É o que chamamos de 'acontecimento comentado' (AC). *Provocar* o confronto de ideias, com auxílio de diferentes dispositivos, tais como as tribunas de opinião (TO), entrevistas (E) ou debates (D) para contribuir para a deliberação social. É o que chamamos de 'acontecimento provocado' (AP)." (CHARAUDEAU, 2019, p. 151)

A instância midiática é responsável por impor uma visão de mundo articulada, previamente, ao cidadão receptor, sendo o que o autor chama de "visão natural de mundo" (CHARAUDEAU, 2019, p. 151). A instância de recepção, assim encontra uma espécie de referência para formular um entendimento próprio, criando o chamado espaço público.

Para classificar e entender como funciona o mecanismo de escritura das mídias, Charaudeau (2019) propõe uma separação por gêneros, a partir das características dos objetos — neste caso, os textos — e as classes às quais eles pertencem. Para que tal teoria exista, é preciso considerar três aspectos: o lugar de **construção do sentido do texto**, ou seja, o lugar de produção, recepção e produto finalizado; o grau de **generalidade das especificações** que definem a classe, que quanto mais gerais, menos discriminantes são; e **o modo de organização discursiva** dos textos, podendo ser procedimento de organização (texto narrativo,

argumentativo, explicativo ou descritivo) e texto configurado (injuntivos, declarativos e promissivos).

Assim, o autor define que o gênero de informação midiática se estabelece a partir da simbiose entre: 1) instância enunciativa, origem do sujeito falante e sua implicação; 2) tipo de modo discursivo, a transformação do acontecimento em notícia; 3) tipo de conteúdo, a partir do macrodomínio da notícia (economia, política, esportes etc.); 4) tipo de dispositivo, que traz especificidades para o texto e diferencia o gênero conforme o suporte midiático empregado (rádio, televisão e imprensa). No que tange à imprensa escrita, o campo de atuação discursiva e semiológica se baseia na conceitualização do que se insere no que Charaudeau (2019, p. 232) chama de "troca monolocutiva", organizada em um suporte espacial, com suas próprias exigências de: **Visibilidade**, a organização das notícias para que sejam encontradas e apreendidas com facilidade pelo leitor; **legibilidade**, exposição da informação da forma mais clara possível, através dos modos discursivos do "acontecimento relatado" (feitos e ditos); **inteligibilidade**, que se aplica ao comentário do acontecimento, direcionada ao entendimento e ligada ao esclarecimento do como e porquê das notícias; **dramatização**, responsável pela captação do contrato de comunicação midiática, sendo a pregnância do imaginário de credibilidade, e se apresentando nos modos de escrituras dos artigos e, particularmente, nos títulos.

8.1. Atentado à democracia: o ataque à Praça dos Três Poderes

A depredação registrada nos prédios do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto, localizados na Praça dos Três Poderes, em Brasília, ficará marcada para sempre na história do país como “o dia em que a democracia brasileira foi colocada em xeque” (SANTI, 2024). É no Congresso Nacional que deputados e senadores debatem pautas e aprovam leis, que impactam, diretamente, na vida do cidadão brasileiro. É no Supremo Tribunal Federal que ocorre a última instância do judiciário brasileiro, é a suprema corte jurídica do país. O Palácio do Planalto, por sua vez, é o local oficial de trabalho do Presidente da República, de onde são tomadas as principais e mais importantes decisões para o andamento da nação. Não é mera coincidência que as sedes de todos os poderes estejam lado a lado em Brasília, a Capital Federal do Brasil.

A Praça dos Três poderes foi idealizada pelo urbanista Lúcio Costa[48] em 1957 e os prédios que a compõem foram idealizados pelo arquiteto Oscar Niemeyer[49]. Sua organização é a "representação arquitetônica da independência e harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, essência da República" (Senado Federal, 2006). A disposição dos prédios foi pensada de maneira que, quando vistos de longe, forme um triângulo equilátero (três lados iguais), a fim de traduzir, visualmente, o equilíbrio entre os três poderes. Desta forma, as edificações estão dispostas da seguinte maneira:

> Ao Sul, está o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF), sede do Poder Judiciário; ao Norte, o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo [...]; e, a Oeste, o Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo. [...] Segundo depoimento de próprio Niemeyer, o prédio do Congresso Nacional é sua obra predileta no conjunto. Esse palácio é composto por duas cúpulas que representam os plenários da Câmara dos Deputados (virada para cima) e do Senado Federal (virada para baixo). Ainda há os dois prédios verticais de 28 andares - os mais altos de Brasília - onde funcionam as administrações das duas Casas Legislativas. Ambos estão unidos por uma passarela, formando a letra "H", uma alusão aos conceitos de "homem, honra e honestidade". Com a fachada voltada para a Praça dos Três Poderes, o Palácio do Planalto é revestido de mármore branco e, além de abrigar o gabinete do presidente da República, no terceiro andar, é palco da maioria das reuniões ministeriais, realizadas em um amplo salão no segundo andar. O prédio do STF segue linhas arquitetônicas semelhantes às dos Palácios do Planalto e da Alvorada, residência oficial do presidente da República. Além de abrigar obras de arte, tem um museu, com um plenário da antiga sede do Rio de Janeiro, móveis, togas e objetos pessoais de ex-ministros. (SENADO FEDERAL, 2006).

Além dos prédios e das representações físicas das autoridades máximas do país, a Praça dos Três Poderes também abriga diversas obras de arte, como o Panteão da Pátria, escultura construída em homenagem ao ex-presidente eleito Tancredo Neves e aos heróis da pátria; o Marco Brasília, em homenagem ao ato da Unesco que considerou Brasília uma Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade); o Mastro da Bandeira Nacional, estrutura de 100 metros de altura, com enorme bandeira de 286 metros quadrados, que fica permanentemente hasteada); e o Museu Histórico de Brasília, que guarda documentos e trabalhos relacionados à fundação do Distrito Federal brasileiro.

---

[48] Lúcio Marçal de Lima Costa (27.02.1902 – 13.06.1998) é considerado o pioneiro da arquitetura modernista no Brasil e ganhou reconhecimento mundial pela elaboração do projeto urbanístico do Plano Piloto de Brasília. Em 1930, foi o responsável por reformular o ensino na Escola Nacional de Belas Artes. C. f. https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not14.asp.

[49] Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (15.12.1907 – 05.12.2012) é a principal referência brasileira na arquitetura moderna. Formado engenheiro arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, foi aluno de Lúcio Costa e atuou, junto dele, no projeto para elaboração e desenvolvimento estrutural da Capital Federal. Foi coordenador da Escola de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB) em 1962, viveu em Paris durante o período da ditadura militar. C.f. https://www.oscarniemeyer.org.br/biografia/1907-1930. Acesso em: 03 de set. 2024.

Não apenas um patrimônio material do país, o local foi incluído na lista de patrimônios culturais[50] do Brasil em 2007, quando sua relevância para a formação identitária do Estado brasileiro foi reconhecida pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O espaço representa um símbolo de soberania, independência e democracia, que, através da sede de cada poder federal, personifica "valores de transparência, responsabilidade e participação, fundamentais para a estabilidade de um sistema político saudável" (KORQUIEVICZ et al, 2024, p. 50). Estruturas que foram depredadas, vandalizadas e reduzidas ao retrato de uma barbárie em 8 de janeiro de 2023.

Um relatório preliminar[51], divulgado pelo Iphan, quatro dias após o atentado, elenca 167 danos em áreas tombadas pelo Instituto — Câmara dos Deputados, Senado Federal, Praça dos Três Poderes (incluindo Museu da Cidade e Espaço Lucio Costa), Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. Os acervos localizados dentro de cada prédio não são tombados, mas sim de cada administração institucional. Além da estrutura material, dezesseis obras foram danificadas, com problemático procedimento de recuperação. Dentre elas, está a pintura "As mulatas", de Emiliano Di Cavalcanti, que sofreu perfurações contínuas na parte central da tela, possivelmente, provocados por arremessos de pedra portuguesa; a tela sobre madeira "Bandeira do Brasil", de Jorge Eduardo, com danos que podem ser irreversíveis; a escultura "O Relógio de Balthazar Martinot", que foi um presente da corte francesa a Dom João VI e, após os atentados, ficou totalmente fragmentado, apresentando fissuras e deformações; a escultura "A Justiça" feita por Alfredo Ceschia, exclusivamente, para a entrada do Palácio do Supremo Tribunal Federal, que foi completamente pichada.

O relatório dá detalhes da destruição registrada naquele dia. O Palácio do Congresso Nacional, primeiro a ser invadido, por volta de 15h daquele dia, teve vidros de todas as fachadas quebrados, pichações em vidraças e pilares externos, peças de mármore quebradas, manchas de fogo em diversas áreas do piso, bordas das rampas quebradas ou arrancadas, e grades removíveis, antes instaladas sobre a plataforma, atiradas no jardim interno. No interior da Câmara dos Deputados, o plenário teve um painel de vidro quebrado, mobiliário danificado, manchas de fogo no tapete e carpete bastante comprometido. Portas foram arrombadas, painéis de tecido marcados pelo uso de extintores de incêndio, luminárias, aparelhos de detecção de

[50] C.f.: https://www.gov.br/iphan/pt-br. Acesso em: 03 de set. 2024.
[51] C.f. https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-finaliza-vistoria-e-aponta-solucoes-para-recuperar-o-patrimonio-danificado-nas-sedes-dos-tres-poderes-em-brasilia-df/IphanDF_Vistoria_Bensculturais.pdf. Acesso em: 03 de set. 2024.

incêndio e câmeras de segurança foram destruídas, e diversos móveis registraram princípio de incêndio. No Senado Federal, o Museu contabilizou maior número de danos. Quadros da Galeria de Presidentes foram perfurados ou cortados, uma vitrine, com exemplar da constituição federal, foi quebrada, uma pintura, referente ao Primeiro Congresso, teve a moldura danificada por tentativa de derrubada e um tapete foi encharcado com urina.

Enquanto parte dos manifestantes destruía o Congresso Nacional, outra parcela se dirigia ao Palácio do Planalto — que teve todas as vidraças quebradas, especialmente os do térreo, conforme o relatório do Iphan. As esquadrias de alumínio foram danificadas, pedras portuguesas do piso foram arrancadas e queimadas, o mármore da rampa de acesso teve arranhões que chegam a sessenta centímetros de comprimento, e buracos foram abertos na plataforma de acesso ao parlatório. Na parte interna, partes do carpete do terceiro piso foram queimadas, painéis de madeira foram arranhados e pichados, assim como paredes e painéis, portas foram arrombadas e placas de identificação de gabinetes foram arrancadas. Cortinas foram danificadas, mobiliário de diversos escritórios foram revirados e quebrados, um sofá foi parcialmente incendiado, medalhas e condecorações foram furtadas, bancada e divisórias de mármore de banheiro masculino, assim como louças e duchas higiênicas de banheiro foram depredados, e o gabinete da primeira-dama também foi arrombado e vandalizado.

Às 15h45, a multidão enfurecida se deslocou para o Supremo Tribunal Federal, instituição que registrou o maior número de estragos dentre todos os atacados. Todos os vidros do térreo foram destruídos e dez unidades do segundo andar também foram quebradas — os que sobraram foram pichados, assim como as placas de revestimento de pilares na fachada. O mármore de áreas de acesso foi danificado pelo pisoteamento de cacos de vidro e pelo uso de extintores de incêndio, e pedras portuguesas foram arrancadas do chão. Na parte interna, uma bancada de madeira do plenário foi completamente removida, poltronas foram reviradas, incendiadas e tiveram o estofamento removido, o piso de carpete foi encharcado em decorrência do acionamento do sistema anti-incêndio, e o Brasão da República, feito de material metálico, foi retorcido.

No Salão Nobre, objetos foram incendiados, parte dos painéis de tecido, que revestem as paredes, foram arrancados e rasgados, portas foram arrombadas, peças do mobiliário e obras de arte foram depredadas (vidros estilhaçados, quadros rasgados, esculturas quebradas, e o teto ficou destruído em decorrência da tentativa de remoção dos lustres. No gabinete da presidência do Supremo, uma mesa de trabalho foi revirada e documentos foram incendiados. Nas demais

áreas do prédio, paredes foram vandalizadas, partes de madeira e de vidro das divisórias de salas danificadas, as portas dos banheiros foram destruídas, fios e câmeras de segurança foram removidos, elevadores foram depredados, poltronas, cadeiras e mesas de diversos ambientes tiveram os pés arrancados ou quebrados, o painel de fotos dos ministros foi danificado e televisões, e monitores foram danificados e furados pelos manifestantes.

Enquanto tudo isso acontecia na área interna das edificações, do lado de fora, a Praça dos Três Poderes foi encoberta por uma névoa de bombas de efeito moral. Os agentes da segurança tentavam controlar os manifestantes com uso de material não letal, mas a demora para uma reação fez com que o resultado demorasse a aparecer. O mosaico em pedras portuguesas, que cobre, praticamente, toda extensão da Praça, teve peças arrancadas, um totem informativo foi entortado, enquanto outro, com o mapa de Brasília, teve o vidro quebrado e diversos arranhões. O Museu da Cidade teve danos pontuais no granito que reveste a rampa de acesso, expositores de vidro e placas de acrílico, contendo textos explicativos, foram destruídos, placas de acrílico das paredes foram arrancados.

Figura 1: Manifestantes invadindo a sede do Congresso Nacional, em Brasília - Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação

Figura 2: Força Tática foi chamada para dissipar os manifestantes em Brasília - Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação

Figura 3: Vidraça é destruída por manifestantes em Brasília - Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação

Figura 4: Vidraça do Supremo Tribunal Federal destruída em 8 de janeiro de 2023 - Foto: Marina Alves/ Iphan/ Divulgação

Figura 5: Grupo de pessoas em cima do Congresso Nacional, durante o atentado à Praça dos Três Poderes - Foto: Joedson Alves/ Agência Brasil/ Divulgação

Figura 6: "As Mulatas", de Emiliano di Cavalcanti - Foto: Portal Jacobin/ Folhapress/ Reprodução

Figura 7: Relógio de Balthazar Martinot após destruição - Foto: Swissinfo/ The Associated Press/ Reprodução

Figura 8: Estátua “A Justiça”, feita por Alfredo Ceschia, após vandalismo - Foto: Joedson Alves/ Agência Brasil/ Reprodução

Figura 9: Salão Nobre do STF em 8 de janeiro de 2023 - Foto: Folhapress/ UOL / Reprodução

Figura 10: Manifestantes quebram vidraças do Supremo Tribunal Federal - Foto: Carta Capital/ AFP/ Reprodução

Figura 11: Invasão ao Congresso Nacional em 8 de janeiro - Foto: Poder 360/ Reprodução

Figura 12: Devastação registrada no Salão Azul, da Câmara dos Deputados - Foto: Câmara dos Deputados/ Reprodução

Figura 13: Manifestantes durante o atentado à Praça dos Três Poderes - Marcelo Camargo/ Agência Brasil/ Reprodução

Em março de 2023, o relatório definitivo do Iphan e do Ministério da Cultura elencaram todos os prejuízos contabilizados pelos atentados antidemocráticos do 8 de janeiro. Foi realizado um mapeamento estrutural de cada instituição, através de fluxogramas organizacionais, além de um levantamento do corpo técnico de arquitetura e engenharia, (equipe de manutenção das edificações) e de conservadores e restauradores, que integram os departamentos responsáveis pela gestão dos bens móveis, apontando soluções de curto, médio e longo prazo para os problemas causados pelo atentado. Quatro objetos foram dados como desaparecidos: dois da Câmara — uma bola de futebol assinada pelo jogador de futebol, Neymar, e uma concha de porcelana — e dois do STF — uma estatueta e uma bandeira —. Em abril de 2024, o Instituto lançou um edital para licitação do projeto de restauro de todos os danos complexos, que demandariam atenção e investimento maiores. O valor estimado foi de R$ 993 mil, a proposta vencedora foi contratada com valor final de R$ 744.685,11.

O projeto de restauro da Praça dos Três Poderes prevê a recuperação completa do piso, acessibilidade, restauração das esculturas danificadas, melhoria no sistema de iluminação e inclusão de câmeras de segurança em todo perímetro. A restauração das fachadas do Museu da Cidade, a recuperação estrutural do Espaço Lúcio Costa, a impermeabilização e adequação do sistema de drenagem também devem ser contempladas no projeto. O projeto arquitetônico e complementares ficam a cargo da empresa contratada, que deve concluir a proposta no início

de 2025. O custo total das obras só será conhecido após a conclusão da proposta, que deverá ser detalhada mediante planilha orçamentária e prestação de contas junto às controladorias da União.

Em 9 de janeiro de 2023, o ocorrido na Praça dos Três Poderes ganhou espaço e destaque nas principais manchetes de jornais internacionais. Dois, dos principais jornais dos Estados Unidos, o New York Times e o Wall Street Journal, assim como o britânico, Financial Times, e o espanhol, El País, dedicaram editoriais e reportagens sobre o assunto. Em editorial intitulado "Ataque à Democracia no Brasil", o El País cobrou a responsabilização dos responsáveis e teceu críticas ao ex-presidente, Jair Bolsonaro, pela demora no posicionamento sobre os atos. O norte-americano, New York Times, afirmou que a depredação das estruturas foi “o ápice violento de incessantes ataques retóricos aos sistemas eleitorais”, cometidos pelo presidente derrotado nas eleições, Jair Bolsonaro. O britânico Financial Times pontuou, por sua vez, que o incidente provocaria incertezas sobre a segurança das instituições brasileiras, assim como provocaria “escolhas difíceis” para o presidente, recém-empossado, Lula.

Passados mais de dois anos desde o atentado, as marcas do estrago ainda são perceptíveis, não apenas no ambiente material, mas no semblante moral do país. Independentemente do tamanho dos estragos registrados em 8 de janeiro, a violência registrada naquele dia representa a maneira violenta, indecente e desrespeitosa com a qual essa parcela da população buscou, deliberadamente, impor seu desejo diante do restante do país. A Constituição brasileira assegura o pleno exercício à liberdade de expressão e manifestação, mas Korquievicz et al (2024, p. 50) é certeira ao afirmar que “essa liberdade não pode visar ferir a constituição do próprio Estado Democrático de Direito, como pretendiam os bolsonaristas que invadiram as ruas” naquele dia. As cenas registradas por câmeras fotográficas e emissoras de televisão, naquele dia, ficarão, por muito tempo, registrada no imaginário de todos que, de uma maneira ou outra, possuem algum tipo de relação com o Brasil. O prejuízo ao patrimônio material e cultural há de ser recuperado em dado momento, mas o estrago moral e identitário irá demorar a ser reconstruído. A democracia, jovem e promissora do Brasil, que desfilava como uma adolescente prestes a dar um salto para a vida adulta, naquele dia, voltou a engatinhar.

8.2. A perspectiva editorial

A página dois do Correio do Povo, em 9 de janeiro de 2023, traz em seu editorial de abertura, com cerca de 1950 caracteres, o título “A democracia confrontada”. Dentro da perspectiva charaudeuniana, pode-se entender que o conteúdo é um comentário acerca de um

acontecimento, o que constitui "uma atividade discursiva, complementar ao relato, que consiste em exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem" (CHARAUDEAU, 2019, p. 175) Logo no título, percebe-se uma tentativa de encenação midiática desse comentário (Charaudeau, 2019), com o intuito de despertar o interesse do leitor no que virá a ser comentado a seguir.

No primeiro parágrafo, o texto faz uma afirmação sobre o regime republicano, que "pressupõe o convívio entre opiniões diferentes, a alternância de poder e ferramentas eficientes para que os eleitores possam se manifestar nas urnas e eleger seus representantes, prevalecendo a vontade da maioria". A frase é uma referência direta ao comportamento dos participantes que, no entendimento do periódico, agiu de maneira não republicana ao não respeitar a vontade da maioria que elegeu o presidente Lula em 2022. Em seguida, o editorial aponta que esse sistema onde há respeito à vontade da maioria tem nome e se chama democracia. "O Brasil é um país democrático, com uma Constituição voltada ao interesse público e plena na garantia dos direitos individuais e coletivos", diz em continuidade. Para encerrar, o primeiro parágrafo destaca que o sistema democrático é capaz de dar conta de demandas sociais legítimas, mas que isso "não significa que ela possa ser confrontada impunemente nem que a legitimidade das instituições possa ser alvo de ataques violentos e criminosos", em tom condenatório ao comportamento dos envolvidos no atentado. Este parágrafo, conforme Charaudeau (2019), pode ser percebido como um procedimento de "restrição", forma simples de captar a atenção do leitor na qual há uma reorientação do raciocínio, uma vez que se faz uma afirmação categórica — *O Brasil é um país democrático, com uma Constituição voltada ao interesse público e plena na garantia dos direitos individuais e coletivos* — seguida de uma alternativa para contrapor a ideia e colocá-las sob deliberação —*não significa que ela possa ser confrontada impunemente nem que a legitimidade das instituições possa ser alvo de ataques violentos e criminosos*.

No parágrafo seguinte, o periódico volta a condenar o atentado, afirmando que "nada justifica a ação de manifestantes em Brasília" ao depredar as instalações da praça dos Três Poderes. Nota-se, aqui, o uso da palavra *manifestantes* para se referir aos agentes do acontecimento, substantivo que se refere a alguém que se manifesta, sem atribuir juízo de valor a ele. Em seu lugar de sujeito informador (Charaudeau, 2019), essa escolha pode ser considerada uma estratégia discursiva que afasta o enunciador de uma qualificação dos envolvidos. Em contrapartida, a sentença seguinte considera o atentado "um ataque inaceitável" e que precisa "receber a devida resposta por parte dos entes atacados", destacando ainda que

“espera-se uma imediata reação para conter a ação dos vândalos, bem como a identificação deles a fim de apurar responsabilidades”.

Nota-se, neste sentido, uma tentativa de problematização do fato, ao dizer que *nada justifica* e que se trata de um *ataque inaceitável* às instituições públicas, que se encaixam dentro de uma mecânica argumentativa ao comentar um fato. Ao dizer que “*espera-se uma imediata reação*”, inclui-se, na encenação do comentário, uma característica motivadora a fim de causar identificação no receptor, a partir de uma “psicologização dos fatos, que consiste em emprestar uma intenção a instâncias coletivas” (CHARAUDEAU, 2019, p. 182) e causar um efeito de dramatização ao qual o receptor não pode ficar alheio. As afirmações podem ser consideradas, ainda, uma forma de expressão da opinião, mesmo que não a seja, uma vez que se trata de um comentário acerca do fato, mas que está inserido em um contexto extragoverno[52] (Charaudeau, 2011).

“É preciso que se diga que as divergências são saudáveis e até necessárias dentro de uma sociedade democrática. É dentro da tolerância e do respeito às diferenças que se deve dar o necessário embate de ideias”, destaca o periódico, novamente, colocando-se contrário à violência percebida naquele dia. O posicionamento é reforçado na frase seguinte, quando o editorial do Correio do Povo afirma que “o caminho da violência, quando um grupo quer impor pela força suas convicções, nunca deve ser uma opção e ela, quando adotada como prática por desajustados sociais, deve ser coibida com o rigor da lei”.

Percebe-se, no encerramento, um recrudescimento de fala em relação aos envolvidos no atentado, que passaram de “manifestantes”, para “desajustados sociais”. O periódico finaliza dizendo que “estamos às voltas com mais um episódio de afronta aos princípios democráticos”, afirmação que se assemelha, segundo Charaudeau (2019), a uma visada informativa que busca fazer saber sobre a afronta o regime democrático, ao mesmo tempo em que alega que “o país manterá seu rumo de estabilidade e as tentativas de retrocesso serão totalmente derrotadas”, em uma tentativa de dar ao interlocutor, motivos para confiar e, até mesmo, acreditar nas instituições descredibilizadas e afetadas durante os acontecimentos — União e instituições depredadas naquela tarde. Novamente, percebe-se de uma estratégia motivadora para captar o leitor que, a partir de um contrato pré-estabelecido, aguarda por um posicionamento por parte do veículo de comunicação (Charaudeau, 2019). Para o autor, o comentário midiático é capaz

[52] Charaudeau (2011) entende que o discurso político se manifesta *intra*governo, quando a palavra política se faz performativa para poder governar com parceiros diversos, e *extra*governo, quando circula entre esses mesmos parceiros, mas sem que haja neles um poder de decisão.

de fornecer elementos para que se construa “uma verdade mediana” (CHARAUDEAU, Patrick, 2019, p. 187), colocando também, sob o sujeito interpelante, certa responsabilidade na compreensão do texto e, consequentemente, na formação do sentido.

O editorial de Opinião da RBS, publicado na página 22 de Zero Hora, a empresa impõe ao receptor, “uma visão de mundo de ordem explicativa” (CHARAUDEAU, 2019, p. 176). Sob o título “Vândalos, golpistas e criminosos devem ser rigorosamente punidos”, o texto é apresentado após as diversas reportagens publicadas sobre o tema para, além de expor e relatar, também “revelar o que não se vê, o que é latente e constitui o motor (causas, motivos e intenções) do processo evenemencial de mundo” (CHARAUDEAU, 2019, p. 176). Os dois primeiros parágrafos do texto, destacados a seguir, são exemplos desse intuito, que vai além do desejo de informar acerca do fato, mas de mostrar como episódios que antecederam os acontecimentos foram minimizados pelas autoridades.

> O Brasil subestimou o movimento golpista de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro que ainda não se conformaram com a derrota eleitoral. Até ontem, os acampamentos de pessoas vestidas de verde e amarelo nas cercanias de prédios das Forças Armadas eram vistos com certo descaso até mesmo pelos novos ocupantes do poder, que registravam a gradativa desmobilização dos manifestantes. Basta lembrar que na véspera do ataque, o próprio ministro Flávio Dino, da Justiça, disse que estava controlando as manifestações de forma coordenada com o governo local. Foi um grande equívoco: a invasão da Praça dos Três Poderes pela multidão que depredou o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo tribunal Federal comprova que a democracia brasileira está realmente ameaçada e que o país precisará adotar medidas mais firmes para restabelecer a ordem pública e punir os terroristas disfarçados de patriotas. Embora já tivessem protagonizado uma prévia do vandalismo desse domingo em 12 de dezembro, por ocasião da diplomação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando promoveram depredações e incendiaram veículos, os golpistas só empreenderam a grande operação de ontem porque contaram com a leniência das forças de segurança do Distrito Federal. A criminosa omissão, da qial o governador Ibaneis Rocha não pode se eximir com um simples pedido de desculpas, possibilitou que manifestantes arregimentados em várias partes do país invadissem os prédios públicos sem encontrar qualquer resistência. E a intenção era destruir, pois alguns invasores portavam ferramentas de demolição (ZERO HORA, 2023, p. 22)

A comparação dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2022 com outro ato de vandalismo, registrado em 12 de dezembro de 2022, propõe um raciocínio por analogia (Charaudeau, 2019) ao receptor, a fim de explicar suas causas ou, até mesmo, mostrar como eram previsíveis os acontecimentos na Praça dos Três Poderes. “O acontecimento um é diferente do acontecimento dois, mas as causas (ou as consequências) são as mesmas, logo os dois acontecimentos pertencem à mesma ordem”, explica o autor (2019, p. 179) sobre esse tipo de elucidação.

No parágrafo a seguir, nota-se um dos problemas do comentário midiático apontados por Charaudeau (2019), uma vez que o texto diz que “o ex-presidente Jair Bolsonaro, que

acompanha à distância as ações violentas de seus apoiadores enquanto dá autógrafos em Orlando, é o primeiro responsável pelo que ocorreu, por sua conduta recorrente durante os quatro anos de mandato". Para o autor, o comentário jornalístico demanda uma argumentação moderada, em equilíbrio entre julgamento pró e contra determinada situação, mas disso surge uma argumentação em formato de gangorra, que "corresponde, de fato, a uma recusa em escolher entre os termos de uma alternativa, entre uma opinião e seu contrário" (CHARAUDEAU, 2019, p. 183). Tomar partido quanto à responsabilidade do presidente no atentado, neste caso, parte do paradoxo do comentário midiático: "informar para auxiliar o cidadão a formar uma opinião equivale a não tomar partido; mas não tomar partido seria desenvolver uma argumentação do ponto de vista externo, onipotente (acima da multidão), ao qual somente uma argumentação do tipo científico poderia pretender" (CHARAUDEAU, 2019, p. 183). O jornalista, por sua vez, é um ator social e que reage aos acontecimentos do mundo externo, jamais podendo se colocar no papel de um cientista. Toda interpelação, para Charaudeau (2019), implica em tomar partido. O editorial argumenta sobre a afirmação envolvendo o ex-presidente, como forma de elucidar a opinião empregada no texto, como pode-se perceber no conteúdo a seguir, que dá continuidade à citação destacada anteriormente.

> Também estimula os baderneiros a convivência explícita de parcela importante das Forças Armadas, evidenciada na recusa de comandantes em transferir seus cargos para novos ocupantes e em prestar continência para o presidente legitimamente eleito. Pesa ainda em favor dos arruaceiros a negligência de parte das forças policiais, percebida facilmente em episódios em que agentes públicos confraternizam com os manifestantes que deveriam reprimir. Não há outra classificação para estes maus brasileiros: são inimigos da democracia e, agora, passam a merecer a classificação de terroristas. Os autores da selvageria devem ser responsabilizados criminalmente por seus atos, assim como todos aqueles que os encorajam, estimulam e financiam. (ZERO HORA, 2023, p. 22)

Nos parágrafos finais, o texto volta a elencar razões pelas quais o atentado à Praça dos Três Poderes não pode ser considerado uma manifestação, mas sim um atentado contra a democracia. "Vandalismo não é liberdade de expressão, golpismo não é democracia. E crime — individual ou coletivo — tem que ser tratado de acordo com o Código Penal. Oposição democrática é outra coisa bem diferente", escreve o autor nas primeiras linhas do antepenúltimo bloco. Como fizera anteriormente, mas agora de forma mais direcionada ao atentado, o editorial de Zero Hora usa-se do comentário midiático para avaliar o atentado e seus envolvidos, afinal, em espaços como este, "espera-se que o jornalista nos esclareça sobre o debate de ideias, dando sua opinião e argumentando" (CHARAUDEAU, 2019, p. 180). Tal qual estabelece o contrato de informação, mantido entre emissor e receptor, parte-se do princípio de que o consumidor

possui uma relação afetiva com esse tipo de conteúdo e espera que "o jornalista lhe dê razões para gostar ou detestar" (CHARAUDEAU, 2019, p. 180) o que é comentado.

Ao final, no último parágrafo do texto institucional, o conteúdo faz uma comparação com a invasão do Capitólio dos Estados Unidos, ocorrida em 6 de janeiro de 2021, quando apoiadores do ex-presidente republicano, Donald Trump, não aceitaram a derrota para o candidato republicano, Joe Biden. O editorial, neste momento, volta-se para a crença muito mais do que à opinião ou a análise, ao afirmar que se esperam medidas para "a democracia sair fortalecida", pontuando também que "é desejável que o triste episódio sirva de alerta para as autoridades de todos os níveis da Federação desenvolverem ações preventivas mais eficientes contra vândalos, golpista e criminosos que usam a bandeira nacional como escudo". Fazer-se motivador, isto é, emprestar uma intenção ao coletivo, no entendimento de Charaudeau (2019, p. 182), atinge convicções "amplamente compartilhadas pelo grande público, sendo pois suscetíveis de atingi-lo com mais eficiência".

8.3. A opinião sobre o atentado nos jornais gaúchos

As principais decisões a respeito do desenvolvimento do país são tomadas nos prédios que dão forma à Praça dos Três Poderes e, por isso, os principais conglomerados de comunicação do país possuem correspondentes *in loco*[53], responsáveis por transmitir aquilo que acontece na Capital Federal para a população de seus estados e audiência no restante do país. Através de redes sociais e grupos em aplicativos de mensagens, os manifestantes acampados nos quarteis generais pelo país e em Brasília se organizavam para um grande ato naquela tarde, motivo pelo qual a presença de jornalistas na Praça dos Três Poderes era massiva, mais do que costuma em outros finais de semana, quando não há expediente nas sedes dos poderes nacionais.

Tão logo os primeiros manifestantes saíram em caminhada, às 14h45min daquele dia, todas as atenções da imprensa nacional e, até mesmo, internacional, se voltaram para o Distrito Federal. Em questão de minutos, os canais de televisão, abertos e fechados, emissoras de rádio, portais de internet, jornais impressos e outros veículos de mídia iniciaram o acompanhamento dos atos sem imaginar a dimensão que tomariam. Em questão de minutos, vidraças começaram a ser quebradas, gradis arrancados e as invasões tiveram início. Em poucas horas, estragos incalculáveis para a história do Brasil foram causados por pessoas em nome da defesa de uma democracia violenta e desordeira.

[53] Jargão jornalístico para se referir a quem está no local dos fatos retratados nos jornais.

As limitações impostas ao jornal impresso, no processo de apuração, produção e veiculação da notícia (Charaudeau, 2019), fazem com que seu conteúdo seja muito mais aprofundado e detalhado do que transmitido por outros dispositivos[54]. Correio do Povo e Zero Hora dedicaram algumas páginas de suas edições da segunda-feira, 9 de janeiro de 2023, para detalhar e tentar explicar o que aconteceu no domingo anterior. Naquele, os editoriais institucionais — espaços utilizados por jornais impressos para demonstrar a posição da empresa sobre determinado assunto —, em ambos os periódicos, abordaram o ataque, assim como os colunistas de política Guilherme Baumhardt, Rodrigo Lopes, Rosane de Oliveira e Taline Oppitz, que dedicaram seus espaços também para repercutir o assunto.

Rosane de Oliveira, que assina a coluna Política+, diariamente, em Zero Hora, usou, praticamente, todo seu espaço para tratar do tema e a repercussão entre políticos gaúchos. Rodrigo Lopes, também atuava como correspondente do Grupo RBS e, por isso, residia em Brasília — ocasião que faz dele o único, dentre os quatro analisados, que acompanhou os fatos no momento de seus acontecimentos e, por isso, o formato de texto empregado por ele difere dos demais. Taline Oppitz, que assina espaço na página 3[55] do Correio do Povo, voltou suas atenções aos possíveis impactos que o fato traria ao cenário nacional. Guilherme Baumhardt, que detinha meia página de opinião, no Correio do Povo, buscou analisar o que motivou o acontecimento daquela tarde no dia 10 de janeiro, uma vez que detinha uma coluna semanal e não diária, diferentemente dos demais.

8.3.1. Maior ataque à democracia brasileira desde 1964

O recurso de dramatização é o primeiro identificado no objeto desta análise. A coluna de Rodrigo Lopes, de 9 de janeiro de 2023, leva o título "Maior ataque à democracia brasileira desde 1964". Observa-se que, no decorrer do texto, o jornalista não cita uma fonte científica para a afirmativa, o que reforça a posição de descritor-comentador da informação que assumida por ele. Para Charaudeau e Maingueneau, em *Dicionário da Análise de Discurso* (2004), a **legitimação** é uma estratégia para determinar a posição de autoridade que permite ao sujeito falante tomar a palavra e reconhecer sua legitimidade para dizer o que diz. No entendimento desta análise, o título empregado se enquadra nesta técnica.

[54] Os estudos de Charaudeau consideram, como dispositivos de mídia, apenas televisão, rádio e imprensa (jornal impresso). O linguista não ingressou no campo da internet, motivo pelo qual o meio é desconsiderado nesta pesquisa.
[55] No dia em questão, curiosamente, a coluna saiu na página 4.

No primeiro parágrafo, o jornalista reforça o contrato de informação ao ser objetivo e iniciar a coluna tratando, diretamente, sobre o ocorrido no dia anterior. “Brasília, 8 de Janeiro de 2023. Às 16h24min, a cavalaria da Polícia Militar no Distrito Federal marcha apressada em direção ao Congresso Nacional sob vaias de bolsonaristas”. A estratégia é capaz de prender o leitor interessado no assunto, mas também pode afastar aqueles que não pactuaram com o contrato. Nos três primeiros parágrafos, Rodrigo Lopes trata de detalhar cada momento que presenciou do avanço dos manifestantes nos prédios que viriam a ser vandalizados.

No quinto parágrafo, o jornalista informa aos leitores que está em Brasília, testemunhando o acontecimento, como é de praxe em suas coberturas. “Estou ao lado do Congresso, à direita de quem observa da Esplanada dos Ministérios”, escreve. Lopes é reconhecido por cobrir grandes conflitos[56] e tal afirmação é uma forma de reforçar a sua posição de credibilidade, como afirma Charaudeau (2019), ao pontuar que o crédito que se dá a informação depende tanto da posição social do informador, do papel que ele desempenha na situação de troca, quanto do grau de engajamento que manifesta com relação à informação transmitida. Nas linhas que seguem, o jornalista dá detalhes do cenário ao redor.

> Estico o olhar sobre a cobertura do Congresso: há milhares de pessoas abrindo uma faixa onde está escrito "Intervenção". A alguns passos dali, um grupo transporta água e comida para outro, em uma logística muito bem azeitada. Outros saem da cobertura do Congresso convocando os demais a se juntarem aos invasores do Supremo Tribunal Federal (STF). O palco da batalha foi deslocado para ali, de onde um helicóptero dispara bombas de gás em rasantes sobre a multidão. Enfim, após mais de uma hora de complacência, a polícia inicia reação. Mesmo assim, alguns 11 Rodrigo Lopes foi enviado especial de Zero Hora nas eleições da Argentina (2003), morrte de João Paulo II e eleição de Bento XVI (2005), Guerra do Líbano (2006), crise em Honduras (2009), dez anos dos atentados de 11 de Setembro (2011), guerra na Líbia (2012) e, mais recentemente, Guerra na Ucrânia (2022). agentes usam seus celulares apenas para gravar imagens ou fazer selfies em frente ao Congresso vandalizado. - Isso aqui não é cinema - protesta um dos manifestantes, convocando quem está registrando vídeos a largarem os celulares e confrontarem a polícia. O confronto se alastra em frente ao Supremo. Ao vivo, na Rádio Gaúcha, falo baixo, porque, a essa altura, pelo menos seis jornalistas foram atacados e tiveram seus equipamentos, como celulares e máquinas fotográficas, destruídos. A imprensa é um dos alvos dos manifestantes. Afasto-me para fazer os boletins, interrompo frases e, por vezes, paro de falar quando alguém observa meus gestos de repórter. (LOPES, Rodrigo, 2023, p. 13).

No décimo parágrafo, o jornalista destaca a presença de um grupo de homens e mulheres que, enquanto uma multidão toma o Congresso Nacional, se ajoelha, com os braços para cima, e inicia uma oração. Algumas linhas depois, cita a fala de uma mulher, que questiona como o povo lutará sem armas, e a de um homem, que diz aos policiais que o povo deveria ser

[56] Rodrigo Lopes foi enviado especial de Zero Hora nas eleições da Argentina (2003), morrte de João Paulo II e eleição de Bento XVI (2005), Guerra do Líbano (2006), crise em Honduras (2009), dez anos dos atentados de 11 de Setembro (2011), guerra na Líbia (2012) e, mais recentemente, Guerra na Ucrânia (2022).

ouvido. Entende-se, com estas menções, que o enunciador se utiliza daquilo que Charaudeau (2019) entende como **discurso relatado** (Dr), um momento em que o locutor, em sua condição de fala, utiliza o que foi dito por um outro locutor, voltando-se para um interlocutor, dentro de um espaço-tempo diferente daquele em que o fato ocorre - neste caso, uma coluna de jornal publicada posteriormente ao acontecimento. As atitudes podem ser, também, associadas às questões ideológicas citadas anteriormente.

No penúltimo parágrafo da coluna, Rodrigo Lopes caracteriza o evento como caos, tendo em vista tamanha destruição lá ocorrida, em uma das poucas adjetivações percebidas em todo o texto. No fechamento, o jornalista se permite comentar os acontecimentos testemunhados afirmando que: "O resultado desse dia que entrará para a história da infâmia brasileira é conhecido aos poucos, à medida em que vazam imagens do interior dos palácios" (LOPES, 2023, p. 13), fazendo uma referência às imagens de câmeras de monitoramento conhecidas pelo público aos poucos posteriormente. Lopes conclui seu espaço de análise e opinião em uma exposição de opinião categórica: "Os três maiores símbolos da República foram vandalizados, na maior agressão à democracia do país desde o golpe militar de 1964. Brasília adormece sob explosões esporádicas a atormentar a noite".

8.3.2. Terrorismo em Brasília é pior que a invasão no Capitólio

Rosane de Oliveira inicia seu texto de 9 de janeiro de 2023 afirmando que “o que ocorreu em Brasília ontem não tem precedentes na história da democracia brasileira”. Assim como ocorrera anteriormente, ela faz uso do recurso de **legitimação** (Charaudeau; Maingueneau, 2004) para imprimir autoridade sobre o assunto, uma vez que não há uma referência bibliográfica que confirme e embase tal ponderação. Na frase seguinte, a colunista evoca o raciocínio por analogia (Charaudeau, 2019) ao comparar o atentado à Praça dos Três Poderes à invasão ao Capitólio dos Estados Unidos, ocorrido em 6 de janeiro de 2021, elencando semelhanças que corroborem com uma possibilidade, teórica e prática, de que ambos os acontecimentos pertencem à mesma ordem.

> É muitíssimo mais grave do que o que aconteceu nos Estados Unidos, na invasão do Capitólio por simpatizantes do ex-presidente Donald Trump, que se recusava a aceitar o resultado da eleição. No Capitólio, mais de 900 pessoas foram presas e estão enfrentando processos. As forças de segurança agiram rápido e abortaram a tentativa de Trump de tomar o poder à força, impedindo a sessão que confirmou a vitória de Joe Biden (OLIVEIRA, Rosane de, 2023, p. 14).

No terceiro parágrafo, a jornalista afirma que “são chocantes as imagens do vandalismo no plenário do Supremo Tribunal Federal, no Congresso Nacional e no Palácio do

Planalto. Vidros quebrados, salas alagadas, cadeiras quebradas. Não foi uma manifestação espontânea". Nessa sentença, percebe-se a apropriação do que Charaudeau (2019) chama de *acontecimento relatado*, modo discursivo no qual se percebe uma descrição, através de um relato, dos acontecimentos em sua forma bruta. Ao final, contudo, é perceptível o comentário acerca do relato, que transfere o discurso para outro lugar, o de *acontecimento comentado.*

Ao iniciar o bloco textual seguinte, Rosane de Oliveira busca provocar uma identificação e aproximação mais direta com o leitor ao afastar-se da posição de enunciadora e adotar uma postura interpelativa no próprio conteúdo, uma forma de fazer uso da credibilidade adquirida enquanto jornalista-analista para captar e ratificar o contrato de comunicação pré-existente entre dispositivo e público. Segundo Charaudeau (2019, p. 187), esta é "uma atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante", como pode-se perceber pelo destaque a seguir.

> A Polícia do Distrito Federal não foi apenas omissa. Foi conivente. Não por acaso, o secretário da Segurança Pública, Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, estava fora de Brasília. Onde? Em viagem aos Estados Unidos, mais especificamente na Flórida, local escolhido por Bolsonaro para se refugiar com a esposa e a ilha. O governador Ibaneis Rocha, que nomeou Anderson Torres, sabendo de quem se tratava, tem sua parcela de culpa pelo que aconteceu. Como pode o secretário da Segurança que assumiu há menos de 10 dias tirar férias, sabendo-se que o clima em Brasília era tenso? Ninguém pode dizer que foi surpreendido pela invasão dos prédios públicos. Foi anunciada nas redes sociais, com ônibus saindo de diferentes pontos do país. O governo do DF não viu, e a "inteligência" do governo federal não detectou o perigo. Porteira aberta aos golpistas. (OLIVEIRA, Rosane de, 2023, p. 14).

Percebe-se, nos dois parágrafos finais, uma mescla das estratégias usadas para relatar um acontecimento, voltando-se ao Fato Relatado (FR), ao descrever o que ocorreu na praça dos Três Poderes, a partir do próprio ponto de vista (narrativa), juntamente com, mais uma vez, a capacidade de comentar a respeito do acontecimento (Charaudeau, 2019), que é a principal característica do espaço visto que é uma coluna de opinião. O autor destaca ainda que o recurso utilizado pela jornalista, no último parágrafo, de descrever as consequências ao acontecimento, também é uma estratégia interessante e comum ao Fato Relatado e também ao Acontecimento Comentado, uma vez que "é esse jogo de inter-relações entre os diferentes atores sociais que as mídias têm por obrigação descrever, porque interfere no funcionamento democrático da sociedade" (CHARAUDEAU, Patrick, 2019, p. 155). É essa "reação-declaração", como explica o linguista, que emite um julgamento (seja favorável ou desfavorável), que pode se converter em um *miniacontecimento* dentro da narrativa discursiva, associado ao precedente, e pode acabar por suplantá-lo.

Para fechar o espaço de opinião, a colunista faz uso de uma entrevista com um advogado criminalista, que analisa os acontecimentos sob a ótica jurídica. Esse recurso é parte

do contrato midiático, uma vez que "entrevistador e entrevistado são ouvidos [neste caso, lidos] por um terceiro-ausente, o ouvinte [leitor], num dispositivo triangular" (CHARAUDEAU, Patrick, 2019, p. 214). A entrevista com o especialista atua, então, para responder questionamentos técnicos, esclarecer problemas, orientar o debate público ou, até mesmo, simplificar uma temática que é complexa ao grande público. "A entrevista de expertise é um gênero que se resume a fornecer à opinião pública um conjunto de análises objetivas, trazendo a prova de sua legitimidade pelo 'saber' e pelo 'saber dizer'." (CHARAUDEAU, Patrick, 2019, p. 215).

8.3.3. Vandalismo, invasões e crimes no centro do poder

Na página 4 do Correio do Povo, a jornalista Taline Oppitz abre a coluna afirmando que "a tentativa de ação preventiva do ministro da Justiça, Flávio Dino, de acionar antecipadamente as forças federais disponíveis em Brasília e no Distrito Federal, para conter movimentos contra a democracia e o resultado das eleições, acabou frustrada". Novamente, percebe-se o recurso da **legitimação** (Charaudeau; Maingueneau, 2004) sendo utilizado para reforçar autoridade na temática abordada. Em seguida, a jornalista faz uso de problematizações acerca da temática, estratégia que deve servir de base para os comentários que serão feitos no decorrer do texto.

> As ações já vinham acontecendo de forma dispersa nos últimos dias e chegaram ao ápice, neste domingo, com a invasão dos prédios dos três poderes da República por grupos bolsonaristas, que reuniram milhares. A narrativa dos defensores desses atos até aqui caiu por terra. O grave episódio, com repercussão internacional, evidenciou investidas violentas, vandalismos e crimes, na prática, sendo cometidos em nome da Pátria, em um discurso que não para em pé. O ato, anunciado, o efetivo policial e a forma de ação para conter a invasão evidenciam ainda descaso do governo do DF. (OPPITZ, Taline, 2023, p. 4).

Na sentença a seguir, a jornalista destaca que "a tentativa de tomada do poder pela força é a tentativa de um golpe", novamente se utilizando de estratégias de legitimação a respeito do fato, mas associando com uma estratégia simples de encenação midiática para reorientar o próprio julgamento, ao dizer que o intento "não irá prosperar em função da atuação das instituições". Esse tipo de jogo de alegações, onde se alterna entre duas afirmações e as coloca em posição de ponto-contraponto obriga o receptor a "acompanhar a deliberação e até mesmo a esquecer ou a ignorar que existem outras possibilidades" (CHARAUDEAU, 2019, p. 181). O texto segue afirmando que "se faltava algo para uma investida mais incisiva contra os

atos, agora todas os limites foram ultrapassados", em um intento de preservar o contrato de comunicação estabelecido com o receptor através da manifestação opinião avaliativa do fato, pois como já mencionado, "espera-se que o jornalista nos esclareça sobre o debate de ideias, dando sua opinião e argumentando" (CHARAUDEAU, 2019, p. 180) em crônicas e editoriais, como este.

O trecho a seguir destaca uma mistura de narração do acontecimento, ao pontuar detalhes sobre o ocorrido em 8 de janeiro de 2023 na Praça dos Três Poderes, ao mesmo tempo em que, assim como visto anteriormente, há uma comparação dos fatos com a invasão ao Capitólio norte-americano.

> O que se viu em Brasília, exatamente uma semana após a posse de Lula, de invasão e quebradeira no Congresso, do Supremo Tribunal Federal e do Planalto, são ações inconstitucionais e criminosas. O Brasil passou a ter para chamar de seu um episódio que entrou para a história, manchando a democracia americana, que foi a invasão do Capitólio em janeiro de 2021. As similaridades não são meras coincidências. Resta saber o que será feito por aqui. A demissão do secretário de Segurança do DF, Anderson Torres, deve ser apenas o início das responsabilizações que precisam ocorrer, como o pedido de prisão da AGU. No fim do dia, o presidente Lula fez uma forte manifestação, classificando o episódio como sem precedentes e afirmando que os vândalos e seus financiadores serão punidos. Lula decretou ainda a intervenção federal na segurança do DF. (OPPITZ, Taline, 2023, p. 4)

A estratégia, neste caso, além de provocar um raciocínio por analogia (Charaudeau, 2019), também reconstitui uma sequência de fatos, citando momentos anteriores nos quais o ex-presidente Jair Bolsonaro incitou apoiadores no que a colunista chama de "discursos dúbios". "Seu comentário apresenta-se como uma tradução simplificadora da complexidade dos fenômenos para torná-los acessíveis à massa (vulgarização). Trata-se aqui de um tipo de explicação determinista" (CHARAUDEAU, 2019, p. 179). Na sessão "apartes", Taline Oppitz encerra a coluna dizendo que "o vandalismo deste domingo foi a gota d'água e um belo tiro no pé", uma frase, novamente, compreendida como uma estratégia simples para tornar a explicação acessível ao receptor, utilizando-se de uma sequência quase que infantil de raciocínio. Utilizar "algumas ideias-chave bem-marcadas, sem muitas digressões nem parênteses" (CHARAUDEAU, 2019, p. 181) tornam a explicação luminosa, clara.

8.3.4. Vulcão em erupção

Em 10 de janeiro de 2023, Guilherme Baumhardt iniciou seu espaço de opinião no correio do povo dizendo que "era um tanto óbvio que as chances de assistirmos às cenas que vimos no último domingo, em Brasília, estavam no horizonte. As dúvidas eram a dose de quando o fenômeno ocorreria". A sentença empregada pelo jornalista, no conteúdo intitulado "Vulcão em erupção", vai ao encontro do que afirma Charaudeau (2019, p. 176) a respeito dos espaços utilizados para comentar o acontecimento, na medida em que "o comentário

argumentado impõe uma visão do mundo de ordem *explicativa",* problematizando eventos, construindo hipóteses e impondo conclusões. O próprio título da coluna faz referência a um ditado popular, que remete à agressividade com a qual um vulcão expele magma de seu interior, vez ou outra, de forma abrupta. A expressão pode ser associada a forma como as pessoas podem, mais cedo ou mais tarde, deixar vir à tona sentimentos represados há considerável período de tempo. Logo depois, ele pondera que os acontecimentos eram "como uma mola que é comprimida, comprimida, comprimida. Um dia ela quebra. Ou devolve em um golpe toda a energia acumulada, em uma reação em sentido inverso". Dentro da encenação midiática do comentário, como ensina Charaudeau (2019), a estratégia simples utilizada pelo jornalista busca comparar o contexto dos acontecimentos de 8 de janeiro — onde a população brasileira seria "a mola" e o "golpe" citado seriam as depredações registradas naquelas circunstâncias — para "aproximar o fato particular de um fato próximo à experiência humana amplamente compartilhada (estereótipo), sob uma forma mais ou menos metafórica" (CHARAUDEAU, 2019, p. 181).

No parágrafo seguinte, Baumhardt afirma que "a passagem do tempo será um ingrediente importante para que julgamentos mais certeiros possam ser feitos — inclusive para apurar se havia gente infiltrada, disposta a promover a barbárie". A duplicidade apresentada no comentário ressoa como uma dramatização do acontecimento para assegurar a manutenção do contrato de informação estabelecido previamente com o leitor da coluna, afinal, parte-se do pressuposto de que o conteúdo ali exposto só o é porque do interesse do receptor (Charaudeau, 2019). Em contrapartida, o jornalista afirma que "depredar patrimônio público é atentar contra o próprio bolso — e, em alguns casos, contra a própria história. Se é público significa que é de todos. Meu, seu e, inclusive, de quem participou dos atos", colocando o receptor em posição obrigatória de acompanhar a deliberação acerca do tema. No terceiro bloco, o colunista mantém a estratégia de contrapor a participação dos envolvidos no atentado, ao mesmo tempo em que relata parte dos acontecimentos para embasar a opinião explicitada sobre eles.

> Aqueles que apenas deram uma demonstração de revolta contra os abusos do Supremo Tribunal Federal estão no seu direito. O Congresso Nacional, até segunda ordem, é a Casa do Povo. E, se um dia o povo não puder mais adentrar na casa que dizem ser dele, será o fim. Quem ultrapassou esta linha e vandalizou aquele espaço já se encontra em um segundo grupo e que precisa ser investigado e punido. Depois que a multidão tomou conta do Congresso, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto, não demorou muito para que defensores de movimentos bandoleiros e que desrespeitam a propriedade privada (MST, MTST e afins) classificassem todas as pessoas que lá estavam como baderneiros. Alguns sim, não todos. (BAUMHARDT, Guilherme, 2023, p. 5)

Nos três parágrafos seguintes, já nas linhas finais da produção textual, o colunista comenta acerca de personagens que fizeram manifestações públicas acerca dos acontecimentos

registrados na Praça dos Três Poderes. Dentro da mecânica argumentativa, o jornalista se coloca na posição de avaliador das manifestações, reforçando, mais uma vez, o contrato de comunicação pré-estabelecido, uma vez que "parte do princípio de que o consumidor de informação tem uma relação afetiva com esses tipos de acontecimentos, esperando que o jornalista lhe dê razões para gostar ou detestar" (CHARAUDEAU, 2019, p. 180), seja o ato ou os personagens a ele relacionados. É a partir do comentário que, segundo Charaudeau, o argumentador revela ao leitor o próprio ponto de vista e permite ao leitor tomar um partido. O jornalista ainda pontua afirmando que

> críticas podem e merecem ser feitas aos que ultrapassaram a linha do bom sendo e da razoabilidade. Mas só devem ser levadas a sério aquelas que partirem de gente que sempre condenou atos assim, e não daqueles cujos princípios variam conforme a orientação ideológica — é a turma do não interessa o que se faz ou diz, mas sim de que lado se está. (BAUMHARDT, Guilherme, 2023, p. 5)

A ponderação faz uma referência indireta aos comentários feitos pelas autoridades anteriormente, buscando estabelecer uma relação entre o acontecimento na Praça dos Três Poderes e atos realizados por movimentos que tenham vinculação ideológica diferente daquele apresentado pelos participantes do atentado — já citados, MTST e MST[57]. A construção adotada por Baumhardt pode ser compreendida como um amálgama discursivo provocado pelo duplo desejo de dramatização e simplificação do comentário, onde "colocam-se sob a mesma etiqueta geral fatos particulares, ou fazem-se aproximações ou estabelecem-se" (CHARAUDEAU, 2019, p. 186), comparações que produzem um efeito de acumulação e causalidade, obrigado o receptor a aproximar, em seu imaginário, fatos que não teriam tido o intento de aproximar.

Por fim, o colunista considera o atentado como "um marco, pelos seus aspectos positivos (um povo que se rebela contra a tirania de um dos poderes e a omissão dos demais) e pelos negativos (depredação, vandalismo e destruição)", fazendo uso, desta vez, da estratégia de **legitimação** (Charaudeau; Maingueneau, 2004), colocando-se como detentor de propriedade para assegurar tais características, sem embasar-se cientificamente na alegação. Baumhardt finaliza com uma crítica ao ministro do STF, Alexandre de Moraes, e conclui afirmando que "um vulcão entrou em erupção" em 8 de janeiro, analogia escolhida, neste entendimento, para servir de apoio à análise apresentada por ele. "Esses diferentes procedimentos produzem um efeito de dramatização ao qual o público não pode ficar insensível" (CHARAUDEAU, 2019, p. 182).

[57] Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e Movimento Sem Terra, movimentos sociais que buscam sensibilizar sobre moradia digna e assentamentos rurais, e reforma agrária para produtores.

9. HÁ DISCURSO SEM POSICIONAMENTO?

Correio do Povo e Zero Hora são considerados, atualmente, os principais jornais impressos do Rio Grande do Sul e, principalmente, da capital Porto Alegre. A afirmação não se baseia em qualidade ou quantidade de tiragem, mas pela trajetória que ambos os periódicos possuem e constroem, diariamente, desde antes do século passado. É ingênuo, contudo, acreditar que apenas a história está por trás da credibilidade alcançada por ambos com o decorrer do tempo. O talento dos profissionais que lá passaram, a representatividade que ocuparam e ainda ocupam em um cenário nacional, além do investimento financeiro que possuem e promovem, também completam e ajudam a consolidar os periódicos gaúchos.

As mudanças ocorridas ao longo da história transformaram a maneira como as notícias são produzidas e a forma como os jornais trabalham seus conteúdos. O Correio do Povo, que nasceu e procurou, ao longo do tempo, ser uma mídia independente e sem vínculo com qualquer facção política ou ideológica, hoje, pertence a um grande conglomerado de comunicação. A linha editorial, formado, número de páginas, cores, colunas, anúncios e, até mesmo, forma de transmitir as notícias foi alterada. Apesar de tamanhas mudanças, ainda nos dias de hoje a afirmação de que o Correio do Povo é um jornal que pertence às massas permanece, tendo a história da morte do Papa ainda permeando o imaginário popular, vestígio de que o trabalho começado em 1895 foi, de certo modo, bem-sucedido. O intento de independência, contudo, hoje limita-se às restrições impostas pelo proprietário do jornal, que responde a uma cadeia de outros grandes veículos do Grupo Record de Comunicação. Limitando-se ao conteúdo aqui analisado, percebe-se que as opiniões fortes e taxativas impostas no passado, por Caldas Júnior ainda são preservadas nas opiniões manifestas ao longo do jornal, seja institucional ou de colunistas especializados.

No que se refere ao editorial acerca do 8 de janeiro, o Correio do Povo buscou manter a ponderação e o equilíbrio em sua avaliação. Como se espera de um acontecimento comentado (Charaudeau, 2019), revelou-se um ponto de vista que condenou, de maneira até incisiva, o acontecimento daquele 8 de janeiro de 2023. A defesa às divergências e os debates em uma sociedade democrática mostram cautela na análise, que não se furtou em exibir responsabilização dos envolvidos. Posicionamento similar apresentou a colunista Taline Oppitz, que citou a gravidade do episódio e a tamanha repercussão internacional, seguindo na mesma linha apresentada pela instituição Correio do Povo. Ao dizer que “a tentativa de tomada do poder pela força é a tentativa de um golpe”, a jornalista reforça sua opinião e se coloca em posição de autoridade para tratar do assunto, mas sem deixar de lado a exposição da opinião

que possui acerca do fato, demonstrada quando pede por responsabilização aos envolvidos no atentado.

O mesmo fez o colunista Guilherme Baumhardt, exigindo que os envolvidos no vandalismo e depredações nos prédios de patrimônio público fossem responsabilizados. O jornalista, contudo, posiciona-se de maneira diferente em relação à colega, apesar de fazer uso de recursos semelhantes para desenvolver e embasar os próprios comentários. A forma de utilização dos recursos de análise, analogias desenvolvidas e, até mesmo, do próprio recurso de legitimação, comum nesse tipo de conteúdo, está muito mais aproximado de ponderações ideológicas do que opinativas, mesmo que haja uma linha tênue de divisão entre ideologia e opinião. Essa conclusão se baseia nas afirmações feitas pelo jornalista a respeito, principalmente, de movimentos sociais e às críticas que só seriam aceitas caso feitas por "gente que sempre condenou atos assim", como quem coloca de um lado aqueles que defendem invasões, e de outro os que as rechaçam, independentemente da forma. A qualidade e o caráter do conteúdo exposto por ele, por outro lado, não fazem parte desta análise, fato é que o jornalista fez uso de estratégias discursivas bastante claras para reforçar o contrato de comunicação estabelecido com o público leitor, cuja veemência não é passível de afirmar.

Zero Hora, um jornal que nasceu da morte de outro e que por pouco não vendido para ser irmão do Correio do Povo, hoje não só se sobressai sobre o concorrente, como também apresenta a maior tiragem a nível estadual. A visão empreendedora dos irmãos Sirotsky conseguiu, com o passar do tempo, transformar o periódico em uma potência midiática, que tem filiais em outras regiões do Rio Grande do Sul, como parte do Grupo RBS, repercutindo também em escala nacional. Renovado também para ser independente de facções e poderes políticos, o conglomerado de mídia ao qual pertence também é vinculado a uma grande rede de telecomunicações, o Grupo Globo, o que também impõe limitações e restrições à produção de conteúdo, mas que não são tão perceptíveis porque não há negócios em paralelo acerca da rede — no caso do Correio do Povo, há o vínculo com a Igreja Universal.

Em seu texto editorial, ZH foi direta ao repudiar os acontecimentos de 8 de janeiro, mostrando repúdio às depredações e anuência de alguns poderes na data dos fatos. Nota-se a prevalência de algumas estratégias apresentadas por Charaudeau (2019), como forma de revelar o que não se viu nas reportagens e ilustrações expostas ao longo do periódico, função primordial do acontecimento comentado, segundo o autor. O uso de narração dos acontecimentos, associado às analogias acerca do fato, reforça o intuito de construir um caminho para interpretação e formação da opinião de terceiros, neste caso, do leitor.

No mesmo caminho, seguiu a colunista Rosane de Oliveira, que manifestou sua opinião acerca do fato em diferentes momentos, mesclando com a utilização da narração dos fatos para, enfim, fazer uma avaliação do ocorrido. Ao colocar-se na posição inquisitiva, conta com a responsabilidade do sujeito interpretante para tirar as próprias conclusões a respeito do atentado à Praça dos Três Poderes, estratégia que tem, por finalidade, fortalecer o contato de comunicação (Charaudeau, 2019). Rodrigo Lopes, por sua vez, dedicou-se muito mais a relatar os acontecimentos daquele dia do que a problematizar, elucidar e avaliar o que aconteceu como fizeram os demais. Isso, obviamente, não foi esquecido, mas observa-se a predominância dos artifícios da narração, de relato, da oferta de informação a partir da observação dos acontecimentos. O texto elaborado pelo jornalista se utiliza de fragmentos do acontecimento - que o Charaudeau (2019) descreve como diegese evenemencial - para construí-lo midiaticamente, tendo o fato relatado como estratégia discursiva predominante.

Conclui-se, desta forma, que dentre todas as estratégias discursivas utilizadas pela mídia, a de comentar um determinado acontecimento seja a mais complexa e delicada. Charaudeau (2019) afirma que a credibilidade de um jornalista se constrói, justamente, ao afastar-se do acontecimento para narrar um fato, mas como afastar-se quando uma avaliação só é possível ao transpor o ocorrido? Em formatos opinativos, como crônicas e editoriais, o ponto de partida é, justamente, a análise desenvolvida pelo profissional por ela responsável e, por este motivo, é fundamental, muito mais do que informar a cerca do ocorrido, colocar luz sobre aquilo que ficou às sombras, desvelar o que ficou oculto e instigar o leitor ao raciocínio, independentemente de qual seja.

10. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018;

ARAÚJO, Milena Castro de. **Abordagens das revistas Veja e CartaCapital sobre as manifestações do dia 8 de janeiro de 2023**. 2024. 89 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023;

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Editora Vozes, 2011;

ARENDT, Hannah. **O que é política?**. Editora Bertrand Brasil, 2018;

BAUMHARDT, Guilherme. **Vulcão em Erupção**. Correio do Povo, Porto Alegre, 10 de janeiro de 2023. Política;

BOAVENTURA, Renato Pereira. **Bolsonarismo e o conceito freudiano de "massa"**: um estudo da depredação das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Ufscar, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/19056>. Acesso em: 31 de ago. 2024;

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas – um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019. 304p.

CALDAS, Breno; MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L&PM, 1987. 160p.

CANIATO, Bruno. Com Lula, Globo supera Record e lidera em verbas publicitárias do governo. **VEJA**, São Paulo, 17. nov. 2023. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/com-lula-globo-supera-record-e-lidera-em-verbas-publicitarias-do-governo>;

CARVALHO JÚNIOR, N. R.; CARVALHO, R. S. P. **Bolsonarismo e desdemocratização:** o alerta nas conquistas de cidadania e consolidação democrática. In: VI Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, 2019, Ribeirão Preto - SP. Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania. Ribeirão Preto - SP: UNAERP, 2019. v. 7. p. 224-245;

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed., 4.ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

___. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011.

____. **Uma análise semiolingüística do texto e do discurso.** In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27., 2005.

_____. **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual.** In: Ida Lucia Machado e Renato de Mello. Gêneros reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário da análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2017;

COSENZA, Apoena C. The march on Crasilia: an interpretation of bolsonarist actions in preparation for the january 8, 2023 insurrection. In: The Planalto Riots. Making and Unmaking a Failed Coup in Brazil. **Theory on Demand,** v. 51 Institute of Network Cultures, Amsterdam, 2024. p. 67-78. Disponível em: <https://networkcultures.org/blog/publication/the-planalto-riots-edited-by-lou-caffagni-isabel-lofgren-gizele-martins-and-paola-sartoretto/>;

DA FROTA, Hidemberg Alves. **Os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023**: narcisismo coletivo e regressão social. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS, v. 26, n. 51, p. 55-80, Jan./jun, 2024. Disponível em: <https://www.unigran.br/dourados/revistas/juridica?trabalho=1747. Acesso em: <31 de ago. 2024.

DE SOUSA, Bharbara Bonelle; FIGUEIRA, Mayra Duarte; DE SOUZA JÚNIOR, Rivaldo Capistrano. **Manifestações em Brasília no período pós-eleitoral**: uma análise textual-discursiva da violência verbal na construção do ethos em discurso nativo digital do Twitter. Revista (Con) Textos Linguísticos, v. 17, n. 37, p. 209-228, 2023. Disponível em: < https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/issue/view/1573>. Acesso em: 31 de ago. 2024;

DE SOUZA, Rose Mara Vidal; LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino. **Disinformation at the Service of Chaos: Communication in Brazil after the January 8 attacks**. Journal of Latin American Communication Research, v. 11, n. 1, p. 4-17, 2023.

DIBAI, P.; DALMONTE, E. **A militância bolsonarista em redes online: polarização afetiva e os impactos à comunicação democrática.** Revista Eco-Pós, v. 25, n. 2, p. 142-168, 2022;

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** Edusp, 2022.

FIGUEIROA, Juliana Ângela LAPENDA; DA ROCHA, Heitor Costa Lima**. Jornalismo, democracia e objetividade**: uma reflexão sobre a cobertura de manifestações bolsonarista. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 46., 2023, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Disponível em: < https://portalintercom.org.br/anais/nacional2023/listaGP.php?gp=48>. Acesso em: 31 de ago. 2024;

FELIPPI, Ângela. **O processo produtivo do jornal Zero Hora:** a estratégia do "localismo". Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, núm. 34, diciembre, 2007, pp. 95-100. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550190013.pdf>. Acesso em 03 de set. 2024;

FILHO, Adelmo Genro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I Nº 1 - 1º Semestre de 2004;

FOUCAULT, Michel, 1926-1984**. A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987;

FRAGA, Gerson Wasen. **Brancos e Vermelhos:** a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939). 2004.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro**. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil.** 12º Encontro da ABCP, 2020.

GALVANI, Walter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 568 p.

GARROSSINI, Daniela Fávaro et al**. As redes sociais, a fabricação de manifestações populares e os atentados contra a democracia em 8 de Janeiro de 2023**. Journal of Latin American Communication Research, 2023, v. 11, p. 34-48.

HOHLFELDT, Antonio. **Comunicação e Estado: Imaginário, manipulação, participação**. Curitiba: Interin, vol. 2, núm. 2, 2006, pp. 1-24;

KELNER, L., Azevedo; G. A. R.; LIMA, R. H. F. de. (2024). **A defesa da democracia enquanto política constitucional**: reflexões prospectivas dos atos de 08 de janeiro de 2023 para além do punitivismo estatal. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, Curitiba, v.22, n.4, p. 01-16. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n4-078>. Acesso em: 01 de set. 2024;

KORQUIEVICZ, Francislainy et al. **A restauração dos bens culturais destruídos nos atos de 8 de janeiro de 2023 como meio de fortalecer o estado democrático de direito.** Humanidades & Inovação, v. 10, n. 7, p. 47-56, 2023.

LAGE, Nilson. **A bolha ideológica e o destino do jornalismo**. Revista Alceu, n. 3, 2001;

___. **Ideologia e técnica da notícia.** 3ª ed. - Ufsc-Insular, 2001;

LEÃES, Eduardo Terres**. Coluna política e agendamento: a "página 10" do Jornal Zero Hora** / Eduardo Terres Leães – Porto Alegre: 2009;

LEITE JUNIOR, E. F. **A objetividade no gênero opinativo: o caso da coluna política.** In: XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: < https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0520-1.pdf>. Acesso em: 13 de fev. 2023;

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LOPES, Rodrigo. **O maior atentado à democracia brasileira desde 1964**. Zero Hora, Porto Alegre. 9 de jan. 2023. Diários do Poder;

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Invasão ao Capitólio: um ataque à democracia mundial**. [Entrevista a Eric Raupp]. Direto ao Ponto. Porto Alegre: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V8rJlueIOXg&fbclid=IwAR21JBGbOh5xUTV82vxHxgQ7OYh628uHN4BvQ3ttkW8KKjMNtmHV-KOPShY>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MARQUESI, Sueli Cristina; DA SILVA, Ananias Agostinho. Plano de texto, construção de sentidos e violência verbal em uma crônica anunciada: Brasília, 8 de janeiro de 2023. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 17, n. 37, p. 54-73, 2023. Disponível em: < https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/issue/view/1573>. Acesso em: 31 de ago. 2024;

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. Editora Contexto, 2009. Acesso em: 13 de fev. 2023. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=AdBnAwAAQBAJ&lpg=PT7&ots=j6kCN4WaSD&dq=JORNALISMO%20POL%C3%8DTICO%20Franklin%20Martins&lr&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>;

MARTINS, Gizele. Governos autoritários na democracia brasileira: a origem política do 8 de janeiro. In: The Planalto Riots. Making and Unmaking a Failed Coup in Brazil. **Theory on Demand,** v. 51 Institute of Network Cultures, Amsterdam, 2024. p. 118-126. Disponível em: < https://networkcultures.org/blog/publication/the-planalto-riots-edited-by-lou-caffagni-isabel-lofgren-gizele-martins-and-paola-sartoretto/>. Acesso em: 31 de ago. 2024;

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. L&PM Pocket, 1980;

MELO, José Marques de. **A opinião do jornalismo brasilei**ro. Petrópolis: Vozes, 1985;

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso.** Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001;

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1968).** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 3,2 Mb; e-PUB.

OLIVEIRA, Rosane de. **Terrorismo em Brasília é pior do que a invasão no Capitólio**. Zero Hora, Porto Alegre. 9 de jan. 2023. Política Mais;

OPPITZ, Taline. **Vandalismo, invasões e crimes no centro do Poder.** Correio do Povo, Porto Alegre, 9 de janeiro de 2023. Política;

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Linguagem, instituições e práticas sociais** / organização de Eni P. Orlandi, Débora Massmann e Andrea Silva Domingues. – Pouso Alegre: Univás, 2018. 212p. – (Coleção Linguagem & Sociedade);

___. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

PENA, Felipe. **A Teoria do Jornalismo no Brasil – após 1950.** São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em: <http://felipepena.com/site/artigos/A%20Teoria%20do%20Jornalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2024;

Record compra jornal Correio do Povo, de Porto Alegre. **Estadão**. São Paulo, 13. mar. 2007. Disponível em: < https://www.estadao.com.br/economia/mercados/record-compra-jornal-correio-do-povo-de-porto-alegre/#:~:text=O%20jornal%20Correio%20do%20Povo,editores%20e%20funcion%C3%A1rios%20do%20jornal.> Acesso em: 31 de ago. 2024;

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo.** 3 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. Porto Alegre, 2003;

SANTI, Marcelo de. **8 de janeiro - Democracia Restaurada**. *Senado Federal*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2024/01/04/8-de-janeiro-democracia-restaurada>. Acesso em: 01 de set. 2024;

___. **RBS: Da voz-do-poste à multimídia**. Porto Alegre: L&PM, 2002. 206p.

___. **Jaime Sirotsky, diplomata da comunicação: de menino de Passo Fundo a cidadão do mundo.** Porto Alegre: Palotti, 2005. 128p.

SILVA, Juremir Machado da**. Correio do Povo**: a primeira semana de um jornal centenário. Porto Alegre: Sulina, 2015. 174 p.

___. O que pesquisar quer dizer. 5 ed. – Porto Alegre: Sulina, 2021. 111p.

SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. **Página 10 e PT: jornalismo e política na sociedade de comunicação.** 2002;

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **Memória, história e poder: a implantação dos meios de comunicação no Brasil**. Logos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: FCS/UERJ, v. 7, n.2, p. 5-10, 1997;

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975;

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966;

TAVARES, Aderruan. Das Manifestações de Junho de 2013 à intentona de 8 de Janeiro: breve análise sob a perspectiva d'O Constitucionalismo Achado na Rua. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo et al. **Constitucionalismo achado na rua**: uma contribuição do direito e dos direitos humanos constitucionais. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2024. Disponível em: < https://www.academia.edu/download/111962162/Aderruan_Tavares_Das_Manifestacoes_de_Junho_de_2013_a_intetona_de_8_de_Janeiro_O_Constitucionalismo_Achado_na_Rua..pdf> Acesso em: 31 de ago. 2024;

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 3ed. rev. 2012. 224 p.

___. **Teorias do jornalismo (Vol. II)**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005. 216 p.

TUZZO, S. A.; TEMER, A. C. R. P. (2024). **Recursos diferenciados na cobertura dos atos de janeiro de 2023 em Brasília**: Jornalismo sob ataque. *Paradoxos, 9 (Contínua)*, 1–17. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/par-v9-e2024-01>. Acesso em: 01 de set. 2024;

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. **Direita religiosa e partidos políticos no Brasil:** os casos do PRB e do PSC. Teoria e cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. v. 13 n.2 julho - dezembro 2018, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2018. Disponível em: < https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/issue/view/631>. Acesso em: 31 de ago. 2023;

Jair Bolsonaro repete que não "estupra" Maria do Rosário porque ela "não merece". **Zero Hora**, Porto Alegre, 9.12.2014. Geral. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/Jair-Bolsonaro-repete-que-nao-estupra-Maria-do-Rosario-porque-ela-nao-merece-4659789.html.

11. ANEXOS

A. Objetos da análise no jornal Correio do Povo.

CORREIO DO POVO

ANO 128 | Nº 101 PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2023 RS, SC, PR - R$ 4,00 | POA - R$ 3,50

DEMOCRACIA SOB ATAQUE

PLANALTO, CONGRESSO E SUPREMO SÃO INVADIDOS E DEPREDADOS NO MAIOR ATENTADO CONTRA OS PRÉDIOS DOS PODERES DA REPÚBLICA

"Não tem precedente na história do país o que fizeram hoje. Por isso devem ser punidos. **Luis Inácio Lula da Silva**, presidente do Brasil

"Repudio veementemente esses atos antidemocráticos, que devem sofrer o rigor da lei com urgência. **Rodrigo Pacheco**, presidente do Senado e do Congresso Nacional

TON MOLINA / AFP / CP

PODER EXECUTIVO

"O STF atuará para que os terroristas sejam devidamente julgados e exemplarmente punidos. **Rosa Weber**, presidente do Supremo Tribunal Federal

"O Congresso jamais negou voz a quem queira se manifestar. Mas nunca dará espaço para o vandalismo. **Arthur Lira**, presidente da Câmara dos Deputados

PRESIDENTE CONDENA ATOS E PEDE PUNIÇÃO EXEMPLAR

LULA DECRETA INTERVENÇÃO NA SEGURANÇA DO DISTRITO FEDERAL E DIZ QUE TODOS SERÃO IDENTIFICADOS E PUNIDOS

SCARLETT ROCHA / AGIF / AGÊNCIA DE FOTOGRAFIA / ESTADÃO CONTEÚDO / CP

PODER LEGISLATIVO

TON MOLINA / FOTO ARENA / ESTADÃO CONTEÚDO / CP

PODER JUDICIÁRIO

APÓS DEPREDAÇÕES
Ao menos 200 pessoas foram presas em flagrante

SEM REPRESSÃO
Atuação da polícia do Distrito Federal gera críticas

CONIVÊNCIA INVESTIGADA
AGU pede a prisão do secretário de Segurança Pública

REFORÇO NO EFETIVO
Tropa de Choque da Brigada Militar vai a Brasília

REPERCUSSÃO NO MUNDO
Líderes políticos internacionais repudiam invasão

PÁGINAS 3, 4, 5, 7, COLUNA DA TALINE OPPITZ E EDITORIAL

OPINIÃO

opiniao@correiodopovo.com.br

TWITTER @correio_dopovo | FACEBOOK CorreioDoPovo | INSTAGRAM correiodopovo | YOUTUBE correiodopovoplay | WHATSAPP (51) 99319-2245 | SPOTIFY Correio do Povo

EDITORIAL

A democracia confrontada

O regime republicano pressupõe o convívio entre opiniões diferentes, a alternância de poder e ferramentas eficientes para que os eleitores possam se manifestar nas urnas e eleger seus representantes, prevalecendo a vontade da maioria. Esse sistema tem nome e se chama democracia. O Brasil é um país democrático, com uma Constituição voltada ao interesse público e plena na garantia dos direitos individuais e coletivos. Portanto, apta a dar conta das demandas legítimas da coletividade. Mas isso não significa que ela possa ser confrontada impunemente nem que a legitimidade das instituições possa ser alvo de ataques violentos e criminosos.

Sob esse ponto de vista, nada justifica a ação de manifestantes em Brasília, que, ultrapassando os limites colocados pelas forças policiais do Distrito Federal, invadiram e depredaram as dependências do palácio presidencial, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de um ataque inaceitável à sede dos poderes constituídos e que precisa receber a devida resposta por parte dos entes atacados, no caso a União e a unidade federativa que constitui a capital do país. Espera-se uma imediata reação para conter a ação dos vândalos, bem como a identificação deles a fim de apurar responsabilidades.

> O caminho da violência, quando um grupo quer impor pela força suas convicções, nunca deve ser uma opção e ela, quando adotada como prática por desajustados sociais, deve ser coibida com o rigor da lei.

É preciso que se diga que as divergências são saudáveis e até necessárias dentro de uma sociedade democrática. É dentro da tolerância e do respeito às diferenças que se deve dar o necessário embate de ideias. Todavia, o caminho da violência, quando um grupo quer impor pela força suas convicções, nunca deve ser uma opção e ela, quando adotada como prática por desajustados sociais, deve ser coibida com o rigor da lei, com os autores das condutas autoritárias recebendo a punição devida.

Agora, de novo, estamos às voltas com mais um episódio de afronta aos princípios democráticos. Certamente, o país manterá seu rumo de estabilidade e as tentativas de retrocesso serão totalmente derrotadas.

CHARGE

Amorim

DO LEITOR

Renato Panattieri

doleitor@correiodopovo.com.br ou via redes sociais

CP Central 6/1

Os problemas da seca

Todos os anos acontecem as secas e as enchentes e os transtornos de cada um desses fenômenos. Ao que tudo indica, teremos períodos de calor intenso e a falta de chuvas aqui no Rio Grande do Sul. Reportagem ampla sobre os problemas da estiagem (**CP**, 6/1) mostra os problemas na Zona Sul da Capital e fronteira-oeste do Estado e as consequências para a criação de animais e para a agricultura. E bem próximo a nós, aqui na Região Metropolitana e Vale dos Sinos, as comunidades registram prejuízos e já pensam em decretar situação de emergência. Moradores da Zona Sul de Porto Alegre estão improvisando piscinas como reservatórios de água para minimizar a falta de água nas torneiras. Precisamos da ajuda das autoridades.

Margarida D. de Souza
Porto Alegre, via e-mail

Enchentes nos rios brasileiros

Todos os prefeitos que sofrem com enchentes e inundações em seus municípios provocados pelas fortes chuvas e inundações desta estação de verão que se inicia em todo território brasileiro devem buscar ajuda no Ministério da Integração Nacional e providenciar a limpeza e o desassoreamento dos córregos e rios que cortam todas as cidades brasileiras, que estão infestados de entulhos e sedimentos provocados pelas chuvas, que levam todo tipo de material para dentro dos leitos dos rios. Essa é a grande oportunidade para evitar outras inundações, pois esse tipo de serviço há mais de 20 anos não é feito nos leitos dos rios. Vamos torcer pelo novo governo e que o povo brasileiro possa ter um pouco de sossego com as chuvas que não marcam hora para cair.

CP +Domingo 25/12

José Pedro Naisser
Curitiba (PR)

Problemas para resolver

Assistimos com indignação aos aumentos salariais da classe política e categorias privilegiadas do setor público, com salários polpudos sacrificando os pagadores de impostos, os empreendedores e as classes mais necessitadas da sociedade. Os aposentados, pensionistas, funcionários que recebem o piso estão há anos com míseros salários ou sem correção e com descontos em suas folhas. No Estado, o percentual para investimento, o retorno para a sociedade, gira em torno de 18% de toda arrecadação. A classe política deveria resolver logo essa questão, caso contrário a sociedade terá de sustentar um elefante branco.

Antonio Oliveira, Passo Fundo, via e-mail

ARTIGO

opiniao@correiodopovo.com.br

LC 194/2022: compensação já ou nova farsa!

Paulo Ricardo Saldanha Guaragna e Marcelo Ramos de Mello
Auditor Fiscal da Receita Estadual aposentado, especialista em Direito e Economia Internacional pela ESAF-União Europeia e escritor.
Auditor Fiscal da Receita Estadual, máster em Administração e Gestão Pública pela Universidad de Alcalá de Henares - Espanha.

Pressionado pelo governo federal após uma absurda decisão do STF determinando que as alíquotas de combustíveis, comunicação e energia elétrica não poderiam ser superiores à alíquota modal do ICMS, o Congresso Nacional, quebrando o pacto federativo, aprovou, em junho de 2022, a inconstitucional Lei Complementar 194/22. Passados cinco meses de sua aplicação, temos o efeito deletério de perda de R$ 2,8 bilhões na arrecadação do ICMS no RS em 2022, projetando uma perda de R$ 6,72 bilhões em 2023.

É a repetição da fórmula que sufoca os estados desde a famigerada Lei Kandir de 1996, combinada com a renegociação das dívidas de 1998: a União retira receita dos estados e impõe juros exorbitantes e inconstitucionais que tornam a dívida interminável, pois os pagamentos não são suficientes para liquidá-la.

A história se repete como farsa, alguém já disse. Mas, no caso da LC 194/22, combinada com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a farsa se transformou em tragédia. A adesão ao regime não passa de um "empurrar com a barriga" a gigantesca dívida estadual de mais de R$ 75 bilhões para, ao final do período, "engordar" a conta em mais R$ 25,6 bilhões, levando-a ao patamar de mais de R$ 100 bilhões, em 2031, a valores de hoje.

Para se ter uma ideia da magnitude dos valores, em 2023, o total com o pagamento de amortização e juros da dívida sem o RRF seria de R$ 6,504 bilhões, valor quase idêntico à perda provocada pela LC 194/22. Não há compensação permanente de perdas arrecadatórias nem redução de dívidas na LC 194/22 e no RRF, todavia, pelo acima exposto, deveria haver. Em outras palavras, ao invés de "empurrar a dívida", essa perda de ICMS de R$ 6,72 bilhões, totalizando ao redor de R$ 60 bilhões durante o Regime, teria que ser integralmente computada como pagamento desta.

A busca pela compensação é a postura que se espera do governo gaúcho, pois, afinal de contas, durante a campanha eleitoral, o presidente disse que chamaria os governadores para fazer um grande acordo sobre as dívidas estaduais ainda em janeiro. Se isso não acontecer, estaremos novamente assistindo à mesma farsa de 1996, quando os estados perderam recursos (mais de R$ 6 bilhões anuais no RS) com a Lei Kandir em troca de uma compensação que não cobriu mais do que 10% das reais perdas de ICMS.

Os artigos publicados com assinatura nesta página não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores. Podem ser enviados para o e-mail **opiniao@correiodopovo.com.br**. As cartas para o Correio do Leitor, com assinatura, endereço, número da identidade e telefone de contato para confirmação deverão ser enviadas para a Diretoria de Redação do Correio do Povo, na rua Caldas Júnior, 219, CEP 90019-900, ou pelo e-mail **doleitor@correiodopovo.com.br**. Por razões de clareza ou espaço, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

GRUPO RECORD RS
CORREIO DO POVO
FUNDADO EM 1° DE OUTUBRO DE 1895
EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE
Sidney Costa | scosta@correiodopovo.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO
Telmo Ricardo Borges Flor | telmo@correiodopovo.com.br

DIRETOR COMERCIAL
João Müller | jmuller@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Fones (51) 3216.1600 e 0800.0099100
atendimento@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO PRESENCIAL
Rua Caldas Júnior, 219
das 8h30min às 17h

REDAÇÃO
Rua Caldas Júnior, 219 - Porto Alegre, RS
CEP 90019-900 | Fone (51) 3215-6111

FILIADO: IVC Instituto Verificador de Circulação | ANJ Associação Nacional de Jornais

COMERCIAL
Atendimento às Agências
Fone (51) 3215.6169

Teleanúncios
Fone (51) 3216.1616
anuncios@correiodopovo.com.br

OPEC
Operação Comercial
Fone (51) 3215.6101, ramais 6172 e 6173
opec@correiodopovo.com.br

VENDA DE ASSINATURA
Fone (51) 3216.1606

Modalidade	Capital-POA	Interior RS/SC/PR
Digital (todos os dias)	R$ 39,90	R$ 39,90
Impresso Sáb./Dom.	R$ 58,60	R$ 60,40
Impresso Seg. a Sex.	R$ 77,20	R$ 79,40
Impresso Seg. a Dom.	R$ 89,20	R$ 91,30

VENDA AVULSA
Capital-POA: R$ 3,50
Interior/RS, SC e PR: R$ 4,00
Demais Estados: R$ 6,00 mais frete

POLÍTICA

TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Vandalismo, invasões e crimes no centro do poder

A tentativa de ação preventiva do ministro da Justiça, Flávio Dino, de acionar antecipadamente as forças federais disponíveis em Brasília e no Distrito Federal, para conter movimentos contra a democracia e o resultado das eleições, acabou frustrada. As ações já vinham acontecendo de forma dispersa nos últimos dias e chegaram ao ápice, neste domingo, com a invasão dos prédios dos três poderes da República por grupos bolsonaristas, que reuniram milhares. A narrativa dos defensores desses atos até aqui caiu por terra. O grave episódio, com repercussão internacional, evidenciou investidas violentas, vandalismos e crimes, na prática, sendo cometidos em nome da Pátria, em um discurso que não para em pé. O ato, anunciado, o efetivo policial e a forma de ação para conter a invasão evidenciam ainda descaso do governo do DF. A tentativa de tomada do poder pela força é a tentativa de um golpe. E não irá prosperar em função da atuação das instituições, que já defendiam intervenção federal no meio da tarde devido à gravidade das ações. Se faltava algo para uma investida mais incisiva contra os atos, agora todas os limites foram ultrapassados. Defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro, de atuar dentro das quatro linhas da Constituição, também foram por água abaixo. Bolsonaro está fora do país, mas sempre que pôde fez discursos dúbios, que acabaram por inflamar seus militantes. O que se viu em Brasília, exatamente uma semana após a posse de Lula, de invasão e quebradeira no Congresso, do Supremo Tribunal Federal e do Planalto, são ações inconstitucionais e criminosas. O Brasil passou a ter para chamar de seu um episódio que entrou para a história, manchando a democracia americana, que foi a invasão do Capitólio em janeiro de 2021. As similaridades não são meras coincidências. Resta saber o que será feito por aqui. A demissão do secretário de Segurança do DF, Anderson Torres, deve ser apenas o início das responsabilizações que precisam ocorrer, como o pedido de prisão da AGU. No fim do dia, o presidente Lula fez uma forte manifestação, classificando o episódio como sem precedentes e afirmando que os vândalos e seus financiadores serão punidos. Lula decretou ainda a intervenção federal na segurança do DF.

Agência será criada pelo governo

O secretário do Desenvolvimento Econômico, Ernani Polo (PP), conversou com o governador Eduardo Leite nesta semana sobre uma ação que está projetando para a pasta. Será criada uma agência de promoção de produtos gaúchos. A iniciativa será colocada em prática com recursos do Executivo e com o apoio de entidades como a Federasul e a Fiergs.

Servidores da Fazenda estão 'indignados'

Pricilla Maria Santana ainda nem assumiu a secretaria da Fazenda e já se tornou alvo preferencial dos servidores da pasta. Após críticas à escolha de seu adjunto, que atua com ela no Tesouro Nacional, funcionários do setor, que sustentam que a medida é ilegal, estão ainda mais furiosos com informações recebidas, de que mais cinco nomes que atuam em Brasília irão integrar a equipe da secretária na Fazenda. "Ela está montando um bunker no 5º andar da secretaria. Será uma intervenção? A categoria está indignada", diz uma das mensagens trocadas em grupos de WhatsApp. A PGE está trabalhando em parecer, como adiantou a coluna, defendendo a legalidade de um adjunto que não integre o quadro de carreira. Resta saber quais serão as ocupações dos demais convidados por Pricilla e as normais legais que regem as funções.

APARTES

■ Integrantes do União Brasil estranharam o tratamento recebido pelo governador Eduardo Leite (PSDB), que havia prometido um retorno sobre o impasse na definição do comando da Secretaria Estadual de Habitação.

■ **A partir desta semana, aliás, começarão as negociações e brigas por cargos do segundo escalão e administração indireta do governo.**

■ Está confirmado o ingresso do deputado estadual Tiago Simon (MDB), que não se reelegeu, no secretariado do prefeito Sebastião Melo (MDB). A pasta, no entanto, ainda não foi definida pelo prefeito.

■ O vandalismo deste domingo foi a gota d'água e um belo tiro no pé.

Colaborou Mauren Xavier

Autoridades condenam invasões e depredações

As imagens e vídeos dos ataques aos prédios dos três poderes da República geraram declarações de repúdio e pedidos de punição

Políticos, autoridades e entidades brasileiras repudiaram a invasão feita por grupos radicais ao Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto, em Brasília, na tarde de ontem. Em manifestações feitas pelas redes sociais, eles lamentaram o ocorrido e pediram a identificação e punição de todos os envolvidos. Entre os governadores que se manifestaram, um deles o do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, as declarações foram no sentido de garantir que atos semelhantes não seriam tolerados.

MANIFESTAÇÕES

■ **Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco:** Na ação, estão empenhadas as forças de segurança do Distrito Federal, além da Polícia Legislativa do Congresso. Repudio veementemente esses atos antidemocráticos que devem sofrer o rigor da lei com urgência.

■ **Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira:** O Congresso Nacional jamais negou voz a quem queira se manifestar pacificamente. Mas nunca dará espaço para a baderna, a destruição e o vandalismo. Os responsáveis que promoveram e acobertaram esse ataque à democracia brasileira e aos seus principais símbolos devem ser identificados e punidos na forma da lei.

■ **Ministro da Justiça, Flávio Dino:** Essa absurda tentativa de impor a vontade pela força não vai prevalecer. O Governo do Distrito Federal afirma que haverá reforços. E as forças de que dispomos estão agindo. Estou na sede do Ministério da Justiça.

■ **Líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues:** Acabei de falar com o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, e fui informado que todas as providências legais estão sendo tomadas. Um recado aos democratas: vamos nos unir!

■ **Presidente nacional do PT, Gleisi Hoffman:** Governo do DF foi irresponsável frente à invasão de Brasília e do Congresso Nacional. É um crime anunciado contra a democracia, contra a vontade das urnas e por outros interesses.

■ **Presidente do Republicanos, Marcos Pereira:** Os atos de vandalismo que estão ocorrendo hoje em Brasília são reprováveis sob todos os aspectos. Nós do Republicanos repudiamos qualquer manifestação que ultrapasse os limites democráticos, seja ela da direita ou da esquerda.

■ **Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite:** As cenas criminosas que vemos em Brasília, com barbárie e terrorismo no Congresso, STF e Palácio do Planalto são absolutamente inaceitáveis em nossa democracia. No RS, estamos com as forças de segurança prontas para resposta FIRME e IMEDIATA diante de qualquer tentativa de subversão da ordem.

■ **Ex-presidente Jair Bolsonaro:** Manifestações pacíficas, na forma da lei, fazem parte da democracia. Contudo, depredações e invasões de prédios públicos como ocorridos hoje, assim como os praticados pela esquerda em 2013 e 2017, fogem à regra. Ao longo do meu mandato, sempre estive dentro das quatro linhas da Constituição respeitando e defendendo as leis, a democracia, a transparência e a nossa sagrada liberdade. No mais, repudio as acusações, sem provas, a mim atribuídas por parte do atual chefe do executivo do Brasil.

■ **Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas:** Para que o Brasil possa caminhar, o debate deve ser o de ideias e a oposição deve ser responsável, apontando direções. Manifestações perdem a legitimidade e a razão a partir do momento em que há violência, depredação ou cerceamento de direitos. Não admitiremos isso em São Paulo.

■ **Presidente do PL, Valdemar Costa Neto:** É um dia triste para a nação brasileira. Não podemos concordar com a depredação do Congresso. Quero dizer a vocês que condenamos veementemente este tipo de atitude.

PORTO ALEGRE

Manifestantes 'marcham' pelas ruas

No mesmo dia em que o Congresso, Planalto e STF foram invadidos por grupos radicais, manifestantes voltaram a ocupar ontem as vias no entorno da sede do Comando Militar do Sul (CMS), no Centro Histórico de Porto Alegre. O grupo se reuniu no local, de onde partiu em caminhada pelas ruas 7 de Setembro, dos Andradas e Bento Martins. Cerca de 300 pessoas participaram do ato. Chamava a atenção a presença de muitos idosos. Munidos com bandeiras do Brasil, os manifestantes entoaram gritos com pedidos de intervenção. A BM acompanhou a mobilização, desde a chegada até o fim da caminhada.

No final da manhã, ao menos 40 pessoas se reuniram na frente da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas. Com bandeiras do Brasil e faixas com os dizeres "o poder emana do povo", o grupo permaneceu junto ao CMS. Não houve bloqueio do trânsito.

À noite, o governador Eduardo Leite (PSDB) convocou uma reunião de emergência, no Palácio Piratini, com a cúpula da segurança e com secretários do governo para avaliar a crise provocada pelos atos extremistas em Brasília e a resposta do Rio Grande do Sul, em sintonia com os demais governadores.

MAURO SCHAEFER

Participantes do ato no Centro da Capital voltaram a pedir intervenção militar

Congresso: criação de CPI e revisão de lei são reações

Pedido no Senado tem mais assinaturas que o necessário para a CPI ser protocolada, e líder do governo quer alterar a Lei Antiterrorismo

O pedido para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos antidemocráticos no domingo ultrapassou o mínimo de assinaturas necessárias para ser protocolada no Senado. O pedido, de autoria de Soraya Thronicke (União-MS), obteve no início da tarde de ontem o apoio de 31 senadores, sendo que o mínimo exigido são 27 assinaturas. "Alcançamos agora um número maior do que o necessário para a abertura da CPI dos Atos Antidemocráticos no Senado. Agradeço a todos os colegas que apoiaram a iniciativa. A democracia é sagrada! Muitos percebem somente depois que a perdem. No nosso Brasil ela sobreviverá", escreveu Soraya em uma rede social. Entre os signatários estão Davi Alcolumbre (União-AP) e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), além de Marcos do Val (Podemos-ES) e Eduardo Braga (MDB-AM), ambos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O pedido precisa ser votado e aprovado no plenário do Senado. Conforme o presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB), a comissão deve começar a funcionar em fevereiro, após a nova legislatura tomar posse.

"O Congresso não recuará diante de golpistas. Vamos instalar CPI do terrorismo e do

JEFFERSON RUDY / AGÊNCIA SENADO / CP

Vândalos causaram depredação no Senado durante invasão de domingo

dia da infâmia", disse Randolfe, em conversa com jornalistas ontem. Ele garantiu ainda que vai trabalhar para aperfeiçoar a Lei Antiterrorismo no país. As penas da lei, de acordo com o líder, serão revistas. "Não pode, esse tipo de crime, as penas serem de quatro, cinco, seis, oito anos. Tem que ter pena exemplar para isso", declarou Randolfe. O senador também citou que a aplicação da lei do Estado Democrático de Direito, aprovada em 2021, é medida possível, mas terá complementação de outras ações que o Congresso deve tomar.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, a bancada do PSol também pediu ontem a criação de uma CPI para investigar os ataques. A ideia dos deputados é apurar quem são os organizadores e financiadores desses atos, com a previsão de cassação em caso de entes políticos, assim como investigar a conduta de forças de segurança pública e governadores que possam estar prevaricando em seu cargo. São necessárias no mínimo 171 assinaturas.

Trecho do requerimento fala sobre "fortes indícios que apontam para a existência de uma organização criminosa" buscando manter um "clima constante de guerra e violência", rechaçando serem atos isolados. A deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSol) reforça que o partido também solicitou, há uma semana, junto ao STF a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro.

RIO GRANDE DO SUL

Protestos são esvaziados na Capital e RM

Manifestantes esvaziaram completamente ontem pela manhã os protestos realizados desde o início de novembro do ano passado em Porto Alegre e região Metropolitana. A desocupação acontece um dia depois da invasão em Brasília. Pontos até então tradicionais de mobilização, como o entorno do Comando Militar do Sul (CMS), no Centro Histórico da Capital, estavam apenas com a presença do 9º Batalhão de Polícia Militar.

As retiradas foram pacíficas. Junto à sede do 16º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, em São Leopoldo, no Vale do Sinos, uma manifestante chorou em frente ao local, pedindo apoio do Exército contra a ação da BM. Ali, policiais militares em oito viaturas removeram gazebos e materiais, como mesas e alimentos. Duas outras viaturas da Guar-

GUILHERME ALMEIDA

Em frente ao quartel em São Leopoldo, BM removeu estruturas montadas

da Civil Municipal apoiaram a retirada, bem como a Força Tática do 25º Batalhão de PM.

Em frente à Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, a retirada aconteceu no início da manhã. Foram removidos gazebos instalados no canteiro central da avenida Getúlio Vargas, via lateral à BR-116 que dá acesso ao complexo. Agentes da PRF e da BM seguiram no local.

Leia mais de Economia no correiodopovo.com.br

GUILHERME BAUMHARDT

gbaumhardt@radioguaiba.com.br

O jornalista apresenta, de segundas a sextas a partir das 7h, o programa Agora, na Rádio Guaíba

Vulcão em erupção

Era um tanto óbvio que as chances de assistirmos às cenas que vimos no último domingo, em Brasília, estavam no horizonte. As dúvidas eram a dose e quando o fenômeno ocorreria. É como uma mola que é comprimida, comprimida, comprimida. Um dia ela quebra. Ou devolve em um golpe toda a energia acumulada, em uma reação em sentido inverso.

A passagem do tempo será um ingrediente importante para que julgamentos mais certeiros possam ser feitos – inclusive para apurar se havia gente infiltrada, disposta a promover a barbárie. Ainda assim, algumas coisas parecem bastante claras. Depredar patrimônio público é atentar contra o próprio bolso – e, em alguns casos, contra a própria história. Se é público significa que é de todos. Meu, seu e, inclusive, de quem participou dos atos. E aí cabe a primeira linha de corte.

Aqueles que apenas deram uma demonstração de revolta contra os abusos do Supremo Tribunal Federal estão no seu direito. O Congresso Nacional, até segunda ordem, é a Casa do Povo. E, se um dia o povo não puder mais adentrar na casa que dizem ser dele, será o fim. Quem ultrapassou esta linha e vandalizou aquele espaço já se encontra em um segundo grupo e que precisa ser investigado e punido.

> As dúvidas eram a dose e quando o fenômeno ocorreria. É como uma mola que é comprimida, comprimida, comprimida. Um dia ela quebra. Ou devolve em um golpe toda a energia acumulada, em uma reação em sentido inverso.

Depois que a multidão tomou conta do Congresso, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto, não demorou muito para que defensores de movimentos bandoleiros e que desrespeitam a propriedade privada (MST, MTST e afins) classificassem todas as pessoas que lá estavam como baderneiros. Alguns, sim. Não todos.

O senador petista Paulo Paim, por exemplo, chamou as pessoas de "invasores". É curioso, mas não tenho na memória qualquer referência similar feita pelo senador de uma pauta só ao Movimento dos Sem-Terra, que historicamente desrespeita aquele que é um dos pilares de qualquer sociedade desenvolvida: a propriedade privada. Zero surpresa, vindo de quem veio.

Outra hipocrisia saiu da boca de Lula. Visivelmente nervoso (o campeão de popularidade que talvez não seja tão popular assim) usou a expressão "stalinistas fanáticos" ao se referir ao grupo de Brasília. O ato falho talvez diga mais sobre o próprio Lula do que sobre as pessoas que transformaram um domingo pacato na capital federal em um dos dias mais agitados do país, nos últimos anos.

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello isentou o ex-presidente Jair Bolsonaro de qualquer culpa ou responsabilidade sobre o episódio. E apontou o dedo para o STF, relembrando a "descondenação" de Lula como o princípio de tudo. Mello está coberto de razão. Foram os "iluministros" que movimentaram as placas tectônicas que culminaram com a erupção do último domingo.

Uma singela dica: críticas podem e merecem ser feitas aos que ultrapassaram a linha do bom senso e da razoabilidade. Mas só devem ser levadas a sério aquelas que partirem de gente que sempre condenou atos assim, e não daqueles cujos princípios variam conforme a orientação ideológica – é a turma do não interessa o que se faz ou diz, mas sim de que lado se está.

O episódio de domingo não deixa de ser um marco, pelos seus aspectos positivos (um povo que se rebela contra a tirania de um dos poderes e a omissão dos demais) e pelos negativos (depredação, vandalismo, destruição). Pelos prós e contras, teve força suficiente para deixar muita gente de cabelo em pé.

Não espero que Alexandre de Moraes coloque o pé no freio. Pelo contrário. Mas talvez os senadores acordem do confortável quadro de anestesia no qual se encontram. Pelo bem e pelo mal, um vulcão entrou em erupção.

B. Objetos de análise no jornal Zero Hora.

SEGUNDA, 9 JANEIRO 2023 – PORTO ALEGRE – ANO 59 – Nº 20.478 – R$ 5,00 – PRODUTO R$ 4,82 | PIS E COFINS R$ 0,18 – SC: R$ 6,00

ZH ZERO HORA

INVASORES DE BRASÍLIA PODEM RESPONDER POR TERRORISMO, DIZEM JURISTAS

Penas podem chegar a 30 anos. No STF, o ministro Alexandre de Moraes disse que os financiadores serão identificados.

IMPRENSA MUNDIAL RETRATA O CAOS NO PAÍS; LÍDERES DEFENDEM DEMOCRACIA

Veículos estrangeiros destacaram ontem, em suas edições online, a ação de grupos bolsonaristas. Presidentes condenam atos.

DESTRUIÇÃO NA CAPITAL FEDERAL

ATAQUE À DEMOCRACIA

Golpistas radicais apoiadores de Bolsonaro depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou intervenção na segurança no Distrito Federal; mais de 300 pessoas foram detidas até as 22h. O governo também pediu prisão do ex-secretário da área do DF, Anderson Torres.

WILTON JUNIOR, ESTADÃO CONTEÚDO

Cenário de depredação na Esplanada dos Ministérios

JULIANA BUBLITZ
8 de janeiro: a data da vergonha no Brasil

CLÁUDIA LAITANO
Talvez bolsonaristas despertem da cegueira coletiva

OPINIÃO RBS
VANDALISMO NÃO É LIBERDADE DE EXPRESSÃO, GOLPISMO NÃO É DEMOCRACIA

ROSANE DE OLIVEIRA
Ato terrorista foi pior do que a invasão no Capitólio

MARTA SFREDO
Passou da hora de rever a tolerância com os intolerantes

RODRIGO LOPES
A maior agressão ao país desde o golpe de 1964

MARCELO RECH
O que vimos em Brasília foi o nosso 11 de Setembro

DANIEL SCOLA
Foram para destruir, depredar e acossar

GIANE GUERRA
Com as cores da bandeira, destroem o que o país conquistou

HUMBERTO TREZZI
Falha das forças de segurança permitiu a ação

CARPINEJAR
Sequer crucifixos e estátuas da arte sacra foram poupados

| 2, 4, 6 a 17, 22, 35 e Contracapa

DIÁRIOS DO PODER
DIRETO DE BRASÍLIA

RODRIGO LOPES
rodrigo.lopes@zerohora.com.br
@rlopesreporter

Maior ataque à democracia brasileira desde 1964

Brasília, 8 de janeiro de 2023. Às 16h24min, a cavalaria da Polícia Militar do Distrito Federal marcha apressada em direção ao Congresso Nacional sob vaias de bolsonaristas. O efetivo, obviamente, é infinitamente menor do que o necessário para conter a multidão que toma os três prédios mais importantes da República: o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Sob o olhar complacente de policiais, que a certo momento recebem oferta de água dos manifestantes, vândalos avançam sobre os vidros do Congresso.

– Tratei de proteger minha viatura – diz um policial, explicando a inação.

Um dos manifestantes destrói com o capacete as janelas envidraçadas de um dos gabinetes, no térreo. Outro coloca fogo em um móvel retirado de uma das salas. No salão negro, o local onde uma semana atrás o deputado Arthur Lira, presidente da Câmara, e o senador Rodrigo Pacheco, do Senado, receberam o então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, na posse, manifestantes avançam pelo interior do prédio. Na cobertura do Congresso, uma fumaça amarela toma conta de uma das cúpulas, a do Senado, provavelmente resultado de fogos de artifício lançados pelos vândalos.

Estou ao lado do Congresso, à direita de quem observa da Esplanada dos Ministérios. Gradis estão destruídos. Daqui, vejo uma viatura da Polícia Legislativa empurrada para dentro de um dos espelhos d'água. Uma mulher pede para o homem de capacete, que tenta destruir o vidro do Congresso, que pare.

– Você vai ser incriminado – grita uma delas, enquanto a outra exige que ninguém grave imagem de seu rosto.

Estico o olhar sobre a cobertura do Congresso: há milhares de pessoas abrindo uma faixa onde está escrito "Intervenção". A alguns passos dali, um grupo transporta água e comida para outro, em uma logística muito bem azeitada. Outros saem da cobertura do Congresso convocando os demais a se juntarem aos invasores do Supremo Tribunal Federal (STF). O palco da batalha foi deslocado para ali, de onde um helicóptero dispara bombas de gás em rasantes sobre a multidão. Enfim, após mais de uma hora de complacência, a polícia inicia reação. Mesmo assim, alguns agentes usam seus celulares apenas para gravar imagens ou fazer selfies em frente ao Congresso vandalizado.

– Isso aqui não é cinema – protesta um dos manifestantes, convocando quem está registrando vídeos a largarem os celulares e confrontarem a polícia.

O confronto se alastra em frente ao Supremo. Ao vivo, na Rádio Gaúcha, falo baixo, porque, a essa altura, pelo menos seis jornalistas foram atacados e tiveram seus equipamentos, como celulares e máquinas fotográficas, destruídos. A imprensa é um dos alvos dos manifestantes. Afasto-me para fazer os boletins, interrompo frases e, por vezes, paro de falar quando alguém observa meus gestos de repórter.

Enquanto a multidão toma o Congresso, na área verde em frente, um grupo de homens e mulheres se ajoelha com os braços erguidos em direção ao prédio, iniciando uma oração.

Com a tropa de choque avançando sobre a multidão, o foco se desloca para o Planalto, onde a multidão ocupa a rampa, o térreo, o salão nobre, onde ocorreram as principais transferências de posse de ministros, na semana passada, e chega ao terceiro andar, onde fica o gabinete presidencial. Em formação, a polícia avança e há princípio de correria. Alguns manifestantes e repórteres se refugiam sobre o teto do anexo II do Congresso.

– Uma hora isso vai acabar – diz um senhor, sugerindo que a munição das forças policiais não durariam para sempre.

– Como o povo vai lutar sem armas – questiona a mulher que o acompanha.

Um rapaz passa por mim com ferimento de bala de borracha no braço esquerdo. Outro tem o rosto sangrando. Uma mulher está sentada no meio-fio, com os olhos avermelhados por causa do gás lacrimogêneo. Muitos cobrem os rostos. As explosões provocadas pelas bombas de efeito moral estão mais próximas.

Na frente do Palácio da Justiça, um dos primeiros a ser vandalizados, a tropa de choque é hostilizada por manifestantes.

– Tem gente morrendo. Vocês deveriam dar o exemplo e ouvir o povo – gritam.

Os policiais não respondem. Pelo Eixo Monumental, enfim a tropa de choque consegue organizar um cordão de isolamento: primeiro pelo Supremo, depois pelo Planalto e, por fim, desocupando a cobertura do Congresso.

Às 20h37min, mais de cinco horas depois do início do caos, a Praça dos Três Poderes está isolada. Parte dos manifestantes foi empurrada para a rodoviária. Outros retornam para o acampamento, em frente ao quartel-general do Exército. Sob chuva, Brasília começa a respirar alguma normalidade.

O resultado desse dia que entrará para a história da infâmia brasileira é conhecido aos poucos, à medida que vazam imagens do interior dos palácios. Os três maiores símbolos da República foram vandalizados, na maior agressão à democracia do país desde o golpe militar de 1964.

Brasília adormece sob explosões esporádicas a atormentar a noite.

GZH
Leia outras colunas em **gzh.com.br/rodrigolopes**

MARCELO RECH rechmarce@gmail.com

O nosso 11 de Setembro

O que se viu neste domingo em Brasília é mais do que o nosso equivalente à invasão do Capitólio por inconformados com a eleição de Joe Biden há dois anos. O que vimos em Brasília foi o nosso 11 de Setembro, obviamente não em termos de tragédia em vidas, mas como um fundo divisor de águas na política e na vida da sociedade brasileira.

Haverá um Brasil antes e depois de 8 de janeiro de 2023. O país que amanhecerá neste 9 de janeiro será menos tolerante com os que conspiram contra a democracia, menos ingênuo com as aparências inocentes de grupos fanatizados diante de quartéis e em bloqueios de estradas e mais vigilante quanto às intenções daqueles que adotam o recurso da força para tentar fazer suas vontades.

O Brasil de 9 de janeiro, infelizmente, também consumirá um tempo, recursos e energias extraordinários não só para reparar os danos promovidos pelos arruaceiros golpistas nas sedes dos três poderes da República, mas sobretudo para identificar, responsabilizar e punir os vândalos, seus financiadores e mentores.

Há um menu de crimes desfiados no domingo em Brasília. Sua elucidação, indo-se às raízes das células que conspurcaram a democracia, passa a ser uma tarefa inadiável e que conjugará esforços de todas as instituições, governos, prefeituras, parlamentos, associações empresariais e sindicais em apoio às autoridades legais que farão a investigação e responsabilização dos criminosos.

Os baderneiros golpistas que marcharam para a Praça dos Três Poderes nunca imaginaram que sua ação fanática e irresponsável teria ainda outra consequência inesperada na história brasileira. De agora em diante, o bolsonarismo radical passa a ser associado indelevelmente às imagens de destruição em Brasília, do fanático sentado à mesa da presidência da Câmara, ao crucifixo derrubado ao chão no plenário do STF.

Ainda que Jair Bolsonaro saia de seu mundo paralelo na Flórida para negar qualquer relação com os vândalos, ele e seu movimento extremista estarão carimbados para sempre como a síntese de tudo aquilo que seus eleitores moderados, a grande maioria, mais rejeitavam: a bagunça, a terra sem lei, os quebra-quebras e a violência. A partir deste 8 de janeiro, as cenas da grande baderna em Brasília perseguirão Jair Bolsonaro para sempre. É uma ironia que tenha cabido aos fanáticos bolsonaristas ceifar as chances de Bolsonaro um dia poder sonhar com a volta à Presidência.

DANIEL SCOLA daniel.scola@rdgaucha.com.br

Foram a Brasília para destruir

O jornalista Bill Bufford escreveu um livro muito interessante chamado Entre os Vândalos. *Bufford passou anos infiltrado nos hooligans – os truculentos e baderneiros torcedores de futebol britânicos – para entender melhor a violência que praticavam e que atormentava a Europa.*

Bufford viajou com as torcidas, bebeu nos mesmos pubs, vestiu a camiseta, agiu como os baderneiros. Por isso, sabe o que fala e o que escreve. Ele constatou, entre outras coisas, o velho e conhecido "efeito manada". Foi isso e mais um pouco o que aconteceu ontem em Brasília. Quem foi para a Capital Federal sabia que ia se meter em confusão. Foram para destruir, depredar e acossar.

Todo mudo tem o direito de se manifestar contra ou a favor de um processo eleitoral. Mas é evidente que não houve "roubo" na eleição e esta não é a razão para o que foi feito ontem. E as pedras de Brasília sabiam que toda aquela gente se movimentando para lá não iria se reunir para aplaudir alguém.

Será que essas pessoas que pedem intervenção militar sabem o que é viver numa ditadura? Será que sabem que, na ditadura, não existe protesto? Na era da imagem, está tudo devidamente documentado e deverá ser mais fácil identificar os vândalos de ontem. Depois do livro de Bill Buford, o hooliganismo perdeu espaço porque as autoridades agiram com força bruta contra os vândalos.

Espero que os terroristas sejam presos, julgados e punidos para servirem de exemplo. E o 8 de janeiro não se repita.

POLÍTICA +

Com Paulo Egídio | paulo.egidio@zerohora.com.br

ROSANE DE OLIVEIRA

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Terrorismo em Brasília é pior do que a invasão no Capitólio

SERGIO LIMA, AFP

O que ocorreu em Brasília ontem não tem precedentes na história da democracia brasileira. É muitíssimo mais grave do que o que aconteceu nos Estados Unidos na invasão do Capitólio por simpatizantes do ex-presidente Donald Trump, que se recusava a aceitar o resultado da eleição.

No Capitólio, mais de 900 pessoas foram presas e estão enfrentando processo. As forças de segurança agiram rápido e abortaram a tentativa de Trump de tomar o poder à força, impedindo a sessão que confirmou a vitória de Joe Biden.

Os atos terroristas no Brasil atingiram os três Poderes. São chocantes as imagens do vandalismo no plenário do Supremo Tribunal Federal, no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto. Vidros quebrados, salas alagadas, cadeiras quebradas. Não foi uma manifestação espontânea. Teve articulação, teve planejamento, teve financiadores, teve executores. Quem são e a serviço de quem estavam é o que os inquéritos deverão apurar agora.

A Polícia do Distrito Federal não foi apenas omissa. Foi conivente. Não por acaso, o secretário da Segurança Pública, Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, estava fora de Brasília. Onde? Em viagem aos Estados Unidos, mais especificamente na Flórida, local escolhido por Bolsonaro para se refugiar com a esposa e a filha. O governador Ibaneis Rocha, que nomeou Anderson Torres, sabendo de quem se tratava, tem sua parcela de culpa pelo que aconteceu. Como pode o secretário da Segurança que assumiu há menos de 10 dias tirar férias, sabendo-se que o clima em Brasília era tenso?

Ninguém pode dizer que foi surpreendido pela invasão dos prédios públicos. Foi anunciada nas redes sociais, com ônibus saindo de diferentes pontos do país. O governo do DF não viu, e a "inteligência" do governo federal não detectou o perigo. Porteira aberta aos golpistas.

O que se viu foi mais do que uma tentativa fracassada de golpe de Estado. Terroristas ultrajaram a bandeira do Brasil, usando-a como adereço no ataque às instituições. Vilipendiaram o brasão da República, arrancado do prédio do Supremo Tribunal Federal para colocá-lo sobre uma cadeira de ministro do lado de fora. Afrontaram as instituições que sustentam a democracia. Blasfemaram contra o Hino Nacional ao cantá-lo em celebração aos destroços do Congresso.

Conseguiriam o efeito contrário ao pretendido golpe: a união dos governadores, que ofereceram ajuda ao governo federal para restabelecer a paz em Brasília e o repúdio de instituições internacionais e de governos dos Estados Unidos, Europa e América Latina.

ALIÁS

Para quem dizia que os bolsonaristas acampados nos quartéis eram pessoas pacíficas, as máscaras caíram ontem. A destruição de obras de arte, como um quadro de Di Cavalcanti, lembra a ação dos talibãs: assim agem os radicais incapazes de conviver com a civilização.

Crimes tipificados

O jurista Alexandre Wunderlich, professor de Direito Penal, diz que os fatos ocorridos ontem são gravíssimos e configuram crimes previstos na lei que define os crimes contra o Estado de Direito. Identifica dois deles: abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

– O mais grave é que aparentemente pode ter ocorrido conivência de órgãos policiais, o que impõe pronta investigação. As condutas afetam as instituições democráticas no seu funcionamento e regularidade. A investigação também deve apurar o financiamento e a organização criminosa deste ataque à democracia – ensina Wunderlich.

Impacto do novo piso

O reajuste de 14,95% que deverá ser aplicado neste ano ao piso nacional do magistério produzirá um impacto de R$ 430 milhões nas contas do governo do RS. A estimativa é da Secretaria da Fazenda (Sefaz).

O valor é 65% maior do que o que está projetado na Lei Orçamentária de 2023, que previu custo de R$ 261 milhões. A diferença exigirá adequação nas contas do Estado, sobretudo em razão do regime de recuperação fiscal.

Em nota, a Sefaz reafirma que a principal prioridade do novo governo é melhorar a educação, o que passa pela valorização dos professores, mas pondera que as leis aprovadas pelo Congresso que estipulam pisos salariais deveriam apontar a fonte de recursos para o pagamento.

"Não se pode perder de vista o impacto que a definição de tais pisos pode acarretar nas finanças dos Estados", ressalta a Sefaz.

Com o reajuste, o mínimo pago a um professor em todo o país passará de R$ 3.845,63 para aproximadamente R$ 4.420.

Sem sucesso na Justiça

Prefeitos gaúchos não estão conseguindo reverter na Justiça a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que implica redução no orçamento para este ano em 47 cidades em razão da redução populacional.

Até o meio-dia de ontem, 29 prefeituras haviam protocolado ações na Justiça Federal, mas nenhuma obteve a liminar pleiteada. A prefeitura de Encruzilhada do Sul chegou a levar o caso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mas também teve o pedido negado.

Emitida no dia 29 de dezembro, a normativa do TCU determina que sejam usados os dados parciais do censo demográfico para o cálculo da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

GZH

Leia outras colunas em
gzh.com.br/rosanedeoliveira

Arregimentando apoios

PAULA PARIZZI, DIVULGAÇÃO

Atual vice-presidente da Famurs, o prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata (PDT), está trabalhando para ser o próximo presidente da entidade que representa os gestores municipais do Rio Grande do Sul. Conforme o rodízio combinado entre os partidos políticos, o comando da Famurs ficará com o PDT no próximo ano.

Maranata já visitou mais de 80 prefeitos e vice-prefeitos trabalhistas em busca de apoio para a eleição interna do partido, que ocorre até o final de abril.

O prefeito de Santo Ângelo, Jacques Barbosa, aceitou integrar a chapa como candidato a vice – os dois municípios são os maiores administrados pelo PDT no Estado.

Na sexta-feira, Maranata ganhou o apoio de Romildo Bolzan e Vieira da Cunha (*foto*) em conversa no Litoral Norte.

OPINIÃO DA RBS

VÂNDALOS, GOLPISTAS E CRIMINOSOS DEVEM SER RIGOROSAMENTE PUNIDOS

O Brasil subestimou o movimento golpista de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro que ainda não se conformaram com a derrota eleitoral. Até ontem, os acampamentos de pessoas vestidas de verde e amarelo nas cercanias de prédios das Forças Armadas eram vistos com certo descaso até mesmo pelos novos ocupantes do poder, que registravam a gradativa desmobilização dos manifestantes. Basta lembrar que, na véspera do ataque, o próprio ministro Flávio Dino, da Justiça, disse que estava controlando as manifestações de forma coordenada com o governo local. Foi um grande equívoco: a invasão da Praça dos Três Poderes pela multidão que depredou o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal comprova que a democracia brasileira está realmente ameaçada e que o país precisará adotar medidas mais firmes para restabelecer a ordem pública e punir os terroristas disfarçados de patriotas.

A invasão da Praça dos Três Poderes pela multidão comprova que a democracia brasileira está realmente ameaçada

Embora já tivessem protagonizado uma prévia do vandalismo desse domingo em 12 de dezembro, por ocasião da diplomação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando promoveram depredações e incendiaram veículos, os golpistas só empreenderam a grande operação de ontem porque contaram com a leniência das forças de segurança do Distrito Federal. A criminosa omissão, da qual o governador Ibaneis Rocha não pode se eximir com um simples pedido de desculpas, possibilitou que manifestantes arregimentados em várias partes do país invadissem os prédios públicos sem encontrar qualquer resistência. E a intenção era destruir, pois alguns invasores portavam ferramentas de demolição.

Alguns fatores relevantes estimulam os inimigos da democracia. O ex-presidente Jair Bolsonaro, que acompanha à distância as ações violentas de seus apoiadores enquanto dá autógrafos em Orlando, é o primeiro responsável pelo que ocorreu, por sua conduta recorrente durante os quatro anos de mandato. Também estimula os baderneiros a conivência explícita de parcela importante das Forças Armadas, evidenciada na recusa de comandantes em transferir seus cargos para novos ocupantes e em prestar continência para o presidente legitimamente eleito. Pesa ainda em favor dos arruaceiros a negligência de parte das forças policiais, percebida facilmente em episódios em que agentes públicos confraternizam com os manifestantes que deveriam reprimir.

Não há outra classificação para estes maus brasileiros: são inimigos da democracia e, agora, passam a merecer a classificação de terroristas. Os autores da selvageria devem ser responsabilizados criminalmente por seus atos, assim como todos aqueles que os encorajam, estimulam e financiam.

Vandalismo não é liberdade de expressão, golpismo não é democracia. E crime – individual ou coletivo – tem que ser tratado de acordo com o Código Penal. Oposição democrática é outra coisa bem diferente. Ninguém é obrigado a concordar com os governantes nem pode ser impedido de criticá-los. Mas quem ataca as instituições também está atacando a democracia e o país. O Brasil viveu neste oito de janeiro o seu momento mais vergonhoso desde a redemocratização.

A multidão de bolsonaristas radicais repetiu de forma grotesca a invasão de adeptos do ex-presidente norte-americano Donald Trump ao Capitólio, razão pela qual o ex-mandatário está sendo devidamente responsabilizado.

O mínimo que se espera é que aqui ocorra o mesmo, para a democracia sair fortalecida. Mas também é desejável que o triste episódio sirva de alerta para as autoridades de todos os níveis da Federação desenvolverem ações preventivas mais eficientes contra vândalos, golpistas e criminosos que usam a bandeira nacional como escudo.

OPINIÃO DO LEITOR

leitor@zerohora.com.br – Instagram @gzhdigital – WhatsApp (51) 99667-4125
Facebook facebook.com/gzhdigital – Twitter @gzhdigital

BRASÍLIA

Brasília sob ataque terrorista, com invasão e depredação de prédios dos três poderes é tentativa de deflagrar uma guerra civil. Tragédia anunciada para invadir os poderes da República e rasgar a Constituição.

PAULO SERGIO ARISI
Jornalista – Porto Alegre

CARPINEJAR

Maravilhoso o texto "A morte não tira férias" do Carpinejar (ZH, 6/1). Nesse período de festas, evito sair de carro e, se vamos beber algo, já fazemos o sorteio do motorista antes. Fico triste quando, em um grupo de amigos, em vez de conversarmos, ficam procurando no celular onde tem Balada Segura. Gostei muito da frase "caráter é não alterar o comportamento quando não está sendo visto". Recomendo a leitura!

MARIA INÊS MILANEZ PEÑA
Empresária – Porto Alegre

ARQUIVO PESSOAL

O leitor **DECIO GOTARDO MARINI** enviou foto da Praça Getúlio Vargas, em Alegrete.

SEGURANÇA NO VERANEIO

A respeito da larga reportagem que mostra o atraso na reconstrução das casinhas dos salva-vidas (ZH, 6/1), uma em especial chama atenção pelo descaso com a vida dos veranistas. A Praia Bom Jesus, em Arroio do Sal, só tem a guarita 46, quebrada e abandonada; mas, diariamente, cerca de 50 guarda-sóis estão postos na beira-mar. Pelo texto, foi apurado que "a qualidade das guaritas é um desafio ao Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul" e o "monitoramento dos banhistas cabe às respectivas prefeituras". Não temos guarda-vidas e não vemos volantes, como se isso fosse o suficiente. Indago: a responsabilização civil pela perda de uma vida em caso de afogamento, sem tentativa de salvamento, aplaca a dor da família?

VICTOR MARONA
Advogado – Arroio do Sal

BRIGADA MILITAR

É um alento a prisão dos dois PMs investigados por abuso de autoridade e tortura durante abordagem em Novo Hamburgo em que colocaram uma sacola plástica na cabeça de uma mulher (ZH, 06/01). Só que a gravidade do episódio exige celeridade no andamento do inquérito e processos instaurados – nas esferas administrativa e judicial –, além de punição exemplar aos envolvidos. É crescente o número de ocorrências envolvendo policiais militares com excessos, agressões, tortura e homicídio. O que está acontecendo com a nossa conceituada Brigada Militar? As autoridades da área de segurança e o governador do Estado precisam adotar medidas urgentes para reverter esse quadro.

CLOVIS JOSÉ FORMOLO
Aposentado – Porto Alegre

Opiniões, fotos ou histórias de leitores devem ser endereçadas à seção Leitor com nome, profissão, endereço e telefone. Os textos devem ter, no máximo, 700 caracteres. ZH reserva-se o direito de selecioná-los e resumi-los para publicação.

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Conselho de Acionistas
Carlos Melzer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Meiches (Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial
Nelson P. Sirotsky (Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Müzell
William Ling

Comitê Executivo
CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Entretenimento e Canais: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing e Comunicação: Caroline Torma

ZH ZERO HORA
Fundada em 4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn
Diretor de TI e Operações: Péricles Cenço

Editores
Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br